

-----**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA**-----

-----**Mandato 2013-2017**-----

-----**SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA - PRIMEIRA REUNIÃO REALIZADA
NO DIA ONZE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZASSETE.**-----

-----**ATA NÚMERO CENTO E TRINTA E OITO**-----

----- Aos primeiros onze dias do mês de abril de dois mil e dezassete, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Ordinária, primeira reunião, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Rosa Maria Carvalho da Silva, respetivamente Primeira Secretária e Segunda Secretária, ambas em exercício. -----

----- (O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia, foi substituído nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale) -----

----- (A Senhora Deputada Municipal Margarida Maria Alves da Silva Almeida Saavedra, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia, foi substituída nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva) -----

-----Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fernando José da Silva e Nunes da Silva, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Luis Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José Luís Sobreda Antunes, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, José Manuel Rodrigues Moreno, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos,

Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patricia de Oliveira Caetano Barata, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vitor Manuel Morais, Jorge Manuel Jacinto Marques, Igor Boal Roçadas, Rosa Lourenço, Renata Andreia Lajas Custódio, Fernando Oliveira Gonçalves, Duarte Albuquerque Carreira, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Francisco Alves da Silva Ramos, Maria Helena de Sousa Figueiredo, João Filipe Fernandes Roseta dos Reis, Susana Maria da Costa Guimarães, João Gomes Boavida, Miguel Martins Agrochão, Manuel da Oliveira Duarte, João Diogo Santos Moura, Luis Graça Gonçalves, Sofia Margarida Vala Rocha e Paulo Moreira. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Fábio Martins de Sousa, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, Miguel Tiago Crispim Rosado e Nelson Pinto Antunes. -----

-----Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º1, do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Rosa Lourenço.-----

----- Belarmino Ferreira Fernandes Silva (PS), Presidente da Junta Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Vitor Manuel Morais. -----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta Freguesia de Ajuda, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Jorge Manuel Jacinto Marques.-----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Duarte Albuquerque Carreira.-----

----- Sofia de Oliveira Dias Figueiredo (PS), Presidente da Junta Freguesia de Penha de França, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Manuel de Oliveira Duarte. -----

----- Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Boavida. -----

----- Nuno Pintão (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Igor Roçadas. -----

----- Hugo Alberto Cordeiro Lobo (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Susana Guimarães. -----

----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD), Presidente da Junta Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Paulo Manuel Bernardes Moreira. -----

----- Carlos de Alpoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes. -----

----- Rodrigo Gonçalves da Silva (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luis Graça Gonçalves. -----

----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Sofia Vala Rocha. -----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Miguel Agrochão. -----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz. -----

----- Isabel Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Francisco Alves. -----

----- José Casimiro (BE), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Maria Helena de Sousa Figueiredo. -----

----- Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia (CDS-PP), no período compreendido entre 30 de março a 24 de abril de 2017, sendo substituído pelo Deputado Municipal João Diogo Santos Moura. -----

----- Ana Regedor (IND), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Roseta. -----

----- Ana Gaspar Marques (IND), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Renata Lajas. -----

----- Miguel Graça (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Fernando Oliveira Gonçalves. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente Fernando Medina e pelo Vice-Presidente Duarte Cordeiro e pelos Senhores Vereadores: João Paulo Saraiva, Carlos Castro, Manuel Salgado, Paula Marques, Jorge Máximo, Catarina Vaz Pinto, Catarina Albergaria e Madalena Teixeira. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Carlos Moura, António Prôa, João Gonçalves Pereira, João Ferreira e Alexandra Duarte. -----

----- Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhores Deputados, boa-tarde a todos e a todas, boa-tarde a todos os presentes, vamos dar início aos nossos Trabalhos, temos várias pessoas inscritas, temos uma Ordem de Trabalhos preenchida, portanto, eu pedia que se sentassem nos vossos lugares.” -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pedia aos Senhores Assessores para saírem da zona do Plenário e aos funcionários também, e pedia para me fazerem chegar ao púlpito as pessoas que se inscreveram. Vamos dar a palavra em primeiro lugar à Dona Gilda Caldeira, onde é que está a minha amiga Gilda? A Dona Gilda é a Senhora Presidente da Associação de Moradores do Bairro da Boavista. Já vem a caminho.” -----

----- **A Senhora Dona Gilda Caldeira**, Presidente da Associação de Moradores do Bairro da Boavista, moradora no Bairro da Boavista, Rua das Acácias, Lote B r/c C 1500-Lisboa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “*Senhora Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente, não sei se está...*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Câmara ainda não chegou, mas eu pedia aos senhores Deputados para fazerem silêncio porque nós gostamos de ouvir as pessoas que vêm aqui falar.” -----

----- **A Senhora Dona Gilda Caldeira**, Presidente da Associação de Moradores do Bairro da Boavista, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “*Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, a todos muito boa-tarde.* -----

----- *Sou Gilda Caldeira, sou Presidente da Associação de Moradores do Bairro da Boavista.* -----

----- *Certamente que os Senhores Deputados Municipais ainda se lembram que há pouco tempo estivemos reunidos por causa da Escola do Bairro da Boavista, foi por unanimidade que os Senhores disseram que a Escola estava em risco de ruir.* -----

----- *Só que, entretanto tínhamos um problema que temos há mais de 20 anos, não temos espaço dentro do Bairro para construir nova escola. Então o que é que se tinha que fazer? Meter-se uns blocos para daqui a não se e quando os anos.* -----

----- *A Câmara anda a ver se encontra uma solução para o problema de alvenaria, ora, não há espaço dentro do Bairro.* -----

----- *A gente ali num buraco, então não temos espaço para nova construção, então há 4 ou 5 anos, conseguiu-se, era a atual Presidente a ainda Vereadora, chegámos a consenso que e ia fazer-se casas novas, que as pessoas que moravam na alvenaria ou moram, aliás, o quer eu saí para casas que estavam devolutas.* -----

----- *Arranjou-se as casas e o ano passado essas pessoas lá agarraram nos tarecos e lá foram outros apartamentos para ali se puder fazer nova construção. E agora quando, as casas estiverem prontas, as pessoas regressam, três ou quatro para a nova construção, isto porquê? Porque nós como sabem, penso eu que sabem, estamos ladeados pela Monsanto e então não podemos crescer e o Senhor Vereador Sá Fernandes, não é? É impensável abater-se árvores no Monsanto para se fazer uma escola ou para se fazer nova construção, ora é impensável, mas é para nós moradores, para os amigos não! Atirou-se o Monsanto abaixo, é, é, essa é que é a verdade!* -----

----- Fez ontem 3 semanas eram 7 da manhã quando ouvimos máquinas a trabalhar, pensava eu que sou Vereador tinha mandado limpar o Monsanto, mandou sim senhora, mandou abaixo mais de 30 árvores. Oliveiras, eucaliptos e outras coisas mais, até árvores que os meninos tiveram a plantar há 2 anos e no ano passado, foi tudo abaixo, pode dar aos Senhores, para a elite de Lisboa, que é o Grupo Desportivo de Direito, nós moradores continuamos na mesma, sem escola para os meninos porque está a cair e a Senhora Vereadora até acho que deu 60 mil euros para arranjar a traseira da escola. -----

----- Então é assim, então fiquei a saber, como vos disse fez ontem 3 semanas que uma parte do Monsanto foi abaixo...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Gilda, tem que sintetizar porque terminou o seu tempo.”-----

----- **A Senhora Dona Gilda Caldeira**, Presidente da Associação de Moradores do Bairro da Boavista, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Mas isto é muito grave!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu sei que é, mas tem que sintetizar se faz o favor!”-----

----- **A Senhora Dona Gilda Caldeira**, Presidente da Associação de Moradores do Bairro da Boavista, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Então fez sexta-feira, 15 dias, teve uma reunião onde esteve presente a Câmara Municipal de Lisboa, a Junta de Freguesia e o Senhor da direita e nós, quando eles me contar uma história, mas eu, como já tenho 60 anos já não acredite no pai Natal, então foi assim: um dia o falecido Presidente da Câmara Engenheiro Abecasis, depois de uma grande almoço chamou os amigos e ofereceu-lhes o Monsanto para eles fazerem um clube! Aquilo entretanto passou, foi Presidente Jorge Sampaio...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Gilda, tem que terminar, desculpe, tem mesmo que terminar!”-----

----- **A Senhora Dona Gilda Caldeira**, Presidente da Associação de Moradores do Bairro da Boavista, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Era então o Presidente da Câmara, o atual Primeiro-ministro, ao andar a fazer a limpeza às gavetas viu aquilo, mas o Conselho de Ministros. Assinou aquele voltou a Câmara. Então os Vereadores aprovaram todos aquilo, então o terreno passou a ser do Clube do Grupo Desportivo de Direito. -----

----- Agora eu pergunto, fez sábado oito dias o Senhor Presidente Fernando Medina foi lá ao Bairro inaugurar aquilo...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Gilda, tem que terminar.”-----

----- **A Senhora Dona Gilda Caldeira**, Presidente da Associação de Moradores do Bairro da Boavista, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “*Mas é só mais 2 minutos.*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Não posso Gilda, o Regimento não me permite! -----

----- **A Senhora Dona Gilda Caldeira**, Presidente da Associação de Moradores do Bairro da Boavista, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “*Nessa altura eu vou-me dirigir ao Senhor Presidente, alguém de vem proibir de eu entrar no Monsanto? Quando alguém me proibiu de entrar no Monsanto escusado será dizer aquilo que aconteceu! Aquilo que eu vos quero dizer aqui é que o Direito vai erguer as redes, que nós vamos destruir. Vamos levar porrada, pois vamos, vou presa, tenho 60 anos, só espero é que no meio disto tudo eu não leve mais de 2 anos de cadeia, porque senão quando chegar sou sem-abrigo que a Vereadora já ter uma casa!* -----

----- *Meus Senhores, aquilo que eu quero é que os Senhores vão ver aquilo que os Senhores Vereadores fizeram, a portaria que eles fizeram ao tirar... Obrigada*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada sei que está revoltada e tem as suas razões, estivemos todos a ouvir com paciência e com muita atenção, mas, naturalmente não podemos dar tratamento diferenciado embora, naturalmente cada pessoa tem as suas razões. -----

----- A Mesa irá apurar o que é que se passa sobre esta questão aqui suscitada que é realmente relevante e vamos passar a próxima pessoa inscrita, o Senhor João Cheira.” -

----- **O Senhor Município João Cheira**, morador na Rua das Pedreiras, nº. 8, Belém-Lisboa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ *Boa-tarde a todos.* -----

----- *Venho aqui pela 1ª vez falar à Assembleia Municipal e venho falar desta que é a melhor Cidade do mundo.* -----

----- *Gostaria que estaria e todos me ouvissem porque acho que é uma falta de respeito quando as pessoas estão a conversar e não tomam atenção a quem está aqui em cima.* -----

----- *Eu gosto muito de viajar e cada vez que viajo mais penso como é que Lisboa podia ser melhorada e venho aqui dar uma sugestão às pessoas da Câmara, que seria uma sugestão que iria melhorar em muito a mobilidade urbana da Cidade, que era fazer uma estação única em Alcântara, em que fosse possível o comboio de Cascais ir tanto para o Cais Sodré como para o Oriente, aumentaria em muito as possibilidades das pessoas que vivem na zona oeste da Cidade de poderem transportar-se e mover na Cidade sem estar constantemente a trocar transporte, como vocês sabem, os transportes têm temos muito muito longos de espera e de troca e por isso, se fosse possível ter apenas uma estação onde fosse possível mudar de linha sem estar constantemente a trocar, e neste caso em Alcântara, até trocado estação, acho que melhoria melhoraria imenso a mobilidade das pessoas de Lisboa.* -----

----- Outra questão que teria aqui em questão da mobilidade se fosse possível à Câmara fazer lobby para que terá que o comboio rápido Cais Sodré/Cascais parasse na estação de Belém. É uma zona com muitos turistas, com muitas pessoas que vão passear uma zona fantástica minha zona preferida por isso também morar lá! Acho que não faz muito sentido, o comboio não parar lá, porque aí sim, reduziria o número dos minutos de espera por cada comboio de utilização na zona de Belém.-----

----- O último assunto que traria aqui é um pouco diferente, mas não poderia deixar de falar, é quando é que vai ser possível, quando é que vai ser possível terminar com os vendedores de drogas da Praça do Comércio, do Cais Sodré que são agressivos, são agressivos para as pessoas, são agressivos para os turistas e que dão má imagem da Cidade. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigada ao Senhor João Cheira, muito obrigada pelas sugestões que deixou.-----

----- Relativamente a ela, ela tem sido uma preocupação constante da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior e também desta Assembleia Municipal. -----

----- Temos feito algumas diligências, temos neste momento, em apreciação uma Petição sobre matéria semelhante um pouco mais, é sensibilizar quer a Câmara quer as entidades aqui envolvidas, nomeadamente a PSP, que não depende da Câmara.

----- E sei que a própria Junta de Freguesia está a fazer conjuntamente com a Polícia também uma campanha de sensibilização aos turistas para o logro em que são envolvidos, quando compram louro em pó julgando que estão a comprar droga e, portanto, evidentemente que isto são fenómenos a negativos que nós temos de lutar contra eles quer pela via da repressão quer pela via da prevenção e, portanto, a Assembleia Municipal tem estado atenta a isso! Obrigada por trazer aquilo a questão.

----- Quanto às outras sugestões em matéria de mobilidade transporte fá-las-ei chegar ao Senhor Presidente da Câmara para depois lhe poder enviar a si uma resposta e obrigada pela sua participação.

----- Temos agora a Senhora Dona Ana Maria Vieira Isidro, com quem já falei antes da sessão e que que nos tem habituado à sua presença. Naturalmente que não é por a Senhora Ana Maria cá vir mais vezes que se resolve o assunto mais depressa, mas assim ela não deixa que o assunto caia no esquecimento.”-----

----- **A Dona Ana Maria Isidro**, moradora na Rua Vasco Mendonça Alves, nº.5 r/c C 1900-434 Lisboa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa-tarde Senhores Deputados, Senhores Vereadores, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhor Doutor Fernando Medina, Vossa Excelência Presidente da Assembleia Municipal Doutora Helena Roseta, o Deputado Hugo Xambre que é Presidente da Junta de Freguesia do Beato, muito bem representado, Doutores, onde eu nasci e eu pertença ao Beato.-----

----- Eu venho mais uma vez, porque já sabem que qual é o meu problema que é a ordem de despejo, não é? Fui hoje de manhã à Câmara e tenho só para junho a marcação e tenho medo que já seja tarde demais.-----

----- *Tinha ontem à noite no correio da Doutora Helena Roseta, tinha, ontem à noite eu vi o correio, durante o dia estive na Ação Social, que se está a interessar pelo meu caso, e só vi à noite o correio, que agora na Alameda, já não é o Entrepasto, e amanhã vou estar com ela, pronto, já recebi o rendimento de inserção, é 183, sei que há casas baratas ali para o Alto da Eira, a 12 euros, isto é um caso de muita emergência, eu espero porque a Senhora que lá está há muitos anos, que é e uma Senhora Angélica que está na Câmara Municipal ela diz que já sabia que a minha história toda, já desde que o meu neto tinha 10 anos, já tem 20, está em Inglaterra há 2 anos com o meu filho, que é paga uma quota desde o miúdo tinha 10 anos, que ele tinha vergonha de dormir comigo, criei o menino e foi para a mãe, uma toxicod dependente, aos 10 anos para não dormir comigo, isto já dura há muitos anos e esta coisa que me andam a fazer, não é? Agora estou numa casa, que eu sempre morei na Picheleira, estive na Margem Sul 4 anos, mas nunca deixei a minha casa na casa na Calçada da Picheleira, que foi onde eu nasci, na Rua Frei Fortunato na Picheleira, então estou com uma ordem de despejo, porque a vida proporcionou-se noutra morada, de uma rua para a outra....” -----*

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhora Dona Ana Maria, nós já sabemos que está com ordem de despejo. A senhora Dona Ana Maria já explicou várias vezes e situação. Nós já fizemos várias diligências da casa sobre o seu caso, daquilo que estão a fazer, aliás, a Senhora acaba mesmo de explicar que já está a receber o RSI, que não recebia, muito bem, vai receber este mês, bem sem ter o RSI nem sequer se podia candidatar na casa cama, porque tem que o rendimento qualquer para poder pagar a renda. -----

----- A questão da Câmara se for necessário logo se vê se poderemos acelerar, mas não é o facto de ser atendida ao balcão da Câmara que lhe dá prioridade. -----

----- Eu já expliquei à Senhora Dona Ana Maria para a emergência, no caso de um despejo tem que ser a Santa Casa. Senhora Dona Ana Maria, nós não temos problema nenhum que a Senhora se inscreva, mas não é necessário vir aqui todas as semanas, porque nós estamos a fazer diligências para tentar encontrar uma solução para o seu caso. Nós vamos ver isso e estamos a fazer todas as diligências para poder dar o apoio que a Senhora Ana Maria precisa. Muito obrigada. -----

----- Vamos passar agora ao Senhor Emanuel Nobre de Sousa, que faz favor, que já cá esteve cá o nosso conhecido, preocupado com o sistema de árvores de Lisboa.” -----

----- **O Município Senhor Emanuel Nobre de Sousa**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “*Ora muito boa-tarde a todos. Eu estou aqui presente para vos falar da gestão danosa que tem existido no arvoredo de Lisboa.* -----

----- “*Fraxinus augusti folia*”, Freixo comum, tempo de vida de 200 anos. -----

----- “*Quercus rotundi folia*”, Azinheira, tempo de vida, 500 anos. -----

----- *Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Ambiente e Espaços Verdes, Agosto de 2010.* -----

----- A Câmara tem gerido de forma danosa todo o património arbóreo existente bem como a partir de decisões tomadas recentemente. Eixo Central, jacarandás, espécie produtora de óleos em época da floração, sob determinadas condições pode provocados pelo despiste automobilistas, piso escorregadio pode provocar a queda de motociclistas, está aqui.-----

----- Praça Duque de Saldanha, árvores de grande porte plantadas sobre um túnel de acesso em canteiros com herbáceas, para além disso as “tipuanas tipu” que se encontram no Saldanha. Todo solo foi impermeabilizado e tem uma caldeira mínima, ou seja, as árvores também respiram, mas não é só pelas folhas e também para o solo, isto é inadmissível que estes erros sejam cometidos por altas entidades do Estado. Isto é inadmissível.-----

----- Avenida da República, plátanos plantados muito próximo da ciclovia, ora, uma árvore de forte crescimento rápido. Toda a gente faz o que é que vai acontecer toda a gente vê os plátanos a levantar passeios, toda a gente vê plátanos alevantar lancis, muito fácil de adivinhar, não é? Pronto.-----

----- Vamos falar do Parque das Nações onde foram recentemente plantadas, ora bem, “quercus robur”, ora bem, tenho aqui o relatório fitossanitário que indica que estas espécies sofreram podas inadequadas, foram atacadas por cochenilhas, da família “carmezídia”, mais propriamente “nilória pulvinata”, ou seja, ou mandaram esta espécie para a atmosfera ou lá para Marte ou para a Lua, ou então esta espécie vai atuar novamente nestes.-----

----- De referir ainda que no segundo “Se Podex” e a “Petrol”, 2014, espécies de, espécies asiáticas desta inseto, terem sido identificadas outras fragrâncias, isto e isto é inadmissível! Então as árvores que morreram, houve uma série de Azinheiras que morreram....”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Já terminou o seu tempo, faça o favor de concluir.”-----

----- **O Município Senhor Emanuel Nobre de Sousa**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Houve recentemente 180 árvores que morreram vítimas desta praga, não foram tratadas e morreram e agora vamos plantar umas árvores iguais. Quem é que se diga... dizem-se os responsáveis, mas não são responsáveis nada.-----

----- Ora bem, existem ali na Praça de Londres, foram plantados há cerca de 60 anos. Depois de podas e de deixarem que os estados que todos gostamos situacionistas chegar tão ontem Net ponto todas estas propagam por toda a Cidade este segundo estou aqui a ver na minha mão. Todas as provas que existem original, possibilidade deste fungo atacar todas as árvores estão perceber e continuamos a fazer estas obras. Foi retirado de um dos freixos da Avenida guerra Junqueiro, todas as árvores visivelmente afetadas por este fungo, o as que não tão irão sobreviver são cerca de 6, mas, para além disto outras, em outras ruas, como a Sampaio Pina foram recentemente dadas por as tílias e continuamos a fazer isto se pauta por propagar as doenças para depois morrer em papéis, contarmos uma pecha, gastarmos dinheiro a

empresas de gestão do arvoredo a para fundos públicos para essas empresas e andamos aqui a gastar dinheiro, estamos todos ricos e pronto, é uma festa!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Emanuel, muito obrigada pela sua intervenção, já não é a 1ª vez que nos vem trazer aqui, tiras esclarecimentos acerca das questões que suscitou para lhe podermos responder. -----

----- Tem agora a palavra o Senhor João Paulo Zbyszewsky, para expor um problema relacionado com um dano numa viatura por deficiência do piso.” -----

----- **O Município Senhor João Paulo Zbyszewsky**, morador na Rua Sousa Lopes, Lote IJ 2º. Direito,1600-207 Lisboa, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “*Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara Senhores Deputados Municipais, Senhores Vereadores.* -----

----- *O que me traz aqui é essencialmente um ato de cidadania. No dia 11 de Outubro de 2014, tive a infelicidade de cair com o meu carro num buraco na Rua Conselheiro José Silvestre. Eram cerca de 19 horas, um fim de tarde chuvoso. E o resultado desse pequeno incidente foi uma jante rachada e um pneu completamente inutilizado. No dia seguinte a esse acontecimento resolvi participar o acidente no site ‘a minha rua’, para evitar que outra pessoa lá caísse e para que a Câmara pudesse sinalizar o local. Cerca de um mês depois, no dia 3 de Novembro, entreguei nos serviços da Câmara Municipal, um requerimento a solicitar o pagamento pelos danos sofridos. São danos que ascendem a, grosso modo, a 300 euros, portanto, é uma verba relativamente pequena, mas para mim é uma questão de princípio.* -----

----- *O requerimento foi apresentado num impresso próprio que a Câmara fornece no seu sítio na Internet, que tem 10 itens referidos, 5 deles que são obrigatórios fornecer e 5 são facultativos, todos os itens obrigatórios foram entregues, dos itens facultativos foram entregues fotografias.* -----

----- *Todos os documentos obrigatórios foram, portanto, entregues.* -----

----- *Algum tempo depois fui notificado pela Câmara Municipal, através dessa participação que eu tinha feito no site ‘a minha rua’, que o buraco tinha sido tapado, portanto, a Câmara Municipal reconheceu que o buraco existiu e tanto o reconheceu que me comunicou que o tapou.* -----

----- *Em 22 de Janeiro de 2016, ou seja, um ano e um mês após o termo do prazo para a Câmara responder ao meu pedido de indemnização, recebi, finalmente, a resposta da Câmara, portanto, um ano e um mês depois do prazo. O resultado dessa resposta foi o indeferimento do meu pedido mas, curiosamente, a Câmara começou logo por cometer uma infração porque não me ouviu antes de tomar a decisão, portanto houve, não respeitou o artigo 121 do CPA, só isso, só isso é suficiente para a nulidade da decisão.* -----

----- *Mas há mais, a Câmara apresentou como fundamento o facto de eu não ter conseguido provar o nexo de causalidade, e mais, até nestes fundamentos incluiu a não apresentação de alguns documentos facultativos como o auto da PSP, que não é obrigatório, mas incluiu-os na fundamentação do indeferimento.* -----

----- *O fundamento da do indeferimento anda à volta de uma questão que é a questão central, para a Câmara o ónus da prova cabe a quem apresenta o requerimento, ora a partir de 2007 de publicação da Lei 67/2007 que estabelece a responsabilidade extracontratual do Estado e das demais entidades públicas, o ónus da prova inverteu-se, portanto, é a Câmara que tem que provar que não foi negligente no cumprimento dos seus deveres, e tinha 2 deveres que negligenciou: a manutenção das vias, ao seu cuidado e sua propriedade; e a segurança de circulação que também negligenciou. Eu vou já terminar, é só uma questão final.* -----

----- *Eu não tenho ainda, eu fiz um recurso, apresentei um recurso hierárquico da decisão da Câmara e não tenho, até à data, qualquer resposta desse recurso, os prazos estão todos ultrapassados.* -----

----- *Na Câmara ninguém respeita prazos e, deixe-me, Senhora Presidente, com todo o respeito que tenho e da amizade que tenho por si, porque nos conhecemos há muitos anos, a própria Assembleia Municipal também não respeitou o prazo de resposta depois da minha queixa, e portanto, eu dirigi-me à Assembleia Municipal porque a Assembleia Municipal é o órgão de controlo da Câmara. É preciso que saibam como é que os votos serviços trabalham.* -----

----- *Eu fico por aqui, e espero obter uma resposta dentro que não seja mais um ano.”*

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, muito obrigada, eu queria só dizer o seguinte relativamente à questão que colocou, portanto, há um litígio, um contencioso entre os Senhor João Paulo Zbyszewsky e a Câmara Municipal de Lisboa, houve um protesto inicial, um requerimento de indemnização que foi liminarmente indeferido e houve um recurso hierárquico, o recurso hierárquico foi apresentado em Fevereiro de 2016 e, portanto, já deveria ter tido uma resposta, como é evidente e, parece-me a mim que, a menos que haja outra informação de que eu não disponho, isso já devia ter sido respondido. --

----- Portanto iremos, naturalmente, alertar a Câmara para a necessidade de dar resposta ao recurso hierárquicos, que já o deveria ter feito em tempo. -----

----- Quanto à resposta da Assembleia Municipal, eventualmente estaremos atrasados, nós temos aqui a entrada do seu do seu *mail* a queixar-se, é de Fevereiro de 2017, mas a informação que eu tenho aqui para dar despacho, só me chegou hoje à mão e, portanto, na verdade já dei despacho, hoje mesmo, porque não chegou hoje à mão, porque o Senhor João Paulo Zbyszewsky se inscreveu, portanto, às tantas quando os municípios de inscrevem fazem andar as coisas mais depressa, embora, naturalmente, para uma resposta a um *mail* não tenha um prazo obrigatório, a gente responde na medida do possível e logo que temos o assunto informado pelos serviços. -----

----- Seja como for, há aqui matéria para tentarmos perceber o que é que se passa e lhe podemos dar uma resposta formal. -----

----- Muito obrigada e vamos prosseguir. -----

----- Senhores Deputados, terminámos a parte a intervenção do Público e queria dar-vos aqui algumas informações que são úteis e que são as seguintes: em primeiro lugar e isto é a apenas uma informação, apenas para conhecimento dos Senhores

Deputados, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Penha de França comunicame e através de mim comunico eu agora à Assembleia, que cessou o seu mandato por via da entrada em vigor do Decreto-lei de 18 de 2017, 10 de fevereiro, que aprovou os estatutos dos hospitais do setor público e administrativo, a Senhora Dona Sofia Oliveira Dias cessou o mandato atribuído aos membros do atual Conselho Consultivo do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, de que fez parte até agora, portanto, isto é apenas a informação. Está comunicado. -----

----- Temos agora aqui uma questão mais sensível que eu já levei à Conferência de Representantes, mas que devo dar conhecimento a todos os Senhores Deputados e ao Público que é a seguinte: O Tribunal Constitucional notificou a Assembleia Municipal para se pronunciar sobre um Requerimento do Senhor Provedor de Justiça, através do qual o Senhor Provedor de Justiça pede ao Tribunal Constitucional apreciação e declaração de inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das Normas relativas a Taxa Municipal de Proteção Civil. Evidentemente, foi uma taxa aprovada pela Assembleia Municipal e, portanto, a notificação é dirigida a este Órgão através da minha pessoa. -----

----- Entretanto, o Bloco de Esquerda apresentou e eu tomei conhecimento hoje de manhã, uma Proposta para agendamento de Declaração de Invalidez das supra citadas Normas, com efeitos à data da emissão de Regulamento. Entretanto, eu assim que recebi a notificação Tribunal Constitucional levei à Conferência de Representantes, dei conhecimento ao Senhor Presidente da Câmara e ao Senhor Vereador João Paulo Saraiva, solicitei naturalmente que enviassem a fundamentação necessária para a Assembleia Municipal se poder pronunciar, a notificação é à Assembleia Municipal, não é à Câmara, portanto, a Assembleia Municipal é que é o Órgão responsável pela aprovação de Regulamentos e Taxas, portanto, somos nós que temos que responder. O prazo de resposta Tribunal Constitucional termina no dia 9 de maio que suspenda as férias da Páscoa, eu entretanto solicitei através do Departamento Jurídico da Câmara que fosse pedida uma prorrogação de prazo, mas caso ela não seja dada, isto significa que, no dia 2 de maio, o mais tardar, teremos que apreciar esta matéria relacionada com a notificação do Tribunal Constitucional e, portanto, aquilo que eu sugeria era a Proposta do Bloco de Esquerda sobre a declaração de invalidez das Normas e a sua eventual inconstitucionalidade, portanto, temos que primeiro responder, do meu ponto de vista, ao Tribunal Constitucional, e depois em maio estava combinado em sede de Conferência Representantes que era um dia exclusivamente dedicado à questão da Comemoração do 25 de Abril e do 1º de Maio, mas se tivermos necessidade de cumprimento de prazo, nesse mesmo dia incluiremos estas duas matérias em agendamento. -----

----- Até lá também não temos possibilidade de as discutir. -----

----- Agora há leitura de Expediente, sim senhora, e dados estes avisos aqui a Senhora Segunda Secretária não deixa falhar e vou-lhe passar a responsabilidade da leitura do Expediente.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva, 2ª. Secretária**, no uso da palavra, fez a **Leitura do Expediente:** -----

----- “ Irei fazer o resumo da Leitura de Expediente, nomeadamente o proveniente da Assembleia da República. -----

---- As iniciativas dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República e do Grupo Parlamentar do PCP. Houve Propostas de alteração legislativa, nomeadamente dois Decretos-leis sobre a gestão da Carris e STCP. Proposta de Lei que estabelece o regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos a descaracterizados, Projeto de Lei que institui um regime especial de defesa e valorização das embarcações tradicionais portuguesas; Projeto de Lei que estabelece as condições e requisitos de transferências de atribuições e competências para as Autarquias Locais; Projeto-Lei que estabelece o regime jurídico das Áreas Metropolitanas de Lisboa, do Porto e regula as atribuições e funcionamento dos respetivos Órgãos. -----

----- Houve também intervenções proferidas nas secções plenárias pelos Senhores Deputados, Bruno Dias e Jorge Machado sobre a gestão da Carris e STCP, o regime jurídico de transporte em veículos a partir de plataforma eletrónica. -----

----- A três perguntas ao Governo dirigidas ao Ministério do Mar, Ministério do Trabalho e Segurança Social e ao Ministério das Finanças sobre a situação das tripulações dos navios Funchal e Porto. -----

----- Do grupo parlamentar do PEV houve o seguinte o expediente: perguntas ao Governo dirigidas pelos Senhores Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia. Ao Ministério do Ambiente sobre as análises à qualidade do ar na obra do Hospital CUF Descobertas em Lisboa, ao Ministério do Planeamento e das Infraestruturas sobre a falta de condições de segurança na estação ferroviário de Marvila, ao Ministério da Educação sobre a comida insuficiente na cantina da Escola Básica 23, Luís de Camões; ao Ministério da Administração Interna da Justiça e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre falhas na remoção de amianto no Palácio da Justiça em Lisboa. Comunicação da data do agendamento para discussão em Sessão Plenária do Projeto de Resolução do Alto do Lumiar em Lisboa. -----

----- Da Câmara Municipal de Lisboa houve o seguinte expediente: Divisão de Apoio à Gestão para a Promoção da Mobilidade, remete para o conhecimento documentação relativa à Consulta Pública promovida para efeitos de implementação das zonas de estacionamento de duração limitada.-----

----- Da Assembleia Municipal de Loures uma Moção aprovada na 1ª Sessão Ordinária intitulada “Carris” o Edital referente às deliberações tomadas.-----

----- Na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Entroncamento Deliberação tomada na Sessão Ordinária sobre a Central Nuclear de Almaraz. -----

----- Da Área Metropolitana de Lisboa editais com respetivos anexos referentes às suas deliberações; das Associações Fórum Cidadania Lisboa, *e-mail* dirigida ao gabinete do Senhor Vereador Manuel Salgado, o primeiro, e outro a lamentar a falta de preservação do património no interior da antiga Casa da Sorte ao Chiado, evitando a destruição do legado do Arquitecto Conceição Silva. -----

----- Dos Municípes, do municípe Miguel Guilherme Pereira remete o levantamento intitulado “Mudanças e globalização na Baixa Pombalina” em que compara a Baixa dos anos 2008 e 2012 e 2016 e 2017.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não vejo nenhuma sinalização de intervenção. -----

----- Vou então passar à votação das Atas 134 e 136 separadamente.-----

----- **APROVAÇÃO DA ATA Nº. 134 DE 07-03-2017;** -----

----- Vamos passar à votação da **Ata nº. 134**, de 7 de março de 2017. -----

----- Não há votos contra e nem abstenções. Foi **aprovada por unanimidade**. (Os Senhores Deputados que não estiveram presentes na reunião a que esta Ata respeita, não participaram na aprovação da mesma em cumprimento do disposto do nº. 3, do artigo 34 do CPA)-----

----- **APROVAÇÃO DA ATA Nº. 136 DE 21-03-2017;** -----

----- Vamos passar à votação da **Ata nº. 136**, de 21 de março de 2017.-----

----- Não há votos contra e nem abstenções. Foi **aprovada por unanimidade**. (Os Senhores Deputados que não estiveram presentes na reunião a que esta Ata respeita, não participaram na aprovação da mesma em cumprimento do disposto do nº. 3, do artigo 34 do CPA).-----

----- Antes de entrarmos no período da intervenção dos Senhores Deputados para o PAOD informar-vos do seguinte: nós temos agendado na Ordem do Dia de hoje, nos pontos 2 e 3 respetivamente, a análise das Contas e a 1ª Revisão Orçamental que ainda não estão aprovadas em sede de Câmara, portanto, naturalmente não podemos votá-las hoje, nem apreciá-las. Já deram entradas os documentos nesta Assembleia, estão a ser analisados na 1ª Comissão. Seja como for não podem ser apreciados hoje nem poderão ser apreciados na próxima semana, porque não haverá materialmente tempo para a 1ª Comissão emitir o seu Parecer uma vez que esta semana de Páscoa e, portanto, na outra sessão seguinte é 25 de Abril, também não pode não temos sessão, na sessão seguinte é 2 de Maio já está acondicionada a ser uma sessão dedicad.ao 25 de Abril e ao 1º de Maio, pelo que eu prevejo que apenas a 9 de Maio é que iremos agendar a Apreciação das Contas, portanto, pedia aos Senhores Deputados para terem isto em conta na vossa organização da vossa agenda, para as intervenções sobre esta matéria legais. -----

----- O Senhor Deputado João Magalhães Pereira está a fazer sinal, mas não é para mim.-----

----- A 9 de maio, portanto, teremos as Contas e terá que ser uma continuação da Sessão Ordinária, uma vez que as Contas têm que ser apreciadas em Sessão Ordinária.

----- Vamos então, posto isto, dar início às intervenções, queria só lembrar os Senhores Deputados da grelha, portanto, a grelha tem mais do que uma pessoa, tem uma segunda volta, sendo que temos os tempos do PAOD para cumprir, que são curtos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Boa tarde, Senhora Presidente, boa-tarde a todos. -----
----- Quería falar de alguns assuntos, em particular as que se relacionam com os abates de árvores a e, em particular sobre a Presidente da Associação de Moradores do Bairro da Boavista e sobre o que se passou na proximidade deste Bairro, e o que se passou foi um crime ambiental na zona que é do Parque de Monsanto, que fizemos um debate tão alargado nesta Assembleia sobre o que quando estimamos aquele Parque e a necessidade que é precisa de tomar medidas preventivas de proteção de Monsanto e foram lançadas há 2 semanas, pelo Senhor Presidente a primeira pedra de uma expansão de um clube de rãguebi naquela zona, arrasando com a dezenas de árvores em pleno Parque de Monsanto numa zona que consta no PDM como zona verde e que, portanto, deveria ser protegida.-----
----- Isto não pode acontecer de maneira nenhuma não pode acontecer de maneira nenhuma, não pode acontecer quando passados tantos anos é dita tantas vezes que nem para habitação e, portanto, a estas exceções para a situações que não, que não deveriam existir e sempre estamos sempre a avançar para dentro do Parque ou para um campo de rãguebi ou para um ecoturismo são inadmissíveis e não podem acontecer. -----
----- Sobre o PAOD temos quatro documentos: uma Moção e 3 Recomendações. -----
----- Temos uma Moção sobre a preservação da espera pública do património cultural do Novo Banco e o seu depósito nos museus da Cidade. Nas últimas semanas, assistimos à discussão sobre o Novo Banco e a essa operação de entrega a um fundo abutre, mas temos aquele espólio cultural tão importante onde consta mobiliário, pintura, fotografia, numismática, uma valiosa biblioteca e, portanto, propomos desde já que seja inventariado este espólio, aquele que tenha uma posse uma fruição pública e que os Museus da Cidade sejam os depositários deste acervo para que possa ser desfrutado pelos lisboetas e por quem nos visita. -----
----- Depois, temos uma Recomendação sobre a Piscina da Penha de França, é acompanhada por outro documento também apresentado hoje que, com certeza, votaremos favoravelmente, mas a Piscina da Penha de França é o pior exemplo da gestão Municipal destes equipamentos. Uma Piscina que fechou em 2010 para obras que depois teve uma espécie de PPP, uma parceria público privada, com um Clube de São João de Brito e que foi a pior opção, tal como se viu nas últimas semanas, a obra não está feita o que está feito está mal feito e pior do que isso, a população continua a não poder usufruir daquele equipamento e, portanto, o que propomos é muito simples, fazer uma avaliação técnica do que está feito e do que está mal feito para que seja corrigido, que seja rescindido contrato com aquela entidade e que a Câmara e a Junta possam assumir a gestão pública daquele equipamento e que ele seja colocado à fruição da população o mais rapidamente possível. -----
----- Depois temos uma Recomendação que é acompanhada por outros documentos sobre o mesmo tema, sobre o bom funcionamento da Provedoria me Municipal dos Animais. Soubemos também há poucos dias sobre a sua função, isto é inadmissível, que os Direitos dos Animais têm que ser valorizados nesta Cidade e a Provedora que

tem feito um bom trabalho na Casa dos Animais tem que ter meios para o poder fazer e fazê-lo de forma com a dignidade que merece.-----

----- Por último uma Recomendação sobre a preservação do Palácio Valadares, como equipamento escolar, o Palácio Valadares e um prédio que está encostada às ruínas do Carmo, ali bem no Chiado, que já foi uma escola, a Escola Veiga Beirão é um Palácio lindíssimo e está nas mãos da Parque Escolar, aliás, foi a Parque Escolar que fez uma intervenção de fundo com centenas de milhares de euros para uma cobertura nova, portanto, o edifício precisava de uma cobertura nova, é um edifício que não pode seguir o caminho de todos os outros. Fizemos uma pergunta ao Ministério da Educação que nos respondeu que a Parque Escolar vai passá-lo para a Direção-Geral do Tesouro e Finanças e já sabemos. Isto não pode acontecer! A Cidade de Lisboa tem de levantar a sua voz para proteger este património e o que propomos é que naquela zona da Cidade onde existem tantas carências de equipamentos escolares, este edifício que seja preservado, seja feito um protocolo com o Estado e o Município possa instalar ali um Equipamento Escolar. -----

----- A 300 metros daquela escola, existe uma escola está a funcionar provisoriamente há vários anos, a Escola das Gaivotas, numa antiga agência da Caixa Geral de Depósitos, sem as mínimas condições, sem recreio sem condições de recreio dignas para as crianças, sem equipamentos sanitários para tantas crianças, com salas de aula sem condições e, portanto, temos um edifício ali que podemos aproveitar e acho que faríamos um bom trabalho à Cidade se votássemos favoravelmente esta Recomendação. Muito obrigado”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados.-----

----- Queria antes de iniciar a intervenção sobre o PAOD queria deixar duas notas prévias sobre as intervenções que acabámos de ouvir na intervenção do público, uma relacionada com o abate de árvores no Bairro da Boavista, em pleno Parque Florestal de Monsanto, “Os Verdes” consideram que é uma situação inaceitável e assim que tiveram conhecimento entregaram de imediato um requerimento à Câmara e que ainda não obteve resposta. -----

----- Informar também que ao longo da Informação Escrita voltaremos a abordar este assunto na discussão da Informação Escrita e esperamos hoje neste plenário obter esclarecimentos por parte do Executivo. -----

----- A segunda nota é sobre o procedimento da Câmara Municipal de Lisboa relativamente à gestão do arvoredo, concretamente na Av. Guerra Junqueiro e na Praça de Londres, porque mais uma vez, parece-nos abusiva e desrespeitadora esta forma da Câmara tratar os cidadãos e as próprias árvores da cidade, mais uma vez houve falta de informação, e mais uma vez parece que a Câmara não sabe o que anda a fazer às árvores da cidade. Também este assunto será novamente abordado na Informação Escrita. -----

----- Os Verdes apresentam hoje uma saudação ao 85º aniversário da Maternidade Alfredo da Costa, que foi inaugurada a 31 de Maio de 1932. -----

----- Ao longo de todos estes anos de existência, a Maternidade Alfredo da Costa tem sido uma referência no plano nacional, mas também internacional, e tem dado um contributo valioso para os excelentes padrões que o nosso país atingiu na área da saúde materno-infantil. -----

----- A MAC é a unidade onde é assistido o maior número de bebés prematuros e de grávidas de risco, onde existe o maior centro público de Medicina Reprodutiva de Lisboa, tem um papel importante na formação de novos profissionais e tem desenvolvido inúmeros projetos de investigação científica. -----

----- É por tudo isto que Os Verdes propõem que a Assembleia Municipal saúde a Maternidade Alfredo da Costa e os seus 85 anos de existência, assim como o excelente e reconhecido trabalho de referência que tem vindo a prestar ao longo de décadas na área da saúde materno-infantil, como unidade autónoma de referência, ao serviço do interesse público e das populações. -----

----- Propomos igualmente que se defenda a MAC como uma maternidade pública de referência para a cidade de Lisboa e para o País. -----

----- Apresentamos também uma saudação ao “Projeto SOS Azulejo” que assinalou o seu 10º aniversário no dia 4 de Abril. -----

----- O Projeto SOS Azulejo tem como objetivos fomentar ações de proteção e valorização do património azulejar português, que representa uma grande riqueza e valor cultural, a nível do património histórico e artístico do nosso país, mas também como património da humanidade. -----

----- Este tem sido um assunto que Os Verdes já por diversas vezes trouxeram à Assembleia, através de propostas e, perante a necessidade de travar a delapidação deste património, saudamos este projeto e as iniciativas desenvolvidas neste âmbito.---

----- Por fim, Os Verdes apresentam uma recomendação sobre o envelhecimento ativo e saudável. -----

----- Geração após geração, a expectativa de vida tem aumentado e torna-se, por isso, cada vez mais necessário pensar na forma como as pessoas envelhecem. -----

----- Defendemos uma sociedade equilibrada para todos, onde os direitos seniores não podem ser esquecidos. Uma sociedade que dê especial atenção aos cidadãos mais velhos, e que adote uma visão integrada do processo de envelhecimento, procurando promover uma cidade amiga e inclusiva das pessoas mais velhas. -----

----- Isso passa pela participação plena, pelo acesso aos cuidados de saúde, à habitação, às condições socioeconómicas, a nível de mobilidade, entre outros aspetos. -

----- É, assim, fundamental uma política de promoção do envelhecimento ativo, baseada na valorização dos mais velhos, que os mantenha incluídos na sociedade, aproveitando a sua experiência de forma ativa. -----

----- Os desafios são muitos e consideramos que é essencial apostar num envelhecimento ativo e saudável.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente, Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Público aqui presente.-----

----- A designada Reforma Administrativa da Cidade, promovida pela Câmara Municipal, tal como o PCP alertou, fez aumentar a externalização de serviços com recurso à contratação a recibos verdes e outro tipo de contratos precários.-----

----- Existem nas Freguesias da Cidade de Lisboa um número significativo de trabalhadores com vínculos precários, a Lei do Orçamento de Estado de 2017 prevê a regularização destas situações e, por isso é urgente travar ou corrigir as situações já existentes, quer no Município quer nas Freguesias, desta situação.-----

----- Outra questão que vale a pena lembrar é sobre a Piscina da Penha de França, é para dizer que bem avisámos, bem avisámos e a solução passa inevitavelmente, e se for valorizada a nossa Proposta, por a Câmara retomar responsabilidade total pelo acabamento das obras e o início do funcionamento desta, sem mais delongas quer em instituições, incluindo, quer em Freguesias. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Carla Madeira (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Senhores e Senhoras Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores.-----

----- O Partido Socialista tem acompanhado os problemas existentes na zona histórica da cidade no que diz respeito à falta de equipamentos educativos. É preocupação do PS a falta de uma escola do 1º Ciclo e Jardim de Infância no Centro Histórico da Cidade, em particular na Freguesia da Misericórdia, com as condições desejáveis ao bem-estar das crianças.-----

----- A Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia da Misericórdia têm manifestado junto do Ministério da Educação as preocupações referidas na Recomendação nº. 12, apresentada pelo Bloco de Esquerda.-----

----- O edifício onde está a funcionar a Escola Básica do 1º Ciclo e Jardim de Infância das Gaivotas, na Rua das Chagas, não possui as condições desejáveis para acolher as centenas de crianças que a frequentam.-----

----- A crescer a esta situação, o edifício recebeu, provisoriamente, os alunos oriundos da Escola Básica do 1º Ciclo e Jardim de Infância Ducla Soares, localizada na Freguesia de Santo António tornando a questão do espaço ainda mais preocupante, portanto, tornou-se mais premente a necessidade de construção de uma escola nova.---

----- A Câmara tem procurado encontrar uma solução para a construção de uma nova escola junto do Governo, essa solução pode não passar forçosamente pela polícia a utilização do Palácio Valadares, sito no Largo do Carmo.-----

----- É por isso que o P S se abstém nesta Recomendação, uma vez que não quer limitar a solução de construção de uma escola nova à utilização do referido Palácio.---

----- O PS está profundamente empenhado na busca de uma solução que melhor sirva os interesses das crianças e o bem-estar da população do centro histórico da Cidade de Lisboa. Muito obrigada”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Vala (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte informação:-----

----- “Boa tarde a todos. Hoje, o PSD tem alguma coisa a dizer sobre a Provedoria Municipal dos Animais. -----

----- Devido à quantidade de documentos que nos foram propostos para esta Assembleia dos diversos partidos e movimentos, aliás, eu penso que é o assunto dominante de hoje aqui na Assembleia Municipal, os animais sobre várias formas e feitios, mas é o tema dominante é um bocadinho estranho devo convir, mas, enfim, chamar sobretudo a atenção para o seguinte: começa por haver um louvor à Senhora Provedora Municipal dos Animais, proposta pela Senhora Presidente Arquiteta Helena Roseta, que nos diz que, enfim, traça o perfil da Senhora Doutora Inês de Sousa Real e diz que foi nomeada em setembro de 2014, e que depois vem a renunciar em abril de 2017, isto na parte do louvor, mas diz-nos pouco sobre porque é que a Senhora renunciou e o que é que se terá passado nomeadamente porque terão vindo ou a público algumas notícias pelo menos, as que eu vi, de que a Senhora estaria manifestamente insatisfeita com as condições para o exercício do cargo, eu penso que a Senhora se foi embora um bocadinho chateada, basicamente a sentir-se defraudada e que não lhe tinha sido dado condições, foram as notícias que vieram a público, claramente a Senhora muito insatisfeita com o exercício das funções e a acusar a Câmara Municipal de Lisboa de falta de cumprimento do que era devido. -----

----- As notícias que eu li era de alguém que se vai embora a dizer que não havia condições manifestamente, mas olhando para os documentos que nos são apresentados hoje aqui, de louvores e recomendações, vê-se uma coisa bastante diferente, ou seja, porque os documentos de hoje não dizem nada sobre isso, o louvor diz que a Senhora foi excepcional, mas foi excepcional porquê? Porque andou a trabalhar sem dinheiro? Porque nada daquele tem condições? Porque é que temos de louvar? O que é que aconteceu? O que é que o Senhor fez de excepcional? -----

----- Não há dinheiro e a Senhora anda o e 2 anos a tentar gerir uma situação insustentável? Não se entende. -----

----- Depois nas recomendações e também são várias, atropelam-se um bocadinho os diversos partidos e movimentos, todos fazem muitas recomendações e aquilo que recomendam é para que haja meios, portanto, louva-se a Senhora e diz que aquele é aqui que é preciso que a Provedoria do Animal tenha meios, mas eles não existem? ----

----- A Câmara Municipal portou-se bem ou mal neste aspeto? Há razões de queixa, ou não? É que ele que eu veja aqui o afinco muito grande da Senhora Presidente quer no Louvor, quer na Recomendação, mas não se percebe. A Senhora bateu com a porta zangada ou não? O PSD gostava de perceber melhor este assunto. Muito obrigada.”----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhores Deputados, estamos aqui confrontados com uma situação um bocadinho inédita, estou a ser posta em causa diretamente e não posso responder. -----

----- Relatórios da Senhora Provedora do Animal foram distribuídos a e foram remetidos à 4ª Comissão para apreciação e, naturalmente, a Senhora Deputada terá ocasião de ver, através desses relatórios, quais são as razões que a Senhora Provedora indica e quais são as Propostas e Recomendações que faz. Não posso dizer mais do

que isto mas, naturalmente noutra ocasião, em que eu não esteja a presidir, poderia dar mais esclarecimentos. -----

----- O Voto que apresentei, não posso dizer mais do que aquilo que lá está escrito, os Senhores mais não têm que fazer que é votar em consciência consoante aquilo que entenderem, e vamos prosseguir.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, Caro Senhor Presidente, Caros Vereadores, Caros Deputados, caro público. -----

----- O CDS apresenta hoje uma Moção relativa ao avançado está a degradação em que se encontra Jardim Botânico Tropical, o Jardim monumento nacional desde os 1007 e sobre a responsabilidade da Universidade de Lisboa tem enfrentado vários problemas por falta de manutenção, apresentando um aspeto sujo e degradado.-----

----- Há 2 semanas que o Diretor dos Museus da Universidade, Doutor José Sousa Dias, reconheceu a necessidade de um programa de intervenções urgentes de recuperação de infraestruturas e a reabilitação de equipamentos. -----

----- O Jardim Botânico Tropical é um marco da nossa Cidade, pelo que importa garantir a preservação do seu património vegetal, cultural, edificado, além do carácter histórico e científico do espaço, sendo estratégico assegurar a manutenção corrente bem como a plena fruição do mesmo, assim, solicitamos à Assembleia Municipal que reafirme a importância do Jardim Botânico Tropical e que reitere junto do Estado a necessidade de apresentação célere de soluções que permitam a preservação do Jardim e do seu edificado. -----

----- Passando à Recomendação do CDS, volvido um ano após o início das obras e quase 3 meses após a sua inauguração, o Eixo Central apresenta algumas anomalias decorrentes das intervenções e que importa corrigir. Além das questões que não afloramos hoje, como a pioria da circulação e congestionamento diário, a ausência de informação sob o Parecer dos Serviços, a insegurança vivida por grupos mais frágeis como os idosos e invisuais no acesso entre abrigos e autocarros atravessando uma ciclovia, ou a preocupação manifestada pela Liga dos Bombeiros Portugueses sobre as dificuldades criadas no acesso dos serviços de emergência. Preocupação essa que o CDS havia questionado o executivo há 3 semanas atrás, mas da qual não obtive resposta. Várias são as situações em que é necessária uma intervenção, uma intervenção necessária para corrigir erros de obra e que situações são essas? Contrariamente aos anúncios de medidas de desincentivo do uso automóvel as Avenidas da República e Fontes Pereira de Melo não têm um único lugar de estacionamento dedicado a motociclos. -----

----- Um passeio pelos cruzamentos com as artérias transversais é o espelho do estacionamento indevido em cima do passeio onde os lugares autorizados existentes são diminutos face à necessidade atual. -----

----- No troço entre o viaduto ferroviário de Entrecampos e o Campo Pequeno, na via central, a Câmara reduziu as faixas de rodagem de 4 para 3 e meia, é verdade, a via mais à direita, apresenta uma largura aproximada de um metro! -----

----- Das duas uma, ou passamos a ter 3 faixas de rodagem ou a 4 e em ambas importa alterar a sinalização horizontal. Simultaneamente deixou de existir um corredor dedicado a transportes públicos, bem como uma faixa para quem segue em frente.-----

----- Depois no troço entre a saída de desnivelamento de Entrecampos e o Campo Pequeno, a via central apresenta na faixa de rodagem à direita, uma supressão do pavimento com largas dezenas de metros, não se percebe qual o motivo para este erro de obra numa zona que foi repavimentada. -----

----- Nesse mesmo troço, os utilizadores autocarro têm de efetuar a saída do veículo em cima de um canteiro, situação caricata e anómala. -----

----- As necessidades de repensar as saídas à direita da faixa central e lateral na Avenida Duque, de Ávila e Miguel Bombarda. O desaparecimento da praça de táxis do Saldanha sem alternativa. As associações representativas do setor têm colocado esta preocupação nas reuniões mensais com a Câmara, mas sem qualquer resposta efetiva. -----

----- Por fim, a ausência de espaço dedicado à tomada e largada de passageiros, nada que o Executivo dê cabal provimento, nesse sentido propomos hoje à Assembleia Municipal que recomenda à Câmara que no mês após a inauguração seria prudente ter um espaço público e viário que corresponde às necessidades de todos e que garanta a sua segurança. -----

----- Sobre a Recomendação do Bloco relativamente ao Palácio Valadares e desconhecendo os compromissos assumidos pelo Governo, a verdade e conhece o Jardim infantil da Escola Básica das Gaivotas, e a verdade é que funciona num espaço muito pequeno, numa antiga agência bancária, que não tem sequer um espaço exterior e o recreio faz-se numa antiga sala, agora *open space* onde as janelas revestidas por grades, é praticamente por onde o sol entra. -----

----- Senhora Presidente, vou já terminar. Relativamente à Piscina da Penha de França, gostaríamos que a Câmara nos desse explicações, há aqui um atirar de culpas entre Junta e Câmara pelos comunicados que vamos recebendo, o concessionário diz uma coisa, o empreiteiro diz outra, portanto, era importante esclarecer esta matéria.-----

----- Em relação à Provedora dos Animais nós iremos acompanhar o Louvor que foi aqui apresentado, o Relatório relativo a 2016 foi distribuído aos Deputados Municipais, a carta de renúncia ao mandato também foi distribuída pela Mesa, pelo menos aos líderes de bancada e, portanto, não havendo dados comparativos, porque é o único ano de desempenho do mandato, iremos acompanhar este voto e obviamente as Recomendações da Assembleia Municipal, para que o cargo se possa exercer de forma independente e com os meios que se dizem não existir. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Obrigado Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, imprensa e público em geral.-----

----- Esta é uma sessão histórica na medida em que, segundo ouvimos o tema dos animais é um tema que se está a tornar o tema dominante da sessão, eu diria que a é o tema dominante, mas não pelas melhores razões. -----

----- Efetivamente aquilo que nós fizemos a nossa Recomendação foi chamar a atenção das falhas que na nossa opinião o Executivo teve a para com a Provedoria, ao longo de muito tempo a demasiado extenso, o que é incompreensível, sobretudo, porque estamos a falar de meios materiais e recursos humanos. É incompreensível numa Câmara que se orgulha de ter, portanto, contas bastante saudáveis e tem efetivamente bastantes recursos económicos, portanto, que este arrastar de apoio à Provedoria é algo que para nós é incompreensível e que raia, eu diria quase, em termos dos animais é sadismo, em termos de da própria Câmara é masoquismo, porque não se compreende o porquê, e portanto, chegados aqui e à demissão da Provedora a única coisa que esperamos é que a isto se resolva, não podemos esperar outra coisa, esperamos sinceramente que isto se resolva para bem da Cidade, para bem dos animais da Cidade e, no fundo de todos nós que somos responsáveis por eles. -----

----- Relativamente a outras questões e, portanto, nesse aspeto dizer que iremos acompanhar a todas as Recomendações relativamente às questões da Provedoria. -----

----- Relativamente à Moção da Requalificação do Jardim Botânico Tropical, do CDS, eu queria dizer que aqui há uns meses houve um problema relativamente àquilo que era referido como o excesso de animais e que iriam ser batidos uns quantos, isso ficou dentro da das competências do empreiteiro o que obviamente não nos sossegou e portanto gostávamos de ver isto resolvido ou ter garantias e por essa razão iremos nos abster. Pronto, acabou-se o meu tempo. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia,** no uso da palavra, fez a seguinte afirmação:-----

----- “ Senhor Deputado, o PSD cedeu-lhe tempo, de maneira que ainda pode dizer.”---

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN),** no uso da palavra, prosseguiu com a intervenção:-----

----- “ Relativamente à... Ficava mesmo por aqui! Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT),** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, restantes Vereadores, caros Deputados e público presente.-----

----- Para esta Sessão de PAOD o MPT traz novamente a discussão a questão da energia nuclear, como todos sabem o MPT, sempre teve preocupações com esta matéria, tendo inclusivamente manifestado contra uso desta energia e mais recentemente, contra o prolongamento do funcionamento da Central de Almaraz e da construção do armazenamento de resíduos.-----

----- De acrescentar que recentemente, ontem, mais concretamente, a Central de Almaraz teve um incidente que levou à paragem de um dos reatores dos dois reatores.-

----- É também com a mesma determinação que nos mostramos apreensivos contra o estado de conservação do reator nuclear de investigação do Instituto Superior Técnico, localizado a pouco a pouco mais de 100 quilómetros das fronteiras do Município. Apesar de ser de investigação, devem ser empregues os menos cuidados na defesa da população e resposta a um potencial incidente.-----

----- Em relação aos restantes documentos em discussão destacamos três. A Moção do CDS, sobre o estado de conservação do Jardim Botânico, apesar deste assunto ser discutido várias vezes neste Plenário, infelizmente, não tem tido resultados práticos. --

----- Segundo, a Moção do CDS sobre as obras do Eixo Central. Mais uma vez se confirma o provérbio português de que “depressa e bem não há quem”. -----

----- O terceiro ponto que destacamos, as Recomendações do Bloco e do PCP sobre a Piscina da Penha de França, acho que devem ser dadas as piscinas aos cidadãos. -----

----- Gostaríamos também de destacar na votação do Voto 2/138 do PEV, o ponto 3 com a votação em separado.-----

----- Por fim, os vários documentos sobre a Provedora Municipal de Animais de Lisboa, destacamos a necessidade da Câmara Municipal de Lisboa dar condições efetivas para o exercício das funções. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte afirmação:-----

----- “ Senhor Deputado a intervenção do Senhor Deputado Nunes da Silva terminámos a primeira ronda e temos um Senhor Deputado inscrito para a segunda ronda só, uma Senhora Deputada para a segunda ronda, portanto, dentro em breve estaremos a fazer as votações.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Nunes da Silva (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Boa-tarde Senhora Presidente, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Vereadores, colegas Deputados, público presente.-----

----- São duas breves notas a primeira para dizer que subscrevemos exatamente as preocupações que aqui foram manifestadas pela Deputada Carla Madeira, relativamente ao edifício do Palácio Valadares por muito que nos parece que não só não se deve limitar essas hipóteses de escolha que, neste momento, estarão em cima da Mesa e a ser negociadas com o Governo, com por outro lado, aquela zona é uma zona do ponto de vista do ponto de vista patrimonial extremamente interessante e se calhar, pode haver o tipo de usos para aquele Palácio Valadares, de apoio à às áreas de monumentos e património que existe naquela zona, portanto, essa questão devia estar em aberto e de por isso subscrevemos exatamente a mesma posição que aqui foi expressa pela Senhora Deputada Carla Madeira.-----

----- Relativamente a uma outra Proposta do PAN sobre o estacionamento ilegal na Avenida Mouzinho de Albuquerque, nós queríamos que isso fosse votado separadamente nos dois pontos, porque nos parece que temos que ser realistas em relação ao que se passa naquela zona da Cidade. Aquilo foram bairros de realojamento e na altura considerou-se que as pessoas como iam ser realojadas não tinham automóvel e não se fizeram quaisquer tipo de garagens nem se prevê se que estacionamento nos principais arruamentos daquela zona, resultado, as pessoas, de facto, têm automóvel e não têm sítio nenhum onde o guarda, Já houve várias hipóteses e vários estudos de para se construir um silo automóvel naquela zona. Até agora, isso não foi possível concretizar e parece-nos que é um pouco difícil estar a fazer uma Proposta destas que mais não se traduziria do que, num aumento de recolha de

receitas para a EMEL sem qualquer alternativa para as pessoas e, portanto, parece-nos que isso não devia estar em cima da Mesa. -----

----- Já uma questão diferente é o acesso às duas pracetas, porque aí sim, com pequenas intervenções é possível regular esse acesso e impedir que o estacionamento abusivo impeça ou dificulte sobremaneira que os residentes nessas pracetas tenham acesso ao lugar e, portanto, daí pedimos que isto seja, a votado os dois pontos separadamente. -----

----- Relativamente também ao IST, também achamos que em relação ao ponto um ele tem perfeita justificação, em relação ao ponto dois que é bastante demagógico querer comparar aquele reator e aquilo que são as intervenções que lá são feitas com uma Central como a de Almaraz, de facto e não ter a noção das coisas e se calhar valia a pena fazerem uma visita o reator nuclear, do que agora e do IST, porque foi recentemente integrado já por este Governo no IST para verificarem que, de facto, não tem qualquer semelhança uma coisa. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhora Presidente, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- A minha intervenção versa apenas umas breves notas a propósito da Moção nº. 1 da Moção do Bloco de Esquerda sobre a coleção de Arte e Finança do BES, em relação a este assunto, o que é que me lembrar de nós genericamente, obviamente, acompanhantes esta Moção, a do Bloco, temos apenas dúvidas em relação a alguns pontos mas queria apenas lembrar que o PCP e sede própria , que é a Assembleia da República, já apresentou este assunto em Abril de 2014 quando exatamente se discutia na altura, portanto, o futuro do banco e a criação do Novo Banco considerando o PCP inaceitável qualquer possibilidade que acarrete também o prejuízo da perda de importante património cultural, que é esta coleção que deve ser fruído e colocado ao acesso de todos. -----

----- Nesse sentido o PCP na altura propunha que se procedesse à classificação e inventariação dos bens culturais pertencentes ao espólio de arte do Banco Espírito Santo, na altura já Novo Banco tomando os procedimentos cautelares e que esta resolução assegurar-se, pressupunha também que se assegurasse a detenção na esfera pública dos bens culturais atualmente na posse do Novo Banco. -----

----- Posteriormente, em Outubro de 2014 ainda o PCP também sugeriu e pediu um inventário de toda a coleção, portanto de facto para nós esta questão é uma questão importante a Arte deve ser fruída, de facto por todos e, como tal quando a disse acompanhantes esta Moção. -----

----- Em relação ao outro tema já que, amplamente discutido que é a Provedora dos Animais e também estamos de acordo quer com o Voto de Louvor quer com as Recomendações que apareceram, o que nós achamos que é lamentável, é realmente a Câmara Municipal de Lisboa criar realmente cargos, neste caso, o cargo de Provedoria dos Animais e depois esse cargo não ser provido dos meios respetivos para poder funcionar como deve ser, é um exemplo este, mas há outros cargos em que

realmente, se a queriam e que, de facto, não são acompanhados dos meios e de recursos necessários, isto é que nós consideramos que é lamentável. Muito obrigado.”-

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente. Faço agora a intervenção da maioria das Moções por parte do partido Socialista, antes de mais saudar o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa e focando acima de tudo esta esta saudação, nos muitos trabalhadores e trabalhadoras que representa, pelo serviço que prestam diariamente à Cidade e que é decisivo para uma substancial melhoria da qualidade de vida em Lisboa que temos assistido nos últimos anos. -----

----- Saudamos também os trabalhadores e trabalhadoras, as equipas em funcionamento na Maternidade Alfredo da Costa onde quer que elas trabalhem, com trabalhadores e trabalhadoras de referência na sua área e cujo trabalho tem de ser, obviamente protegido. -----

----- Saudamos ainda Inês de Sousa Real as minhas funções que desempenhou com reconhecido empenho enquanto Provedora dos Animais Lisboa, sabemos que se bateu que deixou marca aí que esta Provedoria hoje um instrumento referência na Cidade como provam os números das reclamações que chegam à Provedoria e que não têm parado de crescer. -----

----- É nossa opinião que não faltou apoio ou não teríamos registado esta evolução nos últimos anos, esta tradição vai ser uma oportunidade para a Câmara de Lisboa poder avaliar os meios em que esta Provedoria necessita avaliar também se é possível ou se é desejável que esta Provedoria possa este lugar, possa ser remunerado uma vez que temos a noção que esse foi um dos principais problemas, uma vez que vive e que o facto de não ser remunerado dificultou a gestão e a conciliação da função da Provedora com a sua vida profissional e sabemos que no futuro a Câmara de Lisboa da mesma forma que encontrou esta Provedora que desempenhou bem as suas funções, como dissemos, saberá renovar-se e encontrar outra. -----

----- Acompanhamos também o pedido de requalificação do Jardim Botânico Tropical nas vertentes, tanto património cultural, como de natural também espaço de lazer. -----

----- Ainda na questão do património cultural defendemos que deve devem permanecer na esfera pública as telas de Josefa de Óbidos, a coleção numismática de Carlos Marques da Costa, uma Biblioteca de Estudos Humanísticos de José Vitorino Pina Martins, entre outros, e que o processo de alienação do Novo Banco deve acautelar que permaneçam na esfera pública e mais tarde, Lisboa deve assegurar que fica na nossa Cidade. -----

----- O combate à precariedade laboral é também uma prioridade do Partido Socialista como o atual Governo e neste aspeto que une as bancadas do PS e do PCP é muito pelo que acompanharemos também esta sua Recomendação. -----

----- Por outro lado, desde a primeira hora que não percebemos a cruzada do CDS contra as obras no Eixo Central e menos percebemos ainda que posta a generalizada satisfação dos lisboetas com esta obra que se permanecem nesta atitude, acho que altura deixámos o tempo correr, deixarmos a Câmara Municipal atuar como há

nenhuma obra desta dimensão que não tenha de sofrer ajustes no final, achamos acima de tudo que é tempo de deixarmos esta obra em paz. -----

----- Por fim, Senhora Presidente, ainda que simbólico dizer que o Partido Socialista não pode aceitar a reversão da gestão da Piscina da Penha de França e reafirmamos a aqui o nosso compromisso e satisfação com a Reforma Administrativa ainda que tenhamos aqui um problema, como outros, é natural nunca foi negado este problema será solucionado com base no grupo de trabalho já foi criado entre a Câmara Municipal de Lisboa, a Junta de Freguesia e o Clube e temos na pessoa da Presidente Sofia Oliveira Dias a pessoa certa para resolver este problema e para fazer desta mais uma piscina de referência na nossa Cidade. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte afirmação:-----

----- “ Muito obrigado Senhor Deputado. Penso que a Câmara também pediu a palavra, o Senhor vice-Presidente da Câmara.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Duarte Cordeiro**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Eu queria essencialmente fazer referência à matéria relativa à Senhora Provedora dos Animais dizendo, em primeiro lugar, que a Câmara Municipal e o Executivo da Câmara Municipal está agradecida à Doutora Inês Real por todo o trabalho que desempenhou na função de Provedora dos Animais, no nosso entender, houve uma evolução muito significativa no que diz respeito ao bem-estar animal nos últimos anos na Cidade de Lisboa. -----

----- Lisboa de uma situação que se recordam no final de 2012 início de 2013 era referenciada como o caso negativo no que diz respeito ao bem-estar animal e hoje somos considerados por muitos uma referência no que diz respeito a boas práticas entre as quais a criação e o exercício das funções de Provedora dos Animais.-----

----- Dizer que quando criámos este cargo e todos nós aprendemos, pensámos no cargo essencialmente, como cargo que tivesse como objetivo zelar as competências municipais no que diz respeito ao funcionamento da Casa dos Animais que diz respeito às nossas capacidade ou não de tratamento dos animais, entretanto, tudo mudou, porque não só o nível de atenção sobre estas matérias aumentou substancialmente como entretanto foram alterará foram alteradas Leis fundamentais e foram criminalizados os maus-tratos animais e hoje, e muito bem, a Provedoria dos Animais tem como resposta um universo muito mais vasto e muito mais largo como relata, aliás, o Plano de Atividades a própria Provedora, por isso mesmo quando criámos o cargo de forma voluntária, o cargo era suposto ser exercido de forma voluntária e o que, no nosso entender, aconteceu e é a leitura que nós fazemos da demissão da Senhora Provedora é que não foi possível a Senhora Provedora compatibilizar aquilo que é a sua vida profissional com as funções de Provedora e nós respeitamos, respeitamos inteiramente a decisão que foi tomada. -----

----- Estamos neste momento a discutir se faz sentido ou não tornar o cargo de Provedor, um cargo remunerado, portanto, esta foi a principal razão e da nossa

entender, a única que justificou a decisão da Senhora Provedora todas as outras eram matérias para se passíveis de ser ultrapassadas e, com certeza que nós todos com bom senso as ultrapassaríamos, portanto, do nosso caso ficou o agradecimento à Doutora Inês Real.-----

----- Fica uma discussão que nós todos faremos e muito em breve, resolvemos de alterar o funcionamento da Provedoria dos Animais, já fomos referência quando o criámos e penso que se continuarmos a ser referência se, por acaso considerarmos que ele tem que ter mais condições do que as que atualmente tem. -----

----- De referir que a Provedora dos Animais funciona hoje com conjunto recursos que não era os que a Provedora entendi que devia ter, mas, pelo menos 3 assistentes administrativos, um gabinete próprio e procuraremos como é óbvio no próximo tempo aumentar as condições de funcionamento, portanto, há algum aspeto essencial, nós não fugimos a ele e vamos discuti-lo entre nós e em breve, vamos resolvê-lo, com a possibilidade de o cargo ser remunerado. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigado Senhor Vice- Presidente, pelos esclarecimentos que deu, que são relevantes, estamos agora, creio eu em condições de passarmos às votações, algumas forças pediram nalguns casos votação em separado. -----

----- O Senhor Deputado Vasco Santos, desculpe lá e não tenho aqui sinal na Mesa até que se passa? Não demos sinal! O Senhor Deputado, quer usar da palavra e tem tempo? Tempo cedido pelo PSD, faz favor. -----

----- Eu agradecia aos Senhores Deputados que estas negociações de tempo que informem a Mesa, porque a Mesa são dez forças políticas, temos de estar sempre aqui a ver o que se passa com os relógios. Faça o favor Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente, eu peço desculpa mas liguei para a Mesa e posso não ter sido claro, mas era para intervir. -----

----- Em relação à nossa Recomendação e depois de ter havido que algumas intervenções que que pudessem não ir de encontro também a opinião do MPT em relação ao que expressamente está escrito, eu gostaria que o ponto 3 tivesse uma ligeira alteração no seu fim, o ponto 3 da Recomendação 11/138 do MPT, na parte deliberativa, onde o ponto diz “ dada a avançada idade e aos problemas identificados no reator considere apoiar uma eventual a decisão de encerramento e desmantelamento do mesmo”, eu gostaria que a este texto fosse alterado para “apoiar uma eventual decisão de encerramento e desmantelamento ou reconstrução e atualização do mesmo. Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Agora sim parece que estamos em condições de passar à votação, vamos começar pelos Votos... Ah, o Senhor Deputado Carlos Silva Santos, tem a palavra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Antes de começar a votação da Moção, nº. 1/138, era votar em separado ponto 3. E era sobre a Recomendação nº. 6 sobre estacionamento, também era separar o ponto 3. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Já está tudo Senhor Deputado, no Voto 2 e na Recomendação 6, certo?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ E também na Recomendação do MPT, já está separada? Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Também já está separado. Muito obrigado. -----

----- Senhor Deputados, vamos então ver se podemos fazer as votações, vamos pôr à votação os Votos em primeiro lugar, temos o voto 1/138 apresentado pelo PCP.” -----

----- **VOTO Nº. 1/138 – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PCP) – VOTO DE SAUDAÇÃO PELO “40º ANIVERSÁRIO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO MUNICÍPIO DE LISBOA”.** -----

----- (O Voto de Saudação 1/138 fica anexado a esta Ata como Anexo I e dela faz parte integrante) -----

----- Ela foi apresentada uma nova redação, foi distribuída essa nova relação, que nós vamos votar. Não há votos contra e nem abstenções. **O Voto 1/138 foi aprovado por unanimidade.** -----

----- **VOTO Nº. 2/138 – (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PEV)– VOTO DE SAUDAÇÃO “ 85º. ANIVERSÁRIO DA MATERNIDADE ALFREDO DA COSTA”.** -----

----- (O Voto de Saudação 2/138 fica anexado a esta Ata como Anexo II e dela faz parte integrante) -----

----- Pedem-me que o ponto 3 seja votado em separado, o ponto 3 do Voto 2/138 fala de, diz o seguinte: defender a continuidade da Maternidade Alfredo da Costa como Maternidade Pública de referência, para a Cidade de Lisboa e para o País e vamos portanto, estar os pontos 1, 2 e 4 e depois faremos o ponto 3. -----

----- Portanto, vamos votar os **pontos 1, 2 e 4 do Voto 2/138.** Não há votos contra e nem abstenções. Foi aprovado por **unanimidade.** -----

----- Agora vamos pôr à votação o ponto 3 que eu acabei há pouco de reler, vamos pôr à votação. Não há votos contra. Abstenções do MPT e PSD. Votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, PNP e IND. **O ponto 3 do Voto 2/138 foi aprovado por maioria.** -----

----- **VOTO Nº. 3/138 – (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PEV)– VOTO DE SAUDAÇÃO “PROJETO SOS AZULEJO”.** -----

----- (O Voto de Saudação 3/138 fica anexado a esta Ata como Anexo III e dela faz parte integrante) -----

----- Vou pôr à votação. Não há votos contra e nem abstenções. O **Voto 3/138 foi aprovado por unanimidade.**-----

----- **VOTO Nº. 4/138 – (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO BE)– VOTO DE LOUVOR À “PROVEDORA MUNICIPAL DOS ANIMAIS DE LISBOA”.**-----

----- (O Voto de Saudação 4/138 fica anexado a esta Ata como Anexo IV e dela faz parte integrante)-----

----- Aqui há uma retificação que eu peço, é : “Louvor à Provedora”, não ao Provedor, porque é a Provedora em concreto que está a ser louvada aqui, não é um Provedor em geral, portanto, tem que se fazer esta retificação no título, se não se importam, o título é “Provedora Municipal dos Animais de Lisboa” e será louvor à Provedora Municipal dos Animais de Lisboa. -----

----- Vamos pôr à votação este Voto. Não há votos contra. Uma abstenção do PSD. Votos a favor PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e IND. **O Voto 4/138 foi aprovado por maioria.** -----

----- Vamos agora passar às Moções. Pedem-me para na Moção do Bloco de Esquerda os pontos 2 e 3 serem votados separadamente dos pontos 1 e 4, vamos então começar e o melhor é votar ponto a ponto que é mais fácil.-----

----- **MOÇÃO Nº. 1/138 – (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO BE) – “ PELA PRESERVAÇÃO NA ESFERA PÚBLICA DO PATRIMÓNIO CULTURAL DETIDO PELO NOVO BANCO E PELO SEU DEPÓSITO EM MUSEUS SEDIADOS NA CIDADE DE LISBOA”.**-----

----- (A Moção 1/138 fica anexado a esta Ata como Anexo V e dela faz parte integrante) -----

----- O Ponto 1 é “Solicitar ao Governo e aos Grupos Parlamentares esforços para inventariação e eventual classificação dos bens culturais”, há aqui um de naturalmente a mais, “Os bens culturais” e não “de culturais”, os Bens culturais que existam atualmente no património do Novo Banco. -----

----- Vamos pôr à votação este **Ponto 1.** Votos contra do PSD. Não há abstenções. Votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e IND. **Aprovado por maioria.**-----

----- Vamos pôr à votação o **Ponto 2.** Votos contra do PSD. Abstenções do CDS-PP e MPT. Votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNP e IND. **Aprovado por maioria.**-----

----- Vamos agora ao **Ponto 3.** Votos contra do PSD. Abstenções do CDS-PP, PCP, PEV e MPT. Votos a favor do PS, BE, PAN, PNP e IND. **Aprovado por maioria.** --

----- Vamos agora ao **Ponto 4.** Votos contra do PSD. Não há abstenções. Votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e IND. **Aprovado por maioria.** --

----- Falta o **Ponto 5,** desculpem, pensei que já tinha terminado. È apenas um ponto de remessa mas vamos pôr à votação o Ponto 5. Votos contra do PSD. Não há abstenções. Votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e IND. **Aprovado por maioria.**-----

----- Vamos agora pôr à vossa consideração a Moção nº. 2/138. -----

----- **MOCÃO Nº. 2/138 – (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP) – “REQUALIFICAÇÃO DO JARDIM BOTÂNICO TROPICAL”.**-----

----- (A Moção 2/138 fica anexado a esta Ata como Anexo VI e dela faz parte integrante)-----

----- Vamos pôr à votação a Moção 2/138. Não há votos contra. Votos de abstenção do PAN. Votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP/PEV, MPT, PNP e IND. **Aprovado por maioria.**-----

----- Terminámos as Moções e agora vamos passar às Recomendações, a primeira Recomendação é a 2/1/138.-----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 2/138 – (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PCP) – “COMBATE À PRECARIIDADE LABORAL”.**-----

----- (A Recomendação 2/138 fica anexado a esta Ata como Anexo VII e dela faz parte integrante)-----

----- Votos contra do PSD. Não há votos de abstenção. Votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e IND. **Aprovado por maioria.**-----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 3/138 – (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PCP) – “PISCINA DA PENHA DE FRANÇA”.**-----

----- (A Recomendação 3/138 fica anexado a esta Ata como Anexo VIII e dela faz parte integrante)-----

----- Votos contra do PS e PNP. Abstencões do PSD, IND e CDS-PP. Votos a favor do PCP, BE, PEV, MPT e PAN. **A Recomendação nº. 3/138 foi rejeitada.**-----

----- O Senhor Deputado do PSD Magalhães Pereira informa que farão uma Declaração de Voto, escrita, sobre esta votação que acabámos de fazer.-----

----- (Não foi entregues as Declarações De Voto do PSD)-----

----- Vamos agora passar à Recomendação nº. 4/138 e que me pedem para ser votada por pontos.-----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 4/138 – (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO BE) – “SOBRE A PISCINA DA PENHA DE FRANÇA”.**-----

----- (A Recomendação 4/138 fica anexado a esta Ata como Anexo IX e dela faz parte integrante)-----

----- Vamos então votar ponto por ponto e passamos ao Ponto 1.-----

----- Senhor Presidenta da Junta de Freguesia das Avenidas Novas, há alguns deputados que pedem que não esteja aí no momento da votação, peço desculpa, estamos a votar e perturba a votação.-----

----- Vamos então votar o **Ponto 1 da Recomendação 4/138.** Não há votos contra. Abstencão do PCP. Votos a favor do PS, PSD, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e IND. **Aprovado por maioria.**-----

----- Ponto 2 da Recomendação 4/138. Não há votos contra. Abstencão do PCP. Votos a favor do PS, PSD, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e IND. **Aprovado por maioria.**-----

----- **Ponto 3 da Recomendação 4/138.** Não há votos contra. Abstencões do PSD, IND, MPT, CDS-PP e PCP. Votos a favor do PS, BE, PEV, PAN e PNP. **Aprovado por maioria.**-----

----- **Ponto 4 da Recomendação 4/138.** Votos contra do PS, PNP e IND. Abstenções do PSD, CDS-PP, MPT, PCP e PEV. Votos a favor do BE e PAN. **Rejeitado.**-----

----- O PSD quer fazer uma Declaração de Voto e o CDS também sobre esta votação que acabámos de fazer.-----

----- Não foi entregues as Declarações De Voto do PSD e do CDS-PP) -----

----- Vamos passar agora à Recomendação nº. 5/138 e alguém me pede a votação do Ponto 2 separadamente, estes pontos não estão numerados. Senhores Deputados, são cinco os pontos e o que está em segundo lugar e votaremos depois, neste momento votamos o primeiro parágrafo, o terceiro parágrafo, o quarto parágrafo e o quinto parágrafo. -----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 5/138 – (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PAN) – CICLOVIAS - REDE INTEGRADA INTERMUNICIPAL E EQUIPAMENTOS DE APOIO**”.-----

----- (A Recomendação 5/138 fica anexado a esta Ata como Anexo X e dela faz parte integrante)-----

----- **Pontos 1, 3, 4 e 5 da Recomendação nº. 5/138.** Não há votos contra. Abstenções do PSD. Votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e IND. **Aprovados por maioria.**-----

----- **Ponto 2 da Recomendação nº. 5/138.** Não há votos contra. Abstenções do PSD e CDS-PP. Votos a favor do PS, PCP; BE, PEV, MPT, PAN, PNP e IND. **Aprovado por maioria.**-----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 6/138 – (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PAN) – IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIADAS MAIS EFICÁZES PARA COMBATER O ESTACIONAMENTO ILEGAL NA AVENIDA MOUZINHO DE ALBUQUERQUE**”.-----

----- (A Recomendação 6/138 fica anexado a esta Ata como Anexo XI e dela faz parte integrante)-----

----- Foi também pedida a votação por pontos, dois pontos, alínea a) e alínea b) e tem a ver com as medidas mais eficazes de combater o estacionamento ilegal na Avenida Mouzinho de Albuquerque. -----

----- Vou pôr à votação **a Alínea a)**. Não há votos contra. Abstenções do PCP. Votos a favor do PS, PSD, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e IND. **Aprovado por maioria.**-----

----- Vou pôr à votação **a Alínea b)**. Votos Contra dos IND e PEV. Abstenções do PCP. Votos a favor do PS, PSD, BE, CDS-PP, MPT, PAN e PNP. **Aprovado por maioria.**-----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 7/138 – (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PAN) – POMBAIS CONTRACETIVOS INSERIDOS NOS EDIFÍCIOS**”.-----

----- (A Recomendação 7/138 fica anexado a esta Ata como Anexo XII e dela faz parte integrante)-----

----- Pedem-me para votar em separado, são dois pontos, portanto, vamos votar primeiro o primeiro parágrafo.-----

----- **Primeiro parágrafo.** Não há votos contra. Abstenções do PSD e BE. Votos a favor do PS, PCP, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e IND. **Aprovado por maioria.**

----- Segundo parágrafo. Não há votos contra. Abstenções do PEV, BE, PCP, CDS-PP, PSD e MPT. Votos a favor do PS, PAN, PNP e IND. **Aprovado por maioria.**---

----- **RECOMENDAÇÃO N.º 8/138 – (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP) – “ OBRAS NO EIXO CENTRAL”.**-----

----- (A **Recomendação 8/138** fica anexado a esta Ata como Anexo XIII e dela faz parte integrante)-----

----- Votos contra do PS e do PNP. Votos de abstenção do PCP,IND e PAN. Votos a favor do PSD, BE, CDS-PP, PEV e MPT. **Rejeitada.**-----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º 9/138 – (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO BE) – “ PELO BOM FUNCIONAMENTO DA PROVIDORIA MUNICIPAL DOS ANIMAIS DE LISBOA”.**-----

----- (A **Recomendação 9/138** fica anexado a esta Ata como Anexo XIV e dela faz parte integrante)-----

----- Não há votos contra. Abstenções do PSD. Votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e IND. **Aprovado por maioria.**-----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º 10/138 – (SUBSCRITO PELA SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA) – “PROVEDOR MUNICIPAL DOS ANIMAIS DE LISBOA”.**-----

----- A **Recomendação 10/138**, fica anexado a esta Ata como Anexo XV e dela faz parte integrante)-----

----- Não há votos contra. Abstenção do PSD. Votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e IND. **Aprovado por maioria.**-----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º 11/138 – (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO MPT) – “ ACOMPANHAMENTO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DO REACTOR NUCLEAR DE INVESTIGAÇÃO DO IST”.**-----

----- (A **Recomendação 11/138** fica anexado a esta Ata como Anexo XVI e dela faz parte integrante)-----

----- Esta Recomendação tem uma retificação que foi lida, “dada a avançada idade e aos problemas identificados do reator considera apoiar uma eventual decisão de encerramento e desmantelamento ou reconstrução e atualização do mesmo”, isto foi a redação que o Senhor Deputado leu ao microfone. Pedem-me também aqui a separação dos pontos, todos em separado.-----

----- **Ponto 1.** Não há votos contra e nem abstenções. Foi **aprovado por unanimidade.**-----

----- **Ponto 2.** Não há votos contra. Abstenções do PS e do PNP. Votos a favor do PSD, PCP; BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN e IND. Foi **aprovado por maioria.**-----

----- **Ponto 3**, com esta nova redação. Votos contra do PCP. Abstenções dos IND. Votos a favor do PS, PSD, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN e PNP. **Aprovado por maioria.**-----

----- **Ponto 4.** Não há votos contra e nem abstenções. Foi **aprovado por unanimidade.**-----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º 12/138 – (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO BE) – “ PELA PRESERVAÇÃO DO PALÁCIO VALADARES COMO PATRIMÓNIO PÚBLICO E EQUIPAMENTO ESCOLAR”.**-----

----- (A **Recomendação 12/138** fica anexado a esta Ata como Anexo XVII e dela faz parte integrante)-----

----- Ninguém pediu votação por pontos, portanto, vamos pôr em votação tal como ela está. Não há votos contra. Abstenções do PS, PAN, IND, PSD, PNP, MPT e CDS-PP. Votos a favor do PCP, BE e PEV. **Rejeitada.**-----

----- O Grupo Municipal do PS vai apresentar Declaração de Voto.”-----

----- **O Grupo Municipal do PS apresentou a seguinte Declaração de Voto:**-----

----- “O Grupo do PS na Assembleia Municipal de Lisboa vem, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 63.º, n.º 1 do Regimento da AML, fazer constar da Ata da Reunião Ordinária realizada no dia 11 de Abril de 2017 a sua declaração de voto referente à Recomendação n.º 12/138, subscrita pelo Bloco de Esquerda, denominada “Pela preservação do Palácio Valadares como Património Público e Equipamento Escolar”, apresentada e votada no PAOD e que mereceu a abstenção do Grupo do PS com os seguintes fundamentos:-----

----- 1 - O PS tem acompanhado os problemas existentes na zona histórica da cidade, no que diz respeito à falta de equipamentos educativos. É preocupação do PS a falta de uma escola do 1º ciclo e Jardim de Infância no Centro Histórico da Cidade, em particular na Freguesia da Misericórdia, com as condições desejáveis ao bem-estar das crianças.-----

----- 2- A Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia da Misericórdia têm manifestado junto do Ministério da Educação, as preocupações referidas na Recomendação.-----

----- 3 - O edifício onde está a funcionar, a Escola Básica do 1º Ciclo e Jardim de Infância das Gaivotas, na Rua das Chagas, não possui as condições desejáveis para acolher as centenas de crianças que a frequentam. A crescer a esta situação, o edifício recebeu, provisoriamente, os alunos oriundos da Escola Básica do 1º Ciclo e Jardim de Infância Ducla Soares, localizada na Freguesia de Santo António, tornando a questão do espaço ainda mais preocupante. Tornou-se mais premente a necessidade de construção de uma escola nova.-----

----- 4 - A Câmara Municipal de Lisboa tem procurado encontrar uma solução para a construção de uma nova escola junto do Governo.-----

----- 5 - Essa solução pode não passar pela utilização do Palácio Valadares, sito no Largo do Carmo. Não queremos limitar a solução da construção da nova escola à utilização do referido palácio.-----

----- 6 - O PS está profundamente empenhado na busca de uma solução que melhor sirva os interesses das crianças, e o bem-estar da população do Centro Histórico da Cidade de Lisboa.-----

----- Lisboa, 11 de Abril de 2017, pelo Grupo do PS na Assembleia Municipal de Lisboa, Carla Madeira.”-----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 13/138 – (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PEV) – “ ENVELHECIMENTO ATIVO E SAUDÁVELNA CIDADE DE LISBOA”.**-----

----- (A **Recomendação 13/138** fica anexado a esta Ata como Anexo XVIII e dela faz parte integrante)-----

----- Vamos pôr à votação. Não há votos contra e nem abstenções. **Foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 14/138 – (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PAN) – “ PARA UM MELHOR FUNCIONAMENTO DA PROVIDORIA DOS ANIMAIS DE LISBOA”.**-----

----- (A **Recomendação 14/138** fica anexado a esta Ata como Anexo XIX e dela faz parte integrante)-----

----- Esta Recomendação tem uma retificação no ponto 3 que eu vou passar a identificar “que garanta em revisão das regras da Provedoria que este lugar seja de ação e independente, essencialmente e apartidário”, portanto, é tirada a palavra “apolítico” e é acrescentada a expressão “que seja de ação e independente, essencialmente, e apartidária”. Penso eu que terá que ser apartidária.-----

----- **Temos aqui os Pontos 1 e 2** desta Recomendação 14/138. Votos contra do PS e PNP. Votos de abstenção do PSD e BE. Votos a favor do PCP, CDS-PP, PEV, MPT, PAN e IND. **Rejeitados.**-----

----- **Pontos 3 e 4**, com a redação que eu disse. Não há votos contra. Abstenção do PSD. Votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e IND. **Foi aprovado por maioria.**-----

----- Senhores Deputados, terminámos o nosso PAOD e agora estamos em condições de retomar na nossa Ordem de Trabalhos.”-----

----- **PERÍODO DE INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Pedia e agora estamos em condições de retomar a nossa Ordem de Trabalhos, o ponto seguinte que é precisamente relativa à apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara com uma intervenção inicial do Senhor Presidente da Câmara que nos vai dar o gosto de usar da palavra.”-----

----- **1 - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, AO ABRIGO DA ALÍNEA C), DO Nº 2, DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS (RJAL), PUBLICADO EM ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL, E DA ALÍNEA E) DO N.º 2 DO ART.º 4.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA; GRELHA H – MÁXIMO 3H 20M**-----

----- (Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra, devidamente, arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal). -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, apresentou a seguinte Informação Escrita:-----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Quero neste ponto da Agenda relativo à Informação Escrita ater-me a um só ponto e a um só tema, porque ele é, sem dúvida, um dos temas centrais do debate político da Cidade e um dos temas centrais de preocupação para muitos lisboetas e para muitos residentes nesta Área Metropolitana. -----

----- O tema que vos quero falar é o da habitação. Quero-vos trazer este tema pela importância social, económica, política que ele tem na vida da Cidade e na vida do País, porque se há direito que é a nossa Constituição consagra com clareza e que é nossa obrigação promover é o acesso a uma habitação digna e de qualidade para todos e nós este Município levamos a sério esta nossa obrigação, porque aquilo que a Constituição determina não é uma faculdade, não é uma orientação, é uma vinculação!-----

----- O acesso a uma habitação digna é um direito de cidadania para todos no espaço de uma Cidade. É por isso que cabe a cada geração de responsáveis, de políticos locais nacionais, saber interpretar quais os meios, quais os recursos, quais as soluções que em cada período do tempo deve colocar ao serviço do cumprimento desta obrigação constitucional, uma habitação digna para todos! -----

----- E trago esse ponto aqui em primeiro lugar, porque quero saudar uma decisão do Parlamento aprovada na sexta-feira, que tem em vista a remover aspetos danosos do anterior Regime do Arrendamento Urbano, e a alteração significativa a que muito vemos à intervenção da nossa Presidente da Assembleia Municipal!-----

----- Quero deixar esta palavra de saudação, porque aquilo que o Parlamento decidiu, por iniciativa e pela ação da Deputada Helena Roseta, noutra chapéu que não o que aqui tem hoje é o da maior importância em favorecer o direito ao acesso a uma habitação digna e, em particular em limitar e em melhorar a situação dos estratos sociais mais desfavorecidos e desprotegidos da nossa sociedade!-----

----- É por isso que quero aqui saudar a decisão que foi tomada relativamente à revisão do Regime do Arrendamento Urbano relativamente à proteção daqueles que estão numa idade mais avançada, e que por via da anterior Lei do Arrendamento sem ser acompanhada da devida compensação de um fundo para os mais desfavorecidos, verdadeiramente aquilo que fez foi criar uma situação de medo e uma situação de incerteza para todos aqueles que com mais idade têm a sua habitação na Cidade de Lisboa. -----

----- Quero em segundo lugar, saudar a alteração que reforça os poderes e os direitos daqueles que se encontram em prédios que sofrem obras de reabilitação profunda e saudar a solução encontrada, porque uma Cidade necessita de se requalificar, uma Cidade necessita da reabilitação urbana, mas nós não podemos perseguir esse desiderato em sacrifício daqueles que são os mais desfavorecidos!-----

----- Em terceiro lugar, nós temos que encontrar um regime e encontrou-se com o regime, de correção de uma violência do anterior regime do arrendamento era a de proteção completa das lojas e dos estabelecimentos com carácter histórico na Cidade de Lisboa. Muita conversa houve por parte de muitos, aliás, muita conversa há da parte de muitos, mas a verdade é que muitas das lojas que fazem parte do património histórico da nossa Cidade estavam a ser obrigadas a encerrar portas por não estarem devidamente protegidas ao abrigo do Regime do Arrendamento. -----

----- A solução encontrada até porque assenta numa avaliação de carácter Municipal vai ser um instrumento essencial para protegermos melhora aquelas lojas, aquela parte do nosso património tão essencial à promoção, à garantia, à valorização, ao reforço da nossa identidade, mas também ao reforço da nossa capacidade de continuarmos a progredir enquanto destino turístico, uma Cidade que não preserva a sua autenticidade é uma Cidade que perderá o seu valor, até enquanto destino turístico, e as alterações que o Parlamento aprovou na sexta-feira vão no sentido correto! -----

----- Mas quero em segundo lugar, Senhora Presidente e Senhores Deputados, usar o meu tempo para anunciar na Assembleia que deu entrada para a aprovação em Reunião de Câmara, da primeira operação de renda acessível na Cidade de Lisboa. Demos entrada para apreciação na próxima Reunião de Câmara da primeira operação do conjunto de 15 operações que temos preparadas para facultar à Cidade de Lisboa pela primeira vez em várias décadas, de um poderoso instrumento de habitação, de promoção pública dirigida às classes médias da Cidade. -----

----- Há umas décadas atrás, e já aqui referi por várias vezes, esta Cidade esteve bem e o País esteve bem quando interpretaram bem que a concretização do direito do acesso à habitação se dirigia e se concentrava fundamentalmente nos estratos sociais mais desfavorecidos. Aquilo que o País fez nas décadas de 70, em particular nas décadas de 80 e nas décadas 90, honram o cumprimento que o progresso feito no direito à habitação. -----

----- Tenho aqui referido muitas vezes, é por isso que hoje na Cidade de Lisboa, nós somos capazes de ter e de facultar habitação a mais de 70 mil pessoas que estão em habitações municipais a que acrescem aquelas que estão em habitações ainda propriedade e gestão do Estado Central no que foi, sem dúvida, um movimento sem precedentes de esforço de melhoria das condições de vida dos estratos sociais mais baixos. -----

----- Estamos a prosseguir nesta linha neste mandato, com a remoção daquilo que eram as situações mais degradadas da habitação social no Bairro Padre Cruz, no Bairro da Boavista e a resolver um conjunto importante de necessidades de reabilitação nosso Património Municipal, mas a verdade, Senhores Deputados, é que se interpretarmos bem o que são hoje as necessidades no mercado da habitação na Cidade, temos que concordar num ponto, hoje o campo do direito do acesso à habitação está-se a jogar no acesso à habitação por parte das classes médias! E é neste campo, neste campo particular, que o País não dispunha de nenhum instrumento com capacidade, com poder e com alcance para providenciar uma oferta de resposta pública a este importante desafio. -----

----- Interpretar hoje a concretização da obrigação constitucional do direito do acesso à habitação passa por construir uma resposta de promoção de habitação pública dirigida às classes médias, significa isso uma resposta que tem que ter a largura, o poder, o alcance, a intensidade para ser capaz de ter um impacto determinante nos preços do mercado, mas também para ela por si própria ter a capacidade de responder a fatias significativas da população da Cidade de Lisboa. -----

----- Dizem alguns, mas o programa e as ambições deveriam ser maiores, a questão Senhores Deputados é começar, porque a verdade é que durante décadas o País inteiro, abdicou de ter uma política pública, porque confiou que o crédito e o acesso ao crédito e a propriedade privada eram garantia suficiente de o acesso à habitação. ----

----- Foram-no para muitos milhares, foram para muitas dezenas de milhares de pessoas, foram para muitas centenas de milhares de pessoas, é verdade, mas não são hoje a garantia suficiente para o acesso à habitação no Município de Lisboa e no Concelho de Lisboa. -----

----- É verdade Senhores Deputados, que errará quem olhar para a circunstância atual como uma regra de ouro e como uma circunstância estática no tempo, faz mal. Há 4 anos atrás, no meio de uma profunda crise económica e financeira e depois de termos sido confrontados com o rompimento dos mecanismos estabilidade da moeda única todos achariam improvável que alguma vez mais no nosso País, o crédito à habitação voltasse a ser um instrumento para o acesso à habitação para grande parte das famílias. -----

----- Há 4 anos atrás, as nossas expectativas, de todos, do ponto de vista social e político, era de uma dinamização do mercado de arrendamento por impossibilidade de voltarmos a ter taxas de juro nos mercados e fornecidas pelos Bancos às famílias, ao nível que tínhamos tido nas décadas anteriores, mas a verdade é que esta realidade mudou! Em poucos anos, fruto da realidade da política monetária que é essencial aos Países do Sul e a estabilidade da moeda única, fruto dos diferenciais com outros Países Europeus, fruto do dinamismo do turismo e do reconhecimento da Cidade de Lisboa nos mercados internacionais, é verdade que hoje existe sobre o mercado da habitação em Lisboa, uma pressão que não era prevista ou antecipável na escala há 4 anos atrás. É por isso que é essencial nós reforçámos e termos e lançarmos hoje o que é a única garantia que a Cidade terá para o futuro para independentemente das condições que os mercados venham a ter relativamente às taxas de juro e à compra de habitação própria, a única resposta de fundo que nos dará garantias de podermos ter habitação para a classe média e a única resposta é esta: é termos um mercado da promoção pública gerido e propriedade da Câmara Municipal de Lisboa!-----

----- É por esta razão que aquilo que nós estamos a lançar hoje, que estamos a propor à Câmara como a primeira operação da renda acessível, é um programa da maior importância estratégica para o futuro da Cidade, porque, no fundo que se trata é colocarmos Património Municipal que será alvo de construção, gestão, operação, durante um determinado período de tempo por operadores e investidores privados, mas que não deixa de ser Património Municipal e que se manterá depois como Património Municipal que vai permitir colocar rendas, habitações a rendas

compatíveis com os rendimentos das verdadeiras classes médias do País e gostava de dizer aqui algo, que não haja engano nos números, que não haja enganos indicadores, as classes médias do País não ganham, em média três mil, três mil e quinhentos, quatro mil, cinco mil ou seis mil euros por mês, o ganho médio no nosso País é de mil euros, não é de dois mil, não é de três mil, não é de dez mil, como um político há uns anos considerava e até se perguntava como é que alguém pode viver com 10 mil euros? Pois a pergunta é: como é que alguém pode viver na classe média, pagando o preço da habitação em Lisboa? E é precisamente por isso que o nosso programa, que hoje lançamos, é um programa que se destina a construção de 7 mil fogos, que tendo sucesso poderá ser alargado, poderá ser robustecido, deverá ser intensificado, mas que tem esta ambição grande de partida, que começa com 7 mil fogos e que vai arrancar com a construção de 126 fogos e tem vários princípios, em primeiro lugar, trata-se de habitação a renda acessível, habitação que as classes médias possam suportar, estamos a falar de valores que oscilam entre 150 euros e 300 euros por mês, não é mais, não é o dobro, não é o triplo, são 300 euros por mês para um T2, para que uma família possa viver na Cidade de Lisboa. -----

----- A segunda condição, trata-se de uma habitação de qualidade, não abdicamos da qualidade da construção dos referenciais da construção, porque uma habitação a renda acessível, não é uma habitação de pior qualidade!-----

----- Terceiro lugar, não abdicamos da comunidade e não abdicamos de utilizar este instrumento como instrumento também de apoio ao repovoamento e à requalificação da Cidade de Lisboa. É por isso que a primeira operação é no centro da Cidade de Lisboa, junto a estações de Metro, junto a Centros de Saúde, junto a Hospitais, próximo de Escolas, capaz de ajudar o esforço, o esforço de reabilitação e repovoamento da Baixa da Cidade de Lisboa, mas é por isso também que as localizações seguintes da construção nova seguem o princípio de zonas de centralidade ou de zonas nas quais a Câmara se contratou com a infraestruturização profunda destas zonas. -----

----- Senhoras e Senhores Deputados, aquele que os Vereadores vão apreciar e aquilo que a Assembleia Municipal aqui vai apreciar é o lançamento e é o início de um longo caminho na Cidade de Lisboa, mas é um caminho que é essencial nós fazermos, não “*transniversando*”, não hesitando, não abdicando, não menorizando, mas com a convicção de que só a existência de uma oferta pública de iniciativa pública de habitação para as classes médias é que permitirá completar a peça que nos distingue de Lisboa, que distingue hoje Lisboa de outras Capitais Europeias. Quando olhamos para Capitais e para outras Cidades e vemos os preços no mercado imobiliário, a resposta à pergunta de como é que muitos residentes de classe média desses países acedem à habitação a resposta é uma: porque nessas cidades e nesses países existe um mercado de iniciativa pública que assegura que nos centros das cidades haja habitação a custos a que todos podem suportar, ora esta peça, é esta garantia, é este elemento que hoje não existe na Cidade de Lisboa e que agora com o Programa da Renda Acessível, que vamos lançar agora, que vamos agora iniciar e que vai entrar na sua

fase de arranque que vamos completar na Cidade de Lisboa, a bem do nosso futuro enquanto Cidade. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente. -----

----- Muito obrigada também pelas palavras que disse a meu respeito, apenas para informação dos Senhores Deputados, o que foi aprovado na Assembleia da República foi por iniciativa dos vários Grupos Parlamentares, não necessariamente iniciativa individual minha e, portanto, apenas dar esse acrescento de informação. -----

----- A legislação sobre as alterações ao Arrendamento Urbano foi iniciativa do PCP, a legislação sobre o Regime das Lojas Históricas foi iniciativa do Partido Socialista, depois todos deram contributos, mas a iniciativa inicial foi esta. Vamos agora prosseguir.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente. -----

----- Na apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o primeiro assunto que Os Verdes pretendem abordar está relacionado com as árvores na cidade de Lisboa, até porque recebemos, mais uma vez, denúncias sobre esta matéria. -----

----- Falamos das árvores da Avenida Guerra Junqueiro e da Praça de Londres, mas os exemplos estendem-se a toda a cidade. Na página oficial da Autarquia encontrávamos ontem 26 locais a serem intervencionados. Hoje, apenas encontramos 24, tendo sido retiradas as intervenções a realizar na Avenida Guerra Junqueiro e na Praça de Londres. -----

----- Apesar de, aparentemente, estas árvores estarem saudáveis, diz a Câmara Municipal de Lisboa que, por apresentarem graves sinais de decrepitude e defeitos estruturais, podendo pôr em causa a segurança de pessoas e bens, serão abatidas e substituídas. -----

----- O que pretendemos saber é ao todo quantas árvores serão abatidas no âmbito destas intervenções? Porque esta história de marcar árvores para abate e depois o Executivo decidir que afinal já não serão todas abatidas, não nos dá muita segurança de que a Câmara saiba o que está a fazer, e decisões destas não se podem tomar de ânimo leve. E, mais uma vez, a informação aos munícipes falhou. -----

----- Para “Os Verdes” é inaceitável a forma como as árvores são tratadas pelo Executivo, que se esquece que as árvores são património e um bem público de todos nós. -----

----- Tão importante como plantar novas árvores, é preservar e saber cuidar das árvores que foram plantadas no passado, e que fazem parte da memória dos locais e das pessoas que os habitam. -----

----- Também é preciso ter presente que muitas vezes há soluções técnicas para as árvores doentes, permitindo que vivam mais tempo, sem colocar em risco a segurança.

Por isso, defendemos que cada caso é um caso e tem de ser analisado na sua individualidade. -----

----- Por tudo isto, gostaríamos de obter esclarecimentos do executivo sobre estes abates. -----

----- “Os Verdes” informam ainda que entregarão um requerimento a solicitar toda a documentação relativa aos abates de árvores, designadamente os pareceres do Laboratório de Patologia Vegetal Veríssimo de Almeida. -----

----- E este assunto remete-nos para o Regulamento do Arvoredo, assunto que consideramos que deve ser retomado urgentemente na 4ª Comissão. -----

----- Na altura da discussão na generalidade, “Os Verdes” defenderam que a proposta devia ser aperfeiçoada e, apesar de o regulamento resolver alguns problemas, precisava de ir mais longe. -----

----- No entanto, o regulamento está parado. A capital do país não consegue ter um regulamento do arvoredo e isso é lamentável. -----

----- Desde o início que alertámos para as incoerências e fragilidades da transferência de competências da Câmara para as Juntas de Freguesia, e a trapalhada que veio juntamente com o Regulamento do Arvoredo aqui está para o provar, a Câmara e as Juntas não se entendem. -----

----- Tivemos também conhecimento que dezenas de árvores foram abatidas nas traseiras no Bairro da Boavista, em pleno Parque Florestal de Monsanto. Alegadamente, a razão evocada prende-se com a expansão das instalações do Grupo Desportivo de Direito Rugby, localizado neste Bairro. -----

----- Tendo em conta que nas conclusões do debate sobre Monsanto, onde ficou expresso nas recomendações aprovadas por unanimidade que não seriam autorizadas novas políticas de delapidação ambiental do Parque Florestal, como explica a Câmara mais este desbaste? -----

----- Um outro assunto sobre o qual não encontramos uma única referência é o amianto e gostaríamos de saber qual a razão para isso. Durante o período compreendido por este relatório nada foi feito no sentido da resolução deste problema na cidade? -----

----- Ainda sobre a Provedora dos Animais, questão já abordada nesta reunião, encontramos apenas esta referência “Avaliação das reclamações sobre condições de alojamento de animais provenientes do Gabinete Municipal da Provedora dos Animais de Lisboa”. -----

----- Ao longo deste mandato já duas pessoas desempenharam esta função e, segundo se sabe, a recente demissão da Provedora deveu-se à falta de meios para desempenhar o cargo. -----

----- Numa altura em que a legislação tem apresentado desenvolvimentos consideráveis, assim como os cidadãos estão mais conscientes para a proteção e o bem-estar animal, é lamentável que Lisboa se encontre nesta situação. O Executivo deve valorizar de forma séria, responsável e coerente esta matéria, e ter consciência que não se fazem omeletes sem ovos. Não se pode exigir mudanças sérias se o próprio

Executivo não levar a sério o exercício destas funções e não procurar dar respostas rápidas e eficazes às recomendações. -----

----- Passando a outro tema, logo na introdução do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, é referida a cerimónia de reabertura do Pavilhão Carlos Lopes e parece que estamos perante um folheto turístico descrevendo este icónico edifício. -----

----- Curiosamente, ou não, aqui nada é dito sobre o que realmente se passou. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa decidiu entregar a gestão do Pavilhão Carlos Lopes à Associação de Turismo de Lisboa, uma entidade externa, tal como o decidiu fazer também para os edifícios do Terreiro do Paço. Esta opção é bem demonstrativa de como o executivo promove a sobreposição dos interesses particulares ao interesse coletivo. Entregar a terceiros o património emblemático da cidade tem sido a máxima deste Executivo. -----

----- Mas não ficamos por aqui. A reabilitação do Pavilhão Carlos Lopes foi consumada para encontros empresariais e não para atividades desportivas, pois o campo está completamente vazio, sem bancadas, sem marcações no solo ou equipamentos desportivos, balizas, redes, tabelas, etc. Ou seja, quem quiser que alugue estes equipamentos e os transporte para lá, de acordo com o presidente da Associação de Turismo de Lisboa. -----

----- E também não tem balneários! O Pavilhão Carlos Lopes foi desportivamente destruído pelas mãos deste Executivo. -----

----- Podemos dar também o exemplo do Cineteatro Capitólio em que a Câmara Municipal de Lisboa decidiu que a sua programação fosse concessionada a entidades privadas. -----

----- Hoje mesmo foi anunciado o lançamento do concurso, por parte da EGEAC, para a exploração do Capitólio. -----

----- Se é a própria Câmara que reconhece que este espaço tem condições para acolher qualquer tipo de programação cultural, não tendo paralelo nos restantes equipamentos municipais, era importante sabermos por que razão opta por concessionar a programação do Capitólio a entidades privadas? -----

----- Em alternativa, não considera que poderia e deveria ser a Câmara a entidade responsável por esta programação? -----

----- Relativamente a um assunto já abordado há pouco no PAOD, é com alguma estranheza que reparamos que sobre a Piscina da Penha de França apenas se diga, na página 138, nas Obras em Instalações Desportivas Municipais que se está a fazer o acompanhamento da obra. Mais nada. -----

----- Lisboa tem uma piscina desativada há sete anos, a Câmara mais uma vez demitiu-se das suas responsabilidades, passando-as para entidades externas, a primeira pedra foi lançada e depois gerou-se o desentendimento. Resultado: a piscina continua encerrada e a população continua privada deste equipamento. É esta a perspectiva do Executivo de uma boa gestão? -----

----- Já aqui referimos o Pavilhão Carlos Lopes, o Capitólio e a Piscina da Penha de França e os exemplos não ficam por aqui. Que mais provas quer o Executivo de que

esta fórmula não funciona? A Câmara Municipal de Lisboa não se pode demitir de todas as suas funções e passar as suas responsabilidades para entidades externas. -----

----- São opções, mas são opções erradas! -----

----- E tudo isto é exemplificativo de como este Executivo atua. A Informação Escrita começa assim “O Presidente da Câmara Municipal deve entregar, em cada sessão ordinária da Assembleia Municipal, uma Informação Escrita sobre as informações do Município.” -----

----- E por informação entendemos que, enquanto Deputados Municipais, temos o direito a ser informados e o Senhor Presidente tem o dever de prestar esses esclarecimentos. -----

----- Mas não, parece que estamos perante um relatório de contra-informação e isso é incorreto e desrespeitador desta Assembleia. Alguns assuntos são omitidos e o Executivo apenas refere a parte dos processos que lhe convém, como se fosse possível esconder a realidade dos factos. -----

----- Já tínhamos alertado para esta situação, e contestado esta postura do Executivo que se mantém sessão após sessão, o que demonstra que há muita falta de vontade de fazer as coisas como devem ser feitas e que reflete também que, afinal, há alguns aspetos que a Câmara Municipal prefere esconder na Informação que presta a esta Assembleia. Obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Cumprimento a Mesa na ausência da Senhora Presidente, mas temos as Senhoras Deputadas Secretárias, que muito ilustram essa Mesa da Assembleia Municipal. -----

----- Senhoras, Membros da Mesa, como disse, Presidente da Câmara, Senhores e Senhoras Vereadores e Deputados Deputadas, Serviços Municipais, Público e Comunicação Social eventualmente presente. -----

----- Temos várias vezes referido a evidente menor vontade de cumprimento da tarefa regimental apresentação da comunicação escrita pelo Senhor Presidente a esta Assembleia, se ele compra muito contrariado em que o que escreve pouco ou nada e eu disse pouco ou nada e não é pouco ou nada, é absolutamente nada tem a ver com o que aqui apresenta. -----

----- O que vem escrito é uma sucessão de factos mais ou menos conforme às ocorrências, o que aqui vem apresentar é uma atitude de oposição à Oposição e um exercício imerecido de auto glorificação, ainda por cima sobre promessas de promessas. -----

----- Não tem o Senhor Presidente concordado com esta evidência, mas ao vermos o que está concretamente escrito, não faremos a injustiça de pensar que é mesmo do Senhor Presidente, a sua autoria direta, estou a falar da Comunicação Escrita do Presidente, que aliás ele não referiu na sua intervenção. Tal a coleção de banalidades, estrangeirismos primários, alguma misoginia e tacanhez de expressão e até apropriação do trabalho de terceiros. Basta ler as 18 páginas que dizem respeito à assinatura do Senhor Presidente. -----

----- Vejam-se os casos flagrantes de excessiva pormenorização em obras anunciadas ou arrancadas, ocupando indevidamente páginas e páginas, vulgo palha, apropriação de trabalhos das Freguesias e da Assembleia Municipal, agora algo que estranho profundamente, associação da arte imemorial da tatuagem corporal à prostituição e à marginalidade, em frase especialmente infeliz e, de novo e sempre, o uso indiscriminado de expressões estrangeiras que mais não revelam que a ignorância e o desprezo pela nossa língua de quem redigiu aquele texto.-----

----- Como diria Millor Fernandes, Ah! Essa falsa cultura! -----

----- Decerto que não foi o Senhor Presidente que redigiu o texto, não faremos de facto essa injustiça, que redigiu o texto e como de costume delegou essa maçadora tarefa à discrição de qualquer assessor seu. -----

----- Senhora Presidente, que nada trazem a Lisboa e a esta Assembleia as banalidades com que se preenche esta Informação Escrita e que se deveria, era obrigação pura, destinar-se a sumarizar o que de relevante se teria produzido em prol da cidade no trimestre anterior, mas de interesse público, muito pouco de facto existe realmente nesta Informação Escrita, e vou dizendo muito pouco ou nada. -----

----- Não deixam alguns factos porém de ser ameaçadores para a Cidade, como sejam novas delimitações de Unidades de Execução, instrumento que esta Câmara adota, desde que produziu o novo RPDM, para subtrair as operações de mais relevante significado urbano à fiscalização específica da Assembleia Municipal.-----

----- Utiliza também um instrumento particularmente eficiente e nocivo nesta ingente tarefa de ocultar os objetivos, meios e usos de relevantíssimas verbas municipais, verbas que são da propriedade de Lisboa e dos seus moradores e contribuintes das taxas, tachinhas e impostos diversos, algumas, aliás consideradas ilegais, diga-se de passagem, Senhora Presidente da Assembleia, que acabámos de receber uma comunicação que fez Vossa Excelência a esta Assembleia em que nada mais nada menos que o Tribunal Constitucional nos pede para nos pronunciarmos sobre esse assunto, daí se vê a gravidade de um assunto deste jaez. -----

----- Tendo o desprante de anunciar que finalmente se devolveu à cidade e à Freguesia das Avenidas Novas o seu Pavilhão Carlos Lopes, deixando de referir no entanto que as importantes verbas municipais despendidas foram geridas pela Associação de Turismo de Lisboa, entidade com interesses exteriores à Cidade e gerida familiarmente com o Presidente da Câmara. -----

----- E enche-se depois a boca com a transparência, enquanto se distrai Lisboa com um estaleiro geral a céu aberto, tornando o trânsito caótico e muito dificultando a vida dos transeuntes, não se dedicando a Câmara ao que lhe é minimamente exigido que será proporcionar uma melhor Cidade aos que aqui vivem, trabalham e aos que a visitam. -----

----- Esta Comunicação Escrita resume-se assim, e é a isso que me refiro, pois é isso que foi enviado para as Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, resume-se assim, como aliás as anteriores, a comemorações, celebrações, apresentações, condecorações e festividades várias para entreter o pagode e fazer da propaganda o seu modo de vida.

----- Parece ser indiferente, a Câmara, às dificuldades causadas aos cidadãos. As obras que há, não se destinam à conservação patrimonial, mas só para turistas e nada para melhorar a vida das pessoas. -----

----- Como já se ouviu dizer a pessoas muito consideradas, são só obras para ver passar a Procissão. -----

----- O que interessa é a fachada. É obra sumptuária e marcadamente ideológica, destinada a fazer penar Lisboa com propósitos meramente eleitorais. -----

----- Há dez anos, e a propósito também daquilo que o Senhor Presidente veio aqui fazer na sua alocução, há 10 anos que a Cidade não cria habitação social e todas as semanas nesta Assembleia ouvimos os apelos constantes de famílias e pessoas altamente carenciadas, portanto, é visto. O Senhor Presidente como chega tarde não ouve os apelos das pessoas aqui no Período de Antes da Ordem do Dia e por isso agora se ri daquilo que é um facto insofismável. -----

----- Ora bem, mas continuando, o problema da habitação em Lisboa ficou e fica por resolver, devido à inversão de prioridades da Câmara, primeiro são as eleições e nunca as pessoas, fica esta a ser a marca fundamental desta Câmara Municipal. -----

----- Pretende agora, pelo menos assim diz o Senhor Presidente, pretende agora pela alteração da Lei vigente, que sejam agora os particulares a continuar a financiar uma função que é claramente Municipal ou até possivelmente de carácter Estatal, mas é bom poder atirar para os outros os problemas que não se resolvem. -----

----- Vende-se constantemente património que poderia servir para alojar as famílias e deixa-se o que é verdadeiramente importante para o Empréstimo BEI que aliás já sofreu um incidente por culpa do Município e um atraso relevante. -----

----- O Plano de Drenagem é urgente e apenas timidamente se faz alguma coisa, continuando a incúria na manutenção da rede de coletores. -----

----- Mas como não se vê, está lá por baixo, não importam os perigos de perdas de bens e vidas pelas inundações que a também intensiva impermeabilização dos solos continua a promover. -----

----- Alegou-se aliás, que é interessante, alegou-se uma redução da Receita Estrutural do Município, por hipotética abolição do Imposto de Transações e diminuição da Derrama e aproveitou-se a maioria obediente na Câmara e da Assembleia para promover o enorme aumento de taxas e invenção de novas, algumas das quais que como vimos levanta problemas até ao próprio Tribunal Constitucional, não hesitando porém a Câmara em gabar-se sem reboço do que chama “uma melhoria da plataforma tributária”, é extraordinário!-----

----- Enriqueceu-se assim o Município à custa dos lisboetas retirando-se-lhes rendimentos, mas o Presidente diz que a situação financeira da Câmara é agora sólida. -----

----- Mas agora é o tempo das promessas e da demagogia que é nisto que esta Câmara é generosa e as vezes exímia, como a intervenção de hoje do Senhor Presidente bem aqui o demonstrou, os outros que tratem dos assuntos que fiquem por resolver! -----

----- A indiferença social continua assim flagrante, não merecerão, portanto, e não merecem a confiança de Lisboa! -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Drummond (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Muito obrigada Senhora Presidente, Senhores Deputados Municipais, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores. -----

----- Permitam que comece a minha intervenção com uma breve apreciação do Relatório de Gestão e Contas de 2016, apresentado pela Câmara Municipal de Lisboa. Este Relatório espelha mais uma vez que o Município mantém um caminho consistente de consolidação orçamental sem comprometer as necessidades de investimento das políticas dirigidas às pessoas, com apostas concretas na qualidade de vida dos cidadãos e na requalificação e regeneração do espaço público, com efeito há uma redução para mínimos históricos da dívida legal em 52 milhões de euros relativamente ao ano 2015, e de 570 milhões de euros relativamente ao ano de 2007, ano em que o Partido Socialista recebeu uma Câmara falida com um passivo de 1.130 milhões de euros.-----

----- Em 2007, a dívida de médio prazo era de 459 milhões de euros e a Câmara Municipal de Lisboa pagava a 324 dias. Hoje, a dívida de médio prazo é de 2 milhões de euros e a Câmara Municipal de Lisboa paga em 2 dias, isto ao mesmo tempo que mantém a carga fiscal mais baixa de toda a se de toda a Área Metropolitana de Lisboa, a taxa de devolução de IRS permitiu este ano devolver às famílias e às empresas cerca de 30 milhões de euros, temos a taxa de IMI mais baixa possível, de 0,3 por cento.-----

----- Por outro lado, é importante recordar que a Câmara Municipal de Lisboa tem a quinta Tarifa Municipal de saneamento e resíduos urbanos mais baixa dos 17 Municípios, por oposição a Mafra e Loures que encabeçam a lista das tarifas mais altas.-----

----- Também o comportamento da Derrama em 2016 demonstra bem a evolução positiva da atividade económica da Cidade, estas são as melhores contas de sempre do Município pelo terceiro ano consecutivo e comprovam que a gestão socialista do Município se pauta por critérios de rigor, transparência, responsabilidade e consolidação sustentada, que permitiu ao mesmo tempo que lançar um novo ciclo de investimento em Lisboa!-----

----- Senhores Deputados, o momento e as circunstâncias podem justificar muita coisa, mas nunca a política e os políticos devem deixar de estar focados na concretização de políticas para as pessoas. É claro que a exigência complexidade as nossas realidades urbanas são sempre superiores às disponibilidades financeiras para concretizar as respostas para maior número possível de membros das nossas comunidades. É claro que, por vezes nem os poderes convergem nem a sociedade está mobilizada, mas deve haver e há um sentido, responder aos problemas tradicionais e aos novos problemas que afetam as pessoas. É claro que há sempre quem tenha sido complacente com a Troika, mas queira agora que no plano local sejam resolvidos todos os problemas e ameaças, mesmos que foram gerados pela sua ação governativa de 4 anos no Governo. -----

----- Não somos de olhar pelo espelho retrovisor, mas há limites para a falta de memória, acumulam passivos de falta de respeito pela dignidade humana, mas agora por decreto e que deveria ser e não é por acaso que está a ser pela nossa mão. -----

----- Não de um momento para o outro, como quem acha que os recursos são infinitos, mas com a firmeza e um sentido político na gestão autárquica claro que, em muitas questões com convergência de vontades entre o Poder Central e Poder Local, mas com sentido e foco e é esse o sentido das medidas Municipais na área da saúde, da coesão social, de habitação ou nos transportes, política para as pessoas na saúde quando a Câmara Municipal de Lisboa avança com investimento de 30 milhões de euros para a construção de 14 novos Centros de Saúde em Lisboa. Este é o maior investimento em décadas no reforço dos cuidados primários de saúde na nossa Cidade, melhores equipamentos, melhores acessos e mais valências significam melhores cuidados de saúde, Centros de Saúde em edifícios habitacionais com acessos difíceis, desajustados da realidade ou subaproveitados são uma realidade que vai agora ser superada, esta é uma aposta clara do Município na valorização do Serviço Nacional de Saúde, na prestação de cuidados de saúde primários em condições de acessibilidade para os cidadãos e com boas condições para os profissionais de saúde bem diferentes das que tivemos entre 2011 e 2015. -----

----- A iniciativa impulsionada por Fernando Medina honra o património do Partido Socialista na criação do Serviço Nacional de Saúde e contribui para a oferta de melhores cuidados de saúde em Lisboa, são marcas de um humanismo decisivo para a vida concreta das pessoas e para a valorização do trabalho dos profissionais da Saúde!

----- Ainda no âmbito da Saúde não poderia deixar de salientar a cedência de terrenos camarários para a construção do novo edifício do IPO, com capacidade para atender mais 1500 utentes por ano, com a ampliação das instalações é possível manter esta unidade de saúde, que é uma referência a nível nacional em Lisboa e, sobretudo e sobretudo garantir aos seus doentes e familiares condições mais dignas e melhorar a qualidade do serviço que lhes é prestado. -----

----- Política para a integração da pessoa sem-abrigo, cujo patamar de vulnerabilidade exige uma estratégia de intervenção bem definida, quer pela rede social de Lisboa quer pelo Município que tem vindo a fazer um considerável investimento logístico e financeiro na constituição de uma equipa especializada de intervenção, na cedência de inúmeros espaços para equipamentos através de apoios financeiros, que entre 2009 e 2015 chegaram a cerca de 5 milhões de euros, a diversas instituições para a criação de centros de alojamento temporário, equipas técnicas e de intervenção de rua e ainda para alguns projetos de intervenção. Em 2015 foi aprovado um ambicioso Programa Municipal para a pessoa sem-abrigo 2016 /2018, envolvendo projetos de mais de 24 instituições e prevendo um investimento de cerca de 4 milhões de euros para os próximos 3 anos, a ambição é proporcionar a 200 pessoas a saída da condição de sem-abrigo e criar novas respostas para a inserção e outros modelos de habitação de transição para a população sem-abrigo. -----

----- No passado dia 23 de Março, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou o financiamento 350 mil euros, a conceder o Centro de Alojamento Temporário de

Xabregas e ao Centro Temporário da Graça, que concretizam respostas a 100 das 400 pessoas que vivem nas ruas da Cidade de Lisboa. -----

----- Em boa hora o Senhor Presidente da República se associou o esforço de combate a este fenómeno de exclusão e de emergência social, marcado por marcado por diversas causas, mas com um só objetivo, restituir dignidade humana a estes cidadãos, sem dúvida, a integração da pessoa sem-abrigo deve ser um desígnio nacional e Lisboa está a fazer a sua parte neste esforço para que ninguém permaneça na rua por falta de alternativa! -----

----- Ora é também este o sentido do Projeto Casas Primeiro, que oferece apoio na escolha, obtenção e manutenção de casa individual, digna, permanente e integrada na comunidade e que já tem disponibilizadas 80 casas prevendo-se que, em breve possam chegar às 180 habitações, ou o apoio alimentar fornecida pelo Núcleo de Apoio Local em Arroios prevendo-se também nesta área a abertura de mais 4 núcleos: Cais Sodré, Restauradores, Parque das Nações e Santa Apolónia. -----

----- Porque já estávamos a trabalhar e se trata de um drama humano individual e comunitário partilhamos a ambição de deixar de haver pessoas sem-abrigo em Portugal até 2023. -----

----- Política para as pessoas na habitação foi o tema que o Senhor Presidente hoje nos trouxe aqui na sua, que quis destacar a sua Informação Escrita, quando começam a haver condições políticas para que o Governo assume um papel neste desafio em que a Autarquia Local nunca deixou de procurar respostas para as pessoas, queria também aproveitar passada na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, que muito lutou quer como cidadã, como Vereadora e como como Presidente da Assembleia Municipal e como Deputada, a decisão da revisão das Lei das Rendas, no que respeita à proteção dos mais idosos e vulneráveis, que veio corrigir algumas das graves deficiências daquela Lei profundamente danosa. -----

----- São vários os instrumentos de política de habitação Municipal para responder às necessidades de diferentes segmentos da população, temos o Programa da Renda Apoiada para respostas de emergência a população de mais baixos rendimentos, sendo que, neste momento, está a decorrer um conjunto de operações de regeneração em 21 Bairros e a construção de 500 novas casas no Bairro Padre Cruz e no Bairro da Boavista, que representa o maior investimento das últimas nos últimos 40 anos, cerca de 85 milhões de euros. -----

----- Temos também o Subsídio Municipal de Arrendamento que visa apoiar os agregados em situação de carência económica que os impeça de fazer face à totalidade da renda na sequência da entrada da famigerada Lei do Arrendamento. -----

----- Deste, este Programa já envolveu mais de 800 mil euros em apoios financeiros e temos também o programa da Renda Convencionada implementado pela Câmara Municipal de Lisboa, de forma pioneira, para diversificar as respostas na área da habitação, neste caso às famílias que querem alugar casa em Lisboa e que não têm capacidade para aceder ao mercado privado. -----

----- Desde o final de 2013 têm vindo a apoiar estas rendas em cerca de 40 por cento abaixo do valor de mercado e neste apoiámos a renda de 217 habitações. -----

----- Acresce ainda que a Câmara de Lisboa apresentou, como disse o Senhor Presidente, esta semana, o primeiro dos 15 empreendimentos do Programa Renda Acessível, aquele que é seguramente o maior programa de habitação a custos controlados para a classe média das últimas décadas e um dos mais ambiciosos a nível Europeu. -----

----- A iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa tem o duplo objetivo de conquistar população para a Cidade e, ao mesmo tempo intervir no património do Município que está a necessitar de reabilitação ou mesmo de ser demolido para haver construção nova. Nesta primeira fase prevê-se captar o investimento privado para a concessão a 30 anos, que prevê a reabilitação de 15 edifícios na Rua de São Lázaro que darão origem a 123 apartamentos para alugar, pelo concessionário com rendas fixadas entre os 150 euros e os 300 euros. Ao todo o Programa prevê a intervenção em 15 empreendimentos com a ambição de disponibilizar cerca de 7 mil casas, com soluções que garantam habitação a custos controlados para a classe média e que garantam casa a quem quer viver na Capital, prevendo-se que o investimento efetuado pelos privados na reabilitação urbana da Cidade seja de 680 milhões de euros. -----

----- Política para as pessoas nos transportes, quando a Câmara assume a gestão da Carris para concretizar uma aposta clara no transporte público e criar 21 novas linhas de Bairro, pensadas a pensar nas deslocações do dia-a-dia dos cidadãos. Investir na aquisição de 250 novos autocarros, na contratação de mais motoristas, na disponibilização de *hi-fi* gratuito em todos os autocarros e elétricos, por forma a termos um serviço público de qualidade que seja uma verdadeira alternativa ao transporte individual, mas permitam-me salientar as medidas já implementadas pelo Município que permitem que o transporte de crianças até ao do até aos 12 anos seja gratuito e que os reformados a partir dos 65 anos pagam apenas 15 euros, o que significa para estes uma poupança anual de 141 euros! Ou que uma família com 2 filhos até aos 12 anos, possa poupar 642 euros por ano! São medidas concretas que incentivam o uso do transporte público e têm real impacto na vida das famílias! -----

----- Em boa-hora o Primeiro-ministro António Costa e o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Medina, acordaram a transferência da gestão da Carris para o Município, com o objetivo de garantir o melhor serviço público competitivo, em preço e comodidade, capaz de melhorar a qualidade de vida do ambiente e da saúde de todos os que vivem e trabalham em Lisboa. A partir de agora, teremos uma política de mobilidade integrada, a Carris cujo sistema de transportes era disfuncional e não servia nem a Cidade e os lisboetas está agora mais próxima das preocupações diárias dos cidadãos que usam os transportes e numa real articulação com os Concelhos vizinhos, e as melhorias estão à vista, foi recentemente apresentada no Museu da Carris a nova aplicação para *smartphones* que vai permitir debitar o preço do bilhete das viagens realizadas na Carris, Metro Transtejo ou Soflusa, um passo importante na estratégia da Autarquia, a em tornar os transportes públicos mais credíveis, eficazes, cómodos para os utilizadores. -----

----- Senhores Deputados, área após área, com determinação, vamos resolvendo que realmente conta na saúde, na inclusão, na habitação como nos transportes, opções que

obedecem um sentido político a pensar nas pessoas, na valorização da Cidade e no futuro, como em tudo na vida com riscos e com oportunidades, pelas pessoas agarraremos as oportunidades que reduziremos os riscos, deixamos aos outros o sublinhar dos problemas, a nossa determinação e concretizar soluções com sentido de esperança e de futuro, políticas para as pessoas! Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Franco (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhora Presidente da Mesa, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Presado Público. -----

----- A Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, que agora vem ao conhecimento desta Assembleia Municipal, incide sobre o período de tempo compreendido entre 1 de Fevereiro e 31 de Março, como sabemos. -----

----- Existe uma tendência para avaliar as informações escritas da Presidência, de acordo com as concretizações em obra, ocorridas no período a que dizem respeito, ou seja, valoriza-se a obra física em detrimento de outras ações, que concorrem de forma igualmente determinante para uma melhoria efetiva do nosso quotidiano de municípios.-----

----- Os Deputados Municipais Independentes do movimento Cidadãos por Lisboa nunca avaliaram dessa forma as informações escritas, tendo sempre assumido uma leitura das mesmas, em função da análise que efetuam dos seus “destaques”. -----

----- A introdução que agora fazemos relativamente a este documento, justifica-se pelo facto de considerarmos que a presente Informação Escrita consubstancia e justifica a nossa metodologia de abordagem para sua leitura. Na realidade, estamos em presença de um período em que a atividade municipal não se pode reduzir à mera inventariação das obras iniciadas ou concretizadas, nos meses de Fevereiro e Março deste ano.-----

----- Deste modo, gostaríamos de começar por referir o Relatório de Gestão e Contas de 2016. De acordo com o texto da Informação Escrita, relativamente a este ponto, e citamos “fica demonstrado que o Município continua, de forma inequívoca, a fazer um caminho de consolidação orçamental, num momento em que simultaneamente investe fortemente na qualidade de vida das pessoas e na regeneração do espaço público da cidade. As contas apresentadas mostram assim a redução para mínimos históricos do passivo (com uma diminuição de 52,5M€ relativamente ao exercício anterior) e da dívida legal, mesmo com o impacto negativo de processos judiciais anteriores a 2017 e que a Câmara Municipal de Lisboa está agora a resolver.” -----

----- “Esta gestão orçamental responsável e de consolidação sustentada permite lançar um novo ciclo de investimento em Lisboa, mantendo intocada uma política tarifária que continua a pensar nas famílias e nas empresas, devolvendo aos municípios 30 milhões de IRS.” (fim de citação). -----

----- Este é o caminho a percorrer, o do equilíbrio orçamental, que sustenta uma capacidade financeira que, tal como tem acontecido, deve reverter para a melhoria das condições de vida na nossa Cidade, realidade palpável e concreta, a que temos vindo a assistir neste mandato. -----

----- Também o Protocolo de Colaboração “SNS, mais Próximo”, assinado no passado dia 14 de Março entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Administração Regional de Saúde de Lisboa, merece o nosso aplauso, uma vez que vem permitir, no âmbito desta parceria, a abertura de 14 Centros de Saúde, 12 dos quais em edifícios a construir para o efeito.-----

----- Trata-se do maior investimento financeiro a realizar nesta área nas últimas décadas. Estes tipos de investimentos direcionam-se num sentido particularmente assertivo do que devem ser as prioridades de investimento do Município. -----

----- Certamente que, para a concretização deste acordo, em muito contribuíram os exaustivos estudos, realizados pelos técnicos da Câmara Municipal nesta área. -----

----- Apesar da nota introdutória da minha intervenção, não posso deixar mencionar a abertura, 14 anos depois, do Pavilhão Carlos Lopes, que agora recupera o seu papel na vida coletiva de Lisboa, enquanto palco privilegiado dos acontecimentos culturais e desportivos da Cidade. -----

----- Em Fevereiro e Março, no âmbito do programa “uma praça em cada bairro”, iniciaram-se as obras no Largo do Leão, na Praça de Santa Clara e na Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo. -----

----- São intervenções que contribuem de forma decisiva para a revitalização da vivência urbana dos espaços públicos e, como tal, não podem ser dissociadas das políticas de reabilitação do edificado, que têm vindo a ser implementadas pelo Executivo. -----

----- Embora em outra vertente, a intervenção no Corredor Verde do Rio Seco, que agora se concluiu, assume um importante papel no conjunto das políticas de reabilitação urbana, as quais só poderão ter sucesso através da concertação de um leque alargado de ações conducentes para este objetivo, onde podemos incluir os concursos para a requalificação dos Mercados do Bairro Santos e de Alvalade Norte. --

----- Nomeámos este conjunto de intervenções e iniciativas porque não temos dúvidas que é com base na sua implementação, que se geram e consolidam as dinâmicas sociais, que fazem cada vez mais de Lisboa uma Cidade que tem na tolerância um dos pilares fundamentais da sua identidade, uma Cidade que pertence a todos sem exceção, aos que a habitam, aos que a utilizam e aos que a visitam. Muito obrigado.”--

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados, Senhores Vereadores. -----

----- É caso para perguntar: com tanta promessa, porque não melhora Cidade? Tu, de Lisboa? -----

----- Vejamos o tom da saúde, o tema da saúde. Fizemos um acordo, um protocolo de um projeto que há um ano o Governo tinha planeado, os tais 16, depois são 14, Centros de Saúde, terá ele feito um bom negócio? Porque disse: sendo a responsabilidade minha, agora será da Câmara, portanto, transferir a responsabilidade, e mais, e com este negócio direi, tenho um contraponto, vá, abrimos Centros de Saúde

e fechamos Hospitais, está penso que compensado! E para isso podemos fechar de várias maneiras. -----

----- O Hospital Pulido Valente está quase desatualizado, quase fechado, mas vai ter um Centro de Saúde lá dentro, vai ter um espaço de cuidados da Misericórdia. -----

----- O Hospital Santo António dos Capuchos inaugurou o Museu da Saúde. Lá se vai mais outro serviço! Um serviço importante! É verdade, lá foi a cirurgia! E a ortopedia de São José estão agora no Curry Cabral. Lá foi mais um pedaço de São José! E assim pergunta-se: aquilo que pergunto sempre, que é repetido, que agora já podemos dizer, o mandato a terminar e a resposta a não chegar! Onde é que está a Carta dos Serviços de Saúde, esta é para a Carta dos Centros de Saúde, mas a Carta dos Serviços inclui também Hospitais, os Serviços Hospitalares como vai? É à fração, nada tudo muito a ver, dado a coisas integradas dado coisas estratégicas, nada de contributo para o princípio filosófico mas também material, é bem visto, que é a habitabilidade de Lisboa, mais parece alguém a tirar água do poço com um cesto! Não sai água quase nenhuma, mas fazem muitas obras de promessa, estes Centros de Saúde vão se todos construídos, sim, em 17 alguns, a maior parte 18 são promessas, entram para a próxima campanha, estou com elas e sou a favor dos Centros de Saúde. -----

----- Mas sou a favor de que também venham os Hospitais, de que não só vão os Hospitais como estão a ir! E sou a favor que não esqueçam dos Cuidados Continuados, promessa tão prometida, mas nunca lembrada e não venham com outros negócios de contraponto que agora faço eu e agora faz a Segurança Social ora faz a Santa Casa. A Santa Casa, já o digo aqui há 4 anos, tem a responsabilidade formal de ser a Segurança Social para a nossa Cidade! E andam agora a falar nos sem-abrigo, se tivessem um bocadinho de vergonha sendo a Santa Casa a principal responsável, porque assumiu a responsabilidade que era Estatal, não andavam agora em fim de ciclo a prometer “é agora que vamos dar cabo dos sem-abrigo”, talvez internando-os nalgum centro novo criado nalguns Hospital a fechar, a falir! -----

----- Esperamos breve que haja uma solução integrada, o Senhor Presidente da Câmara é interessado, é muito estudioso, gosta de apresentar coisas novas, gosta mesmo de ir além da Informação Escrita, traz uma informação sobre a habitação fala mais de uma parcela, mais de uma parcela, não no seu todo! Por um lado empurramos e expulsamos a população com o aumento espetacular das condições difíceis de ter acesso à habitação e depois dizemos “Vamos com uma pequena gota, como um cesto, tentar travar a saída”. -----

----- Não é assim que se lá vai, não é assim que lá vamos, esperemos que haja razões para mudar, fortes, e que as soluções sejam integradas, participadas e globais, sem uma solução global a Cidade continuará a minguar. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Senhores Deputados, na sequência da intervenção do Senhor Deputado Silva Santos quero dar a todos os Senhores Deputados a seguinte informação que foi dada na última Conferência de Representantes, que eu creio que o Senhor Deputado não

esteve presente, e é uma informação relevante sobre a matéria que esteve aqui a trazer a nosso conhecimento. -----

----- No dia 28 de março realizou-se uma reunião em que eu estive presente em nome da Assembleia Municipal, esteve o Senhor Vereador João Afonso, em nome da Câmara e esteve a Senhora Doutora Teresa Craveiro, que é a responsável pelas Cartas de Equipamentos, que está a finalizar a Carta de Equipamentos, precisamente que o Senhor Deputado perguntou, a Carta de Equipamentos de Saúde. Ela foi aprovada em 2009, está em fase de revisão e falta o capítulo sobre a Rede Hospitalar.-----

----- Nessa reunião ficou assente um procedimento... Senhor Deputado, eu estou a dizer o que já disse na Conferência de Representantes para os Senhores Deputados que não estavam lá! Suponho que é o seu caso.-----

----- Portanto, ela não está ainda pronta, está a ser atualizada e há um procedimento de colaboração entre a ARS e a Câmara de Lisboa para finalizar a Carta, o compromisso que eu tenho do Senhor Vereador, se a ARS corresponder em princípio em maio nós teremos a Carta de Equipamentos de Saúde a conhecimento da Assembleia, vamos ver se conseguimos cumprir estes calendários ou não, mas de qualquer maneira achei que esta informação era relevante, é aquilo que temos para dizer. Muito obrigado Senhores Deputados, vamos prosseguir.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ivo Cruz (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Obrigada Senhora Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.-----

----- Senhor Presidente, não me compreenda mal, mas ouvir a sua intervenção, dá a sensação de passados 10 anos de maiorias do Partido Socialista na Cidade eis que descobriram a Constituição e o direito à habitação!-----

----- Nós congratulamo-nos também com a iniciativa da Deputada Helena Roseta, cuja iniciativa acompanhámos e demos os nossos contributos e que permitiu reverter os aspetos mais negativos da Lei das Rendas da atual líder do CDS, Assunção Cristas, uma candidata a Lisboa, cujo conceito de Rendas Acessíveis está nos 1450 euros, acho que se prepara para candidatar também a Londres, imagino, logo veremos!-----

----- Mas acho que achamos que o PS também não se portou bem em matéria de habitação! O Vereador Manuel Salgado deu hoje uma entrevista ao Diário de Notícias, hoje publicada, e para espanto nosso o seu objetivo agora é habitação com Rendas Acessíveis, ou seja, a pessoa mais diretamente responsável, nos últimos 10 anos, pela desregulamentação urbanística e pela monocultura hoteleira quer agora Rendas Acessíveis e é bom lembrar nos de onde partimos! Em 2007, após o desastre do Executivo PSD/CDS Lisboa tinha perdido 300 mil habitantes, que era necessário recuperar! Por essa razão na altura o Bloco apresentou uma Proposta que garantisse que o PDM incluísse a obrigatoriedade de uma quota mínima de 25 por cento para habitação a custos controlados nos projetos construção e grandes operações reabilitação, é por isso curioso ver agora o Vereador do Urbanismo, lembrar-se dessa ideia e dessa boa aposta, 10 anos perdidos!-----

----- As maiorias absolutas do PS em Lisboa não falharam por incompetência, ou esquecimento das boas ideias, falharam porque as suas visões para a Cidade

conduziram à expulsão de mais gente do centro e permitiram o descontrolo do mercado da habitação.-----

----- Na nota, na Informação Escrita que nos entregou, há por exemplo, uma leve referência o programa Revive relativamente ao Quartel da Graça. Este programa levanta-nos sérias dúvidas desde que foi anunciado. O quartel não estava na primeira vaga de monumentos incluídos no Programa Revive, foi agora em fevereiro incluído. E temos reservas, porque não é um programa de reabilitação de património, mas sim, um programa de rendas apoiadas para exploração hoteleira.-----

----- Basta olhar para o concurso público do Convento de São Bento de Elvas, onde se vê que a renda exigida serão mil euros ao mês durante 50 anos. O Revive levanta ainda um problema extra, ao contrário das anteriores concessões que criaram vários problemas, a Direção deste Programa está nas mãos do Turismo e das Câmaras Municipais, com a Direção-geral de Património Cultural a servir de ratificante, sob ordens do Turismo. -----

----- Os concursos públicos de concessão são, aliás, lançados pelas Câmaras Municipais, como já aconteceu em Elvas e nas Caldas da Rainha, o concurso público e o anúncio de procedimento é lançado pelas Câmaras. Ora em Lisboa quando olharmos para o mapa de oferta só se consegue ver uma mancha contínua de pinos entre a Rua Maria Pia quase até à Mouzinho de Albuquerque. -----

----- No entanto, no meio da Graça há um vazio! Precisamente o Quartel da Graça. Ora, é precisamente aí que agora este Programa Revive pretende instalar um hotel, ou seja, quando se percebe que o Programa das Rendas Acessíveis, anunciado com pompa agora, só vai ter as primeiras casas disponíveis depois das autárquicas, não deste ano, mas de 2021, paralelamente está a incentivar-se a monocultura hoteleira e achamos que a Câmara Municipal podia muito bem, pelo menos no quartel da Graça, pensar em alternativas como habitação a Renda Controlada por iniciativa da própria Câmara. Obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhora Presidente, queria em primeiro lugar fazer uma referência daquilo que foi a Informação Escrita ao anúncio de 14 Centros de Saúde para Lisboa, obviamente, é uma medida salutar, já o temos defendido. Eu coloquei aqui uma questão nas últimas Declarações Políticas, diante de uma intervenção do Deputado Rui Paulo Figueiredo e que a Câmara não soube responder. -----

----- Em primeiro lugar, quando é que nós teremos a apresentação da nova Carta de Equipamentos de Saúde e em segundo, se não vamos voltar a ter a mesma situação, vamos ter anunciado os 14 anos saúde, se formos ver alguns anteriores, demoraram décadas a serem construídos, tivemos Centros de Saúde que acabaram por ser construídos, mas não foram apetrechados de equipamentos e muito menos de recursos técnicos e humanos e, portanto, seria importante após a celebração deste acordo não contempla esta matéria perceber, afinal, quantos médicos vamos ter, quantos enfermeiros vamos ter, quantos técnicos de terapêutica e de diagnóstico vamos ter, e

se essa necessidade está assegurada ou não pelo Ministério e se a Câmara sabe nos dar algum dado sobre isso. -----

----- Depois relativamente à reabertura e à requalificação do Cais Sodré é inegável que o espaço público está melhor, com melhor fruição a nível pedonal, mas, em termos rodoviários, o que ali foi construída autêntico muro que corta a Cidade e que dificulta a circulação e, portanto, o Senhor Presidente convidou-nos a visitar o espaço e nós aceitámos o convite e agora também convidamos os Senhores Deputados a dirigirem-se ao Cais Sodré e perceberam, ou tentarem deixar alguém no espaço do Cais Sodré, onde não existe sequer um espaço para tomada e largada de passageiros, portanto, temos uma zona onde temos barcos, onde temos metro, onde temos autocarros, temos vários aqui, e temos comboio e não temos um único espaço para poder apanhar um passageiro ou para poder largar um passageiro e, portanto, em termos mobilidade, mais uma vez, fica muito a desejar para a Cidade e, portanto, penso que não é a favor das pessoas, muito pelo contrário. -----

----- Depois relativamente a outras matérias da Informação Escrita que foi aqui apresentada, como é público e o CDS já o manifestou, já o manifestou aqui nesta Assembleia, nós discordamos da entrega do Pavilhão Carlos Lopes à Associação Turismo de Lisboa, obviamente que saudamos a devolução deste equipamento, deste importante equipamento à Cidade e queremos também aqui salientar, porque ninguém fala, sobre a Exposição que ali está patente de homenagem ao atleta Carlos Lopes, nosso medalhado olímpico, aliás, foi uma Proposta do CDS em Câmara que é composta só por parte do seu acervo, eu penso que seria muito importante e muito justo que a Câmara envidasse esforços para que todo o espólio do atleta Carlos Lopes ficasse sediado e de forma permanente no Pavilhão Carlos Lopes. Quem conhece o atual estado do espólio do Carlos Lopes, tirando aquele que já está em exposição, ele está arrumado de forma pouco condigna e preservação na garagem de casa dele, porque não corre nenhuma entidade que pegasse neste espólio e lhe desse o devido valor e tributo e fizesse esta Exposição e, portanto, deixava esta pela Câmara Municipal de Lisboa para que se fizesse não só este tributo, mas que tivesse em conta que este importante acervo, acerto que um dia se pode perder. -----

----- Depois sobre o Orçamento Participativo Senhor Presidente fala da proposta vencedora do Caracol da Penha, e muito bem, foi uma proposta apresentada por cidadãos, foi a proposta mais votada até hoje no Orçamento Participativo, sabemos que a que a situação em causa não era fácil, a Câmara defendia estacionamento para aquela zona com algo a que chamavam espaço verde, que era tudo menos um espaço verde, eram uns espaços ajardinados com alguma relva e, portanto, não é um espaço verde, mas obviamente que é um problema que a Penha de França e também Arroios tem, que é a falta de espaços verdes e falta de estacionamento e, portanto, eram aqui duas matérias, lembro-me bem na altura dos Presidentes de Junta dizerem que ninguém se queixa da falta de espaços verdes que só se queixa o estacionamento, mas depois quando vamos para a rua, a verdade é que ouvimos exatamente o contrário e, portanto, aqui salutar o facto do movimento pelo Jardim do Caracol da Penha, pela sua implementação, que tivesse ganho e esperemos agora que a Câmara cumpra, aliás,

o que contrasta com maior parte das propostas vencedores do Orçamento Participativo, muitas delas hoje ainda não foram executados e, portanto, também era bom que a Câmara fizesse aqui um apanhado. -----

----- Aliás, lembro-me, se não me engano, penso que foi uma Proposta do PAN, que apresentou aqui uma Recomendação, que penso que foi aprovada por unanimidade, para que a Câmara fizesse aqui uma Sessão, ou tivéssemos um ponto da nossa Ordem de Trabalhos para fazer um ponto de situação sobre o Orçamento Participativo, como é que estão os projetos desde a primeira edição e perceber porque é que alguns não foram para a frente, se calhar alguns por questões de implementação, porque o projeto não era adequado, se bem que a Câmara aceitou os projetos dizendo o contrário, mas era preciso saber pela voz da Câmara, por quem tem responsabilidades nesta matéria, qual é o ponto de situação e, portanto, ainda não sucedeu, espero que a Câmara tenha essa disponibilidade e que acate esta Recomendação que recolheu também a unanimidade desta Assembleia Municipal, ainda antes do final do mandato. -----

----- Depois, por fim, dizer também que há aqui uma nota sobre o Plano Municipal dos Mercados de Lisboa, o Senhor Vice-Presidente não está, mas certamente o Senhor Presidente dará nota, nós fomos, estivemos fortemente empenhados e ativos na construção do Plano quer dando sugestões, quer o CDS quer também esta Assembleia Municipal que fez um trabalho exaustivo durante o ano, de auscultação não só das Juntas Freguesia mas também de várias entidades deste setor e, portanto, penso que o resultado final é muito positivo, mas obviamente não basta ter um Plano de ter apenas, digamos, o planeamento da para os Mercados se depois não temos aquilo que é essencial e a Câmara continua a não conseguir apresentar um Plano de Financiamento para os Mercados, portanto, era preciso saber com o que é que as Juntas contam e depois era preciso também saber, sabemos que muitas Juntas apresentaram projetos e a maioria da aos bons projetos, daquilo que eu vi, para o para futuros dos Mercados, mas não sabemos a se a Câmara concorda se não concordo, portanto esta conciliação é desconhecida quer deste Órgão quer do público em geral e, portanto, era importante saber qual é o uso que cada mercado da Cidade vai ter, até para tentarmos para evitar aquilo que já foi provado por esta Assembleia Municipal que é de conflitos, não só entre Mercados na oferta e duplicação de ofertas, digamos assim, mas também para que não haja conflito de oferta entre o comércio local da zona envolvente do Mercado, não só esta matéria relativa ao financiamento e aos usos mas também que a Câmara tivesse um especial cuidado, embora saiba que é competência das juntas sob Proposta à Assembleia de Freguesia, que tem a última palavra, mas é importante que a Câmara olhe para a Cidade, olhe para a implantação local dos Mercados, obviamente não podemos descurar o local onde eles estão sediados territorialmente, mas era importante que houvesse alguma uniformização das taxas, porque é importante lembrar que esta Câmara antes da Reforma Administrativa. Houve uma estabilização, digamos assim dos valores das taxas para os Mercados e portanto foram definidos dois tipos de taxas, as taxas para os Mercados A e as taxas para os Mercados B, que faziam esta diferenciação de valores, exatamente em conta a sua localização e tendo

em conta aquilo que os vários comerciantes pagavam de forma diferenciada, não só entre Mercados, mas também dentro do próprio Mercado. -----

----- Eu penso que nessa altura essa foi uma medida justa da Câmara, com a qual nós concordámos, mas que caiu em saco roto a partir do momento com esta transferência e, portanto, é importante que a Câmara tivesse este papel não só conciliador, mas que tentasse chegar à fala, de chegar a um consenso com as Juntas de Freguesia, olhar de uma perspetiva geral para os Mercados e não um e dizer “bem então este, estes, estes 20 metros quadrados de banca no 31 de Janeiro custam” e digo 31 de Janeiro a título exemplificativo porque não sei os valores ao certo, mas “custa por mês 300 euros e, se calhar ali no Mercado de Alvalade já custa 500”, mas porquê? Não é mais central o Saldanha? São estes critérios que os comerciantes não percebem, eu próprio não percebo enquanto Deputado Municipal e que seria importante que a Câmara encontrasse esta necessidade de, aferisse esta necessidade de estabilização dos valores. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- A Mesa não regista mais inscrições, temos 42 Senhor Deputados na sala, entretanto a Mesa vai estar atenta para que não haja aqui falta de quórum.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Eu quero em primeiro lugar saudar a Senhora Presidente da Assembleia pela forma como repôs a justiça do trabalho efetuado na Assembleia da República, em relação à questão do arrendamento, a questão das rendas, de facto, o forças políticas que apresentaram propostas e houve um trabalho conjunto, uns estariam contra, outros estariam a favor e houve resultados, portanto, quero saudá-la por essa atitude que teve de esclarecimento da situação, que de facto, tem sido muito dura, trabalhosa, etc.-----

----- Agora há problemas que se poem em relação à habitação que são muito violentos! Esta Informação Escrita do Senhor Presidente é relativa a fevereiro e março, e o seu Presidente nada diz sobre aquilo que foi feito ou não foi feito e faz a apreciação de um projeto que só se integra no tempo que estamos a considerar, que nem se integra, porque já saiu praticamente na íntegra no Jornal Diário de Notícias de segunda-feira, 10 de abril de 2017, é uma página, está aqui. Todos os dados e informações que o Senhor Presidente deu sobre a questão da reabilitação, uma questão que nós temos levantado aqui imensas vezes, Património Municipal, são 15 pontos da Cidade, acesso por parte das classes médias à habitação. Trata-se de T0, T1, T2, o T0 com 35 metros quadrados, o T1 com 52 metros quadrados, o T2 com 72 metros quadrados e, portanto, será uma concessão por 30 anos na exploração a privados que recuperem este património.-----

----- Em princípio em 160 apartamentos, em 123 as rendas devem ser em média 150, 200 e 300 euros. A previsão de obra é de 192 semanas para concluir as obras, portanto, à volta de 4 anos. -----

----- Já aqui foi dito que se calhar no início do outro mandato, haverá habitação e, portanto, a previsão em termos de dotações é 270 milhões de euros em Património Municipal. O que é de saudar, é importante! E 680 milhões de euros de investimento dos privados nas obras com uma concessão a 30 anos. -----

----- Bom, é uma peça importante, temos que lhe dizer, e é no fundo uma mudança na atitude que a Câmara tem tido, eu falo aqui várias vezes de Património Municipal que podia decidir sido incorporado em Planos de pormenor e não foi, apesar das Propostas que foram feitas pelas forças políticas, tanto na Câmara como na Assembleia. -----

----- Mas Senhor Presidente da Câmara, a questão essencial que vai, de facto matar muita vida em Lisboa e já está a matar, é a questão do arrendamento a dias, já não se trata de mulheres-a-dias, de trabalhadoras na Cidade, trata-se do arrendamento a dias e há casais estão lá fora a trabalhar que vêm cá comprar casa para arrendar a dias e isso esvazia, como já disseram aqui alguns Autarcas, que já não dizem tanto como deviam dizer, que os Bairros nomeadamente do centro da Cidade estão a ser atingidos por esta máfia terrível da ocupação a dias de territórios, que já acontece em Cacilhas, em Almada, em que já não há pessoas, as pessoas que moram ou querem morar lá que são de lá, não conseguem atingir os preços que estão a ser praticados, praticados preços que duplicaram a nível de rendas. Em Cacilhas não há gente de classe média que conseguida alugar casas, porque elas estão realmente a ser ocupadas também por esta questão da ocupação a dias e realmente houve cidades que tomaram medidas no estrangeiro, e se nós vamos ao estrangeiro apresentar-lhes projetos, também podíamos aprender alguma coisa no estrangeiro, não é? Que é realmente as medidas que os Governos Locais com os Governos Centrais tomaram para obviar, para resolver este problema que é, de facto, dramático e que está a impossibilitar que os lisboetas, os filhos dos lisboetas, aqueles que querem viver em Lisboa, que são portugueses, não tenham condições de facto de habitar, porque, obviamente esse, um casal que eu conheço ganha num mês, em arrendamento diário, aquilo que não ganharia num ano no arrendamento normal e, portanto, isto é que a tragédia de Lisboa, tal como obviamente, o preço do metro quadrado subir de tal maneira que é arrasador! Casas que há pouco tempo eram postas à venda por 200 mil euros, neste momento, já são postas à venda por 400 e tal mil euros, não é só Campo de Ourique. Há aí uma referência, por exemplo, um estudo feito ao próprio Areeiro, onde as coisas já realmente em vários pontos da Cidade, esta situação agrava-se e portanto, saudaríamos com muita força, uma medida que fosse tomada de estudo de aprofundamento rápido, célebre em relação a esta realidade por parte da Câmara Municipal e de proposta ao Governo Central no sentido de haver medidas que realmente defendessem a Cidade de Lisboa, porque se isso não for feito dentro de 2 ou 3 anos, não é dentro de 4, quando estas casas poderão estar em condições de serem arrendadas, é dentro de 2 anos, a Cidade estar completamente descaracterizada, é já um desgosto movimentarmo-nos na Cidade e eu ando de barco, ando de Metro, ando

de autocarro na Cidade e vejo, e vejo grupos imensos, com algum vandalismo à mistura já, e com alguma falta de qualidade nesta questão dos nossos visitantes que vai realmente de ter efeitos extremamente nocivos e destrutivos na Cidade de Lisboa! -
----- E creio que esta é a questão central neste momento que a Câmara deveria e os Governo Central deveriam agarrar porque Lisboa está efetivamente em perigo! Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Senhores Deputados terminaram as intervenções dos Senhores Deputados, pelo menos não registo aqui pedidos de palavra. O Senhor Presidente é palavra para encerrar o debate, se assim o entender.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Agradeço todas as perguntas e começo pelo Senhor Deputado Magalhães Pereira do PSD. Senhor Deputado, se há obrigação que eu cumpro com gosto é precisamente a apresentação da Informação Escrita e o debate consigo, é sempre um debate, um debate em que se aprende e um debate que nos estimula, e cumpro também com gosto a minha função de fazer oposição à oposição, porque é precisamente desse debate de ideias que avançamos no debate sobre a Cidade.-----

----- É sempre um gosto ouvi-lo! Porque ao ouvi-lo percebe-se mais sobre as contradições em que o PSD está mergulhado e as dificuldades políticas que o PSD tem, neste momento.-----

----- Já agora faço-lhe uma pergunta se opte a foi ali acima e acusou o PS e a governação do PS de aumentarem a carga fiscal e de lançarem taxas e taxinhas, gostava de fazer uma pergunta, de que lado do PSD é que o Senhor está? Daquele que chumbou a taxa turística ou daquele que vai apresentar uma proposta para o seu aumento na próxima campanha eleitoral? De que lado é que o Senhor Deputado está? De que lado é que está o PSD? Mas alguém sabe o que é que o PSD pensa sobre o instrumento do financiamento estrutural da Cidade de Lisboa e da atividade na Cidade de Lisboa? Não, o Senhor Deputado não consegue clarificar ou melhor a sua intervenção é clarificadora deste estado de confusão!-----

----- Senhor Deputado, diz em segundo lugar algo que é notável, diz em segundo lugar algo que é notável, primeiras as eleições, nunca as pessoas! Oh Senhor Deputado, eu admiro a sua confiança, eu admiro a sua autoconfiança, porque se isto é verdade, como o Senhor Deputado diz os Senhores estão a caminhar para uma vitória gloriosa na casa dos 70, 80, 90 por cento, porque só votará num partido que não que o protege as pessoas, alguém que vote ao engano. Primeiro as eleições, nunca as pessoas significa que os Senhores estão do lado das pessoas e que as pessoas certamente estarão do seu lado e, do vosso lado.-----

----- Admiro-lhe a confiança, admiro-lhe a autoconfiança, mas não percebo, genuinamente como é que o Senhor Deputado consegue encontrar na política de

renovação e requalificação do espaço público algo mais do que não as preocupações com as pessoas, com o bem-estar das pessoas, com a qualidade de vida das pessoas. ---
----- Por último, Senhor Deputado, faz a afirmação de que este é o tempo da promessa, este é o tempo das promessas e é o tempo da demagogia! Oh Senhor Deputado, as únicas pessoas que até agora houve e fazer promessas e demagogias sobre o futuro foram precisamente do lado daqueles que hoje se apresentaram já como candidatos à Câmara Municipal de Lisboa pelos partidos da Direita, porque verdadeiramente foi só daí que eu ouvi, porque desde a extinção ou a abolição, peço desculpa, desde a duplicação ou extinção da taxa turística, ainda não percebi em que versão é que vai acabar, desde a forte a eliminação do IMI, deste rendas acessíveis a 1350 euros, desde a abolição da taxa de proteção civil a única coisa que ouvi foi mesmo dos partidos da Direita. -----

----- Como é que se sustentam as finanças da Câmara? Como é que se projeta sustentadamente a habitação da Cidade? Como é que se desenvolve e qualificou espaço público da Cidade? Como é que se modernizou os transportes? Não ouvimos nada. O que ouvimos foram propostas que o único objetivo que têm é captar um mínimo de simpatia por algum eleitorado mais desatento. -----

----- Senhor Deputado é, de facto, um gosto ouvi-lo, porque clarifica bem a manta de contradições em que o PSD, neste momento, está encerrado. -----

----- Queria responder em segundo lugar às questões colocadas pelo Senhor Deputado Carlos Silva Santos, do PCP, e reconheço-lhe um mérito que é o esforço que fez para conseguir tentar encontrar um ângulo menos positivo sobre o acordo os Centros de Saúde, reconheço-lhe. E andam às voltas e mais voltas e mais voltas e mais voltas e falamos do Centro de Saúde, mas não falamos de Hospitais, não falamos de Hospitais, não falamos de cuidados continuados, mas isto, depois precisava, falamos de um caso isolado, mas não falamos é de uma visão integrada, estava aqui ouvi-lo falar e estava a pensar, mas depois o reconheceu, lá no meio assim numa frase mais discreta, em que disse, eu concordo com o Programa do Centros de Saúde. Oh Senhor Deputado, quando nós assinámos um protocolo com o Ministério da Saúde pode acreditar que eu pensei logo em si, porque disse, ora aqui está, vamos chegar a uma matéria em que eu vou chegar à Assembleia Municipal e o Senhor Deputado Carlos Silva Santos, que, durante a 3 anos, sempre foi dizendo, onde é que ela trata do Centro de Saúde e eu vou chegar lá com a proposta e julgava que o Senhor Deputado dissesse assim a abrir “Bem feito!”. Não disse dessa forma, mas disse lá no meio que este é um bom Programa, eu registo isso, eu gosto valorizar puxar pelo positivo, puxar pelo estímulo e registar a sua afirmação de que este Programa é positivo! Mas quero registar algo que eu já divirjo, é que o Senhor Deputado sobre tudo o resto não teve esse discurso positivo, foi pena, não sei se é do Partido, se é como hei de dizer do formato da intervenção política do Partido, se calhar é só do seu estado de espírito! É porque o Senhor Deputado sobre tudo o resto só fala do risco do fecho, do risco da perda, do risco a que vai acontecer, do risco do não sei quê, Senhor Deputado, sabe o que é que me custa? É não lhe ter ouvido uma única palavra na sua intervenção na defesa daquilo que é a batalha mais importante do sistema de saúde da Cidade de Lisboa a

seguir a este acordo que é a construção do novo Hospital em Lisboa, aquilo que é a infraestrutura mais importante, que mais vai qualificar a resposta de saúde na Cidade de Lisboa ao nível da rede hospitalar, aquele que é precisamente a marca do atraso, da dificuldade, da diminuição dos cuidados prestados, da qualidade do diagnóstico, da qualidade da triagem, da qualidade da resposta médica, aquela que é mais importante infraestrutura, em complemento ao Centro de Saúde, naturalmente, que é o novo Hospital Central em Lisboa, o Senhor Deputado não diz nada! É notável, é notável, porque vem aqui faz a intervenção do medo do recuo, faz uma intervenção, não sei como apelide, talvez algo conservadora, no tom, na forma quando falhou, falhou isto é, eu não ouvi da sua intervenção aquilo que é verdadeiramente estruturante, que e construímos o novo Hospital. -----

----- E é nesta batalha que nós estamos empenhados, é nesta batalha que nós continuaremos empenhados e é nesta batalha que nós não vamos desistir, é que seja construído um novo hospital, moderno, com capacidade, com as melhores tecnologias, com os melhores profissionais para conseguir uma resposta à altura das necessidades das pessoas na Cidade de Lisboa! Registou com lamento que o PCP desistiu dessa luta, desistiu dessa batalha, não teremos o PCP da Cidade ao lado para fazermos esta batalha em conjunto pelo novo hospital, porque verdadeiramente o ângulo, verdadeiramente o ano é um ângulo diferente do que este. -----

----- Por último Senhor Deputado, o Senhor Deputado faz a crítica que é dizer, falta aqui uma resposta global, coerente, abrangente e não uma medida casuística. Senhor Deputado, considerar que uma medida de 16 Centros de Saúde, que estrutura a rede de Centros de Saúde da Cidade na construção nova, na modernização, na qualificação, que tem uma ambição de serem Centros de Saúde com mais valências de resposta para podermos cumprir aquilo que é uma velha ambição, tentarmos cumprir com humildade aquilo que é uma velha ambição do que são os profissionais da Saúde, do que são os especialistas do sistema que é termos a nossa porta de entrada no sistema de saúde, capacitar os Centros de Saúde para que sejam cada vez mais a porta de entrada de pessoas no sistema e não as urgências dos Hospitais, isto é, Centros com capacidade de diagnóstico com capacidades de análise com capacidade de meios complementares de diagnóstico, com capacidade de análise, com capacidade de meios complementares de diagnóstico, mais diversificada até com capacidade na área da medicina oral, quando isso for possível, o Senhor Deputado não pode desvalorizar como sendo uma parte desgarrada, não é, é um programa abrangente e estruturado sobre a rede total de Centros de Saúde da Cidade! Oh Senhor Deputado, mas mesmo que seja só uma parte e, de facto, faltam Hospitais e não está aqui incluídos cuidados continuados são de grande importância, também lhe quero dizer uma coisa, os Planos Quinquenais também se faziam a andar passo a passo, aquilo também se ia fazendo, aquilo ia-se fazendo de conquistas, de avanços, ia-se fazendo progressos, não era tudo feito uma só vez, não era tudo rompante, era definir a orientação e depois ia-se executando, que é que ele que nós estamos, que é aquilo que nós estamos a fazer. Não, isso não estou a contar certamente!-----

----- Senhores Deputados, eu gostava de dar resposta à Senhora Deputada dos Verdes sobre algumas questões. Questão pontual sobre árvores da Guerra Junqueiro, não vai haver abate de árvores na Guerra Junqueiro e terei a disponibilidade para facultar à Assembleia Municipal os relatórios para que não haja qualquer tipo de dúvida relativamente a essa matéria, mas volto, aliás, a apelar à Assembleia Municipal para fazer o que é só da competência da Assembleia Municipal e não da Câmara Municipal, que a aprovação do Regulamento do Arvoredo, é quem aí contem os instrumentos de garantias que eu defendo que devem estar, de maior transparência relativamente à política do arvoredo e que é importante que se avance. -----

----- Segunda questão, para que não restem dúvidas sobre a questão relativamente à questão da Provedoria dos Animais. Dizer o seguinte: nós orgulhamo-nos aquilo que fizemos ao longo destes anos em matéria do reforço da proteção dos direitos dos animais, fizemo-lo na Casa dos Animais, temos feito em várias decisões políticas que a Câmara tomou e fizemos na valorização política dos direitos dos animais da Cidade. Fizemos na melhoria das condições que estamos a fazer para as pessoas poderem utilizar os animais na sua vida da Cidade, nos parques da Cidade para melhorarmos a capacidade de convivência, temos feito uma política da qual temos orgulho no caminho na direção correta. -----

----- Agora, convém, aliás, não confundir nesse âmbito, criámos uma Provedoria dos Animais, que é uma situação de exceção nos Municípios do País, aliás, a Senhora Deputada pode dar um nome de 5 Municípios do País que tenham Provedoria dos Animais, se me conseguir dar 5, vamos discutir em que condições trabalham esses cinco, ora, a questão que se põe é esta: quando esta decisão foi tomada de criar uma Provedoria dos Animais foi criada num contexto em que as nossas necessidades estavam muito a olhar para dentro sobre aquilo que a Câmara fazia e foi por isso que foi aprovado tocar que, numa determinada configuração, tinha um determinado conjunto de meios e tinha uma característica, não eram cargo remunerado, o que eu entendo que nós entendemos estes anos todos depois, depois destes anos passados, eu percebo a posição pessoal da Provedora que considera que não tem condições para desempenhar o mandato nas condições que a Câmara Municipal lhe dispõe, percebo isso e respeito e, aliás, é o momento, foi o momento da saída para a Câmara até tecer a sua apreciação sem um azedume, sem nenhuma acrimónia, antes pelo contrário, de agradecimento e de respeito por aquilo que a Senhora Provedora fez. -----

----- Agora isto não nos faz dar o salto que a Senhora Deputada faz que é um salto de tentar crucificar ou diminuir a política que temos feito ao longo destes anos nesta área, não o aceito, não o aceito porque não é justo, o que é justo, neste momento, é perceber uma circunstância pessoal de quem não pode desempenhar, quem acha que não deve desempenhar as condições no atual registo que a Câmara de deu e que, aliás, são públicas todos e que eu nunca ouvi, aliás, ninguém aqui nenhuma crítica ou nenhum grande pronunciamento! Agora há aqui uma questão que hoje é colocada, é que também fruto do papel política Câmara teve nesta área, há hoje o papel do Provedor alterou-se, ou melhor, há uma vontade que ele se altere, isto é que deixe de ser um organismo virado sobre a melhoria e sobre a forma como a Câmara trata esta área e o

ser um órgão a Provedoria, mais externa, capaz de dar resposta às solicitações dos Municípios. -----

----- Ora, isso exige na opinião da anterior titular do cargo de uma dedicação a tempo inteiro com outros recursos, ora, este é um momento em que se a esta saída em que se dá esta questão de ser avaliado qual o modelo e a Câmara já, aliás, adiantou nós defendemos que este modelo deve evoluir e, por isso este o momento que nós estamos a viver é o momento de vermos como uma oportunidade no reforço da forma como a Cidade atua na proteção dos direitos dos animais, isto é, aproveitar este momento para termos uma Provedoria com mais capacidade externa, mudando o modelo que nós aprovámos há pouco tempo atrás, há cerca de 2 anos atrás, mudando, reforçando ampliando e depois pô-lo a funcionar nesses termos e este não é o momento de constatação de uma diminuição ou de insucesso político nesta área, pelo contrário, este é um momento de oportunidade para valorização do reforço da intervenção política do Município nesta área. -----

---- Por último, relativamente à Senhora Deputada, ao Pavilhão a Carlos Lopes e à questão que também levantou do Capitólio. Senhora Deputada, eu julguei que verdadeiramente a Senhora Deputada fosse, começasse por felicitar a Cidade por ter de novo Pavilhão Carlos Lopes, porque o que é notável é que a Cidade que assistiu a um Pavilhão que esteve encerrado durante 10 anos, 10 anos que o Pavilhão esteve encerrado, que quando foi encerrado foi por questões de segurança, que já estava em mau estado há muito mais anos para trás e que hoje em que se encontra como um dos orgulhos de um equipamento nas instalações da Cidade, eu julguei que a Senhora Deputada começasse por felicitar a Câmara por a devolução à Cidade deste equipamento! -----

----- Mais, quando todos sabemos que o Pavilhão Carlos Lopes mais do que outra característica de âmbito arquitetónico ou histórico tem uma característica, é como durante muitas décadas, o Pavilhão Carlos Lopes foi o único ou o principal equipamento para a organização de eventos desportivos, políticos e culturais na Cidade de Lisboa, o Pavilhão Carlos Lopes é depositário das memórias de milhares e milhares ou dezenas de milhares de lisboetas e de cidadãos de todo o país, que assistiram aqui aos eventos desportivos, que assistiram aqui aos primeiros comícios políticos, que assistiram aqui a concertos e manifestações culturais. O Pavilhão Carlos Lopes é um local de vida, de memória para centenas de milhares de pessoas em todo o país, de muitos e muitos lisboetas, e recuperá-lo é um grande feito para a Cidade -----

----- Pôs-se a questão de como fazer a recuperação e pô-lo ao serviço da Cidade e a opção que tomámos, a opção foi tomada é uma opção de tornar aquela sala na sala mais polivalente possível, opção não foi transformar o caixote no Pavilhão desportivo, não foi. Não foi transformar o Carlos Lopes num equipamento para uso estritamente cultural, de exposições, não foi transformar o Carlos Lopes numa sala de receções ou de eventos, não foi transformar o Carlos Lopes numa sala de concertos, não, foi transformar o Pavilhão Carlos Lopes numa sala polivalente capaz de acolher os eventos mais diversificados possíveis, dotado de flexibilidade, dotado da capacidade de ser adaptado com rapidez para acolher com conforto diferentes tipos de eventos, é

por essa razão que os Senhores Deputados não veem lá as bancadas dos eventos desportivos, nem as placas do basquetebol, mas também não veem lá os 4 pilares que lá estavam no meio, obstaculizar essa visão, porque o que está neste momento a transformar o Carlos Lopes é num espaço multiusos que possa servir as necessidades da Cidade hoje, hoje, e hoje as necessidades da Cidade com o Carlos Lopes, com franqueza, seriam muito diminuídas se nossa ali só o confinássemos a uma utilização de âmbito desportivo. -----

----- Relativamente ao Senhor Deputado do CDS, verdadeiramente só uma questão que merece resposta que é verdadeiramente a questão curiosa que o Senhor Deputado levanta, pela sua voz, do Caracol da Penha, aliás, estava à espera de ouvir que fosse o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda a levantar esta questão, mas se a mas não foi, não foi o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, foi o Senhor Deputado Diogo Moura e tenho gosto em responder-lhe, porque aquilo que foi feito relativamente ao Caracol da Penha é uma conquista para a Cidade, é uma conquista para a Cidade em 1º lugar o projeto que tinha sido apresentado pela Câmara, porque a verdade Senhor Deputado é que o Caracol da Penha, para quem conheça bem a história, foi adquirido pela Câmara Municipal de Lisboa desde os tempos do Presidente João Soares e, desde então, encontrava-se vedado, fechado, sem qualquer tipo de utilização pública e sem qualquer tipo de realização da sua intenção original que era a realização de uma estrada que ligasse a meia encosta com a urbanização a Norte e a Sul dessa estrada, esse era o plano original e o plano que foi apresentado pela Câmara de Lisboa era um plano que devolvia no fundamental os jardins e que permitia algum estacionamento nessa zona. -----

----- Apresentamos esse plano, mas os cidadãos da Penha de França, os cidadãos em volta do Caracol tinham outra ideia, mobilizaram-se para outra ideia e disseram algo muito importante, se bem se recordam que é que são os promotores da Petição do Caracol da Penha de França que aqui vieram disseram algo que o Senhor Deputado Diogo Moura devia rever a apresentação que as aqui fizeram. Sabe o que é que eles disseram? Disseram assim: nós achamos que o programa da praça em cada bairro é muito bom, nós achamos que o programa de termos mais espaços verdes da Cidade é muito bom e, como isso é tudo muito bom nós desafiamos a Câmara a fazer uma coisa, vá mais longe na vossa política, vão mais longe na vossa política, que levem mais longe o vosso esforço e levam mais longe o esforço de tirar o resto dos carros dentro do Caracol da Penha encontrando soluções alternativas!-----

----- Ora o desafio que esse conjunto de cidadãos lançaram era um desafio a que a Câmara não podia recusar e foi por isso que, durante meses trabalhamos de forma intensa para encontrar alternativas que permitissem ter oferta de estacionamento para residentes e que conseguíssemos dar aos municípios e aos fregueses aquilo que verdadeiramente nos pediam, que era um Jardim integralmente preservado como tal e aquele que foi hoje, aquilo que foi a acordado com a Associação de Moradores com o conjunto, peço desculpa, dos Promotores da Petição pelo Jardim do Caracol da Penha de França e com as duas Juntas de Freguesia envolvidas, de Arroios e da Penha de França, foi uma excelente solução, é que nós conseguimos encontrar e adquirir para a

Câmara Municipal, uma zona dentro das garagens, aliás, numa das zonas propostas pelos residentes adquirir para o Património Municipal para estacionamento residentes e conseguimos preservar intacto o Caracol da Penha de França para que seja exclusivamente um Jardim! Eu agradeço ao Senhor Deputado Diogo Moura ter aqui trazido o tema, como digo surpreende que não tenha sido o Bloco de Esquerda a fazê-lo também para felicitar a Câmara por este desfecho, mas este caso é, aliás, uma boa lição, é uma boa lição de com quem tem uma boa ideia, quem se bate por uma boa ideia num projeto na orientação certa de devolver espaço às pessoas, de reforçar espaços verdes, de devolver o espaço à Cidade às pessoas e não simplesmente uma preocupação com uma situação particular de um estacionamento, só pode ter da Câmara e terá sempre desta Câmara Municipal todo o apoio para que seja concretizado, foi um gosto poder dizer que nós alterámos o nosso projeto, e devo dizer uma coisa, este projeto é muito melhor do que aquele que a Câmara tinha é, por isso um gosto de poder dizer que aquele Jardim vai ser concretizado, integralmente como Jardim, sem lá ter um único automóvel dentro. -----

----- Relativamente à Senhora Deputada Inês Drummond quero-lhe agradecer as palavras e quero registar a intervenção sobre as Contas da Câmara, mas guardarei para o debate, para o momento próprio, a avaliação a essa matéria, mas aquilo que referiu é de grande importância, porque o que hoje é claro aos olhos de todos, o que hoje é claro aos olhos de toda a Cidade, é que os tempos em que a Cidade se debatia em simultâneo com a sua falência financeira e com uma crise política já estão tão lá para trás, tão lá para trás, e ninguém na Cidade verdadeiramente quer regressar a esses tempos, porque a verdade é que a Cidade há 10 anos estava afundada em dívidas, estava falida, não tinha nenhuma relação comercial credível com os seus fornecedores e enfrentou depois, também por causa disso, uma grave crise política Ora, esses tempos estão ultrapassados e o que hoje se nós sabemos é que a situação financeira da Câmara de Lisboa e pelo 3º ano consecutivo, a melhor dos seus registos, pelo 3º ano consecutivo nós apresentamos as melhores Contas da Câmara Municipal de Lisboa e estamos a fazê-lo ao mesmo tempo que estamos a investir na resolução dos problemas da Cidade. -----

----- Eu sei que isso custa a muitos, eu sei que há muitos que tentou minorizar, que tentou diminuir, que tentou até a fantasiar e porque não dizer, mentir sobre factos, mas isso há factos que resistem a todas essas as formas de agir e todas essas e todas essas formas de se posicionar, àqueles que dizem que nós devemos a nossa situação a algum benemérito em relação ao Aeroporto, coisa que é absolutamente falsa como já aqui disse por várias vezes, a questão é só esta é muito simples, é que nos últimos 10 anos, desde 2009 para cá, o passivo da Câmara diminuiu em 3 aeroportos, não foi um, não foram 2, foram 3 aeroportos já voaram do passivo da Câmara e na dívida, que é o indicador mais importante sobre a nossa solidez já foram 2 aeroportos a voar, 2 aeroportos a voar, significa hoje que a Câmara tem menos dívida do que aquela que tinha, que a Câmara tem muito menos passivo do que aquele que tinha, significa que nós hoje estamos mais sólidos mais robustos, mas também uma coisa que temos

menos riscos para o futuro, porque na redução do passivo está a diminuição de muitas contingências com aquelas que nos debatíamos no início deste mandato. -----

----- Terei oportunidade, Senhora Deputada de trazer em breve aqui um balanço sobre os transportes, mas a verdade é bem aquilo que diz, é que nós hoje estamos num ritmo de concretização de melhorias e de programas na Cidade que merece ser devidamente registado, porque, ao mesmo tempo que nós falamos na mesma Assembleia de um acordo com o Governo sobre Centros de Saúde que nós somos capazes também de falar na mesma Informação Escrita da conquista para a Cidade que é a Carris.-----

----- Se os Senhores Deputados querem encontrar mais do que isto ou melhor do que isso sinceramente, eu peço que mostrem, que mostrem como é que é capaz de termos este ritmo de dinamismo na concretização dos nossos projetos para a Cidade. -----

----- Por último, quero responder ao Senhor ao Senhor Deputado do Bloco de Esquerda e depois também uma palavra ao Senhor Deputado Modesto Navarro.-----

----- Oh Senhor Deputado, primeiro lugar, não lhe admito a afirmação de que o PS em 10 anos descobriu agora direito à habitação! Oh Senhor Deputado, o Senhor Deputado ainda não era nascido e já tínhamos os eleitos do PS nesta Cidade de Lisboa a trabalharem para a construção do mais vasto Programa de Habitação Social que este país conheceu! Oh Senhor Deputado, o Senhor Deputado convém quando se exerce cargos públicos ter memória! Ter na memória, o PS está indelevelmente associado a um maior progresso do acesso à habitação pública do nosso País que é que os programas de a construção de habitação social do pós 25 de Abril, incluindo na Cidade de Lisboa, já o fiz aqui várias vezes, faço aqui com sentido de justiça, faço aqui com sentido de Justiça para com os executivos vários nos quais o Partido Socialista participou em coligação, aliás, que o Partido Comunista e com outros democratas, mas também com a participação de Governos do Partido Social Democrata, onde programas nacionais foram aprovados, eu não escondo a história nem sou seletivo sobre a história e, por isso, Senhor Deputado, não lhe aceito essa afirmação! E não lhe aceito essa afirmação já neste mandato, porque o Senhor Deputado não tem do Plano de Investimentos Municipal, alterando a drenagem, nenhuma iniciativa de maior vulto do ponto de vista do investimento Municipal que não as construções das mil novas casas no Bairro Padre Cruz e da Boavista. Isso não encontrará no país nenhum Município que esteja neste momento a investir tanto na habitação social com o Município de Lisboa, como o Senhor Deputado não encontra nenhum programa como o programa de 25 milhões de euros de requalificação da habitação social, como o Senhor Deputado não a encontrará uma atribuição que nós fizemos desde o início do mandato de mais de mil casas que foram recuperadas e atribuídas às pessoas na Cidade de Lisboa! Senhor Deputado, não lhe aceito, não tem direito, não lhe aceito a atribuição que faz, nem a adjetivação que faz sobre o que descobrimos agora o direito à habitação, pelo contrário, não lhe aceito a si nem a ninguém do Bloco de Esquerda sequer qualquer lição ou qualquer insinuação de que vem falar do direito à habitação, porque verdadeiramente sobre isso, essa luta, os Senhores ainda nem sei se já chegaram, nem sei bem, se já chegaram. -----

-----Segundo lugar, Senhor Deputado, se há algo que me surpreende num Partido que se diz de esquerda é o desprezo completo que o Senhor Deputado demonstra sobre a economia da Cidade, sobre economia, sobre o emprego, sobre o investimento, o desprezo, a forma como o Senhor Deputado fala do turismo na Cidade de Lisboa é verdadeiramente para mim incompreensível quando analiso alguém que fala do ponto de vista da Esquerda, porque eu até perceberia que da Direita tivessem essa perspectiva, agora alguém que desvaloriza a hotelaria, o alojamento local, o turismo, a restauração, como fonte essencial de emprego, emprego, salários, condições de vida para dezenas de milhares de pessoas é verdadeiramente notável! Não Senhor Deputado, eu não a desvalorizo, eu compreendo-a e acho que a Cidade tem que a ter, tem que a ter, porque se não a tivesse eu não tenho uma varinha de condão para dizer nem para decretar os salários das pessoas, nem para decretar as atividades e de que forma é que nós somos competitivos, o que eu tenho é responsabilidade de sabendo que está a acontecer e aquilo em que somos em primeiro lugar a puxar pela economia da Cidade e o que o Senhor Deputado tem feito, sempre, é um profundo desprezo sobre a atividade da economia da Cidade sobre o qual eu não partilho, não partilho eu e acho que se a Cidade fosse aquilo que o Senhor Deputado defende o que nós teríamos era mais miséria, menos reabilitação, menos salários e menos condições de vida para todos na nossa Cidade! -----

----- Em terceiro lugar, Senhor Deputado, convinha também quando se vem para estes debates ter alguma memória histórica e alguns dados da história, oh Senhor Deputado, o Senhor Deputado afirmou hoje da mono especialização hoteleira e aqui o Salgado mau, este aquele Salgado mau que está há 10 anos a expulsar pessoas da Cidade. O Senhor Deputado podia ter feito, antes ter feito essa afirmação, podia pelo menos ter ido ver as estatísticas e podia ter visto sabe o que é surpreendente? É que desde que o Salgado mau está na Câmara foi a década em que na Baixa de Lisboa menos habitantes se perdeu? Sabia disso? Pobres, classe média e classe alta, a perda de habitantes menor do centro da Cidade de Lisboa sabe qual é o período? É o atual e se for reparar nas estatísticas em 1980 tinha cerca de 65 mil pessoas a morarem no que é hoje a Freguesia de Santa Maria Maior e por isso o Senhor Deputado quando quer o tentar perceber o que se passou na dinâmica da Cidade de Lisboa, dos centros históricos da Cidade de Lisboa convinha ver o que é que aconteceu com o realismo, com rigor na história da Cidade de Lisboa e já agora que permite uma sugestão, vá, favor, ver o que é que aconteceu também no Porto e vá por favor ver o que é que aconteceu nos centros históricos de várias Cidades Capitais Europeias, é que a verdade, é que a lógica da desertificação dos centros históricos, a lógica da pobreza alastrado nos centros históricos da Cidade era um cancro na Cidade de Lisboa que, finalmente hoje está a ser revertido e, por isso, a alternativa que o Senhor Deputado tem, que é dizer que o antes é que era bom, não Senhor Deputado, não, o antes não era bom, aliás, não ser tal como antes não era bom! O antes era um Bairro da Mouraria onde o Senhor Deputado não entrava, era o Bairro da Mouraria em que o Senhor Deputado nem queria ouvir falar. Era o bairro de Alfama em que nós tínhamos uma quantidade de casas a necessitar de reabilitação que nós tínhamos, era um conjunto de

peças que viveu em condições de pobreza, eram as classes médias que não ele procura a casa na Baixa de Lisboa, mas que foram procura a casa de nas periferias da Cidade de Lisboa e o Senhor Deputado perguntou-lhes porquê? O Senhor Deputado foi perguntar-lhes porquê? Por uma razão simples, porque as pessoas não queriam morar nesses locais! Oh Senhor Deputado, isto leva-me, obviamente, sob o debate do turismo e dos impactos no turismo, e antes disso, queria-lhe também precisar, o Programa Revive e a questão do Quartel da Graça não é da Câmara de Lisboa, o Quartel da Graça não é da Câmara de Lisboa, não e gestão da Câmara de Lisboa, não temos responsabilidades nessa gestão e é da responsabilidade do Estado e do Ministério das Finanças, creio que ainda estará na Administração Interna, bom, é do Estado Central. -----

----- Agora, oh Senhor Deputado, desculpe, se o Senhor Deputado não vem dizer que depois de tanto ataque ao Partido Socialista e a esta governação sobre os direitos e sobre o acesso à habitação a sua Proposta é transformar o Convento em renda acessível, oh Senhor Deputado, está ao nível da Proposta do CDS sobre terrenos da Feira Popular. Está exatamente ao nível, é pouco o Senhor Deputado, já percebi a sua diferença não é com a filosofia e com o método não sei quê, não, é por já lá estarem umas paredes, é só por já lá estarem umas paredes! -----

----- Oh Senhor Deputado, olhe, para início de conversa, quer que lhe dizer que desapontou, desapontou por com franqueza, transformar um Quartel num programa de habitação acessível como a solução para a reconversão do problema da Cidade de Lisboa, com franqueza fica a quem de quem vem aqui bater com a mão no peito como porta-voz do direito à habitação! -----

----- Por último o Senhor Deputado diz que o Programa da Renda Acessível é demorado, é, é demorado e demorará mais quanto mais tempo nós demorámos a avançar com ele e quanto mais tempo nós demorarmos aprovar e quanto mais tempo nós demorarmos a construir, e quanto mais nós atrasarmos esta opção estratégica do Município de Lisboa, que é afetar a parte significativa do seu património à habitação para a classe média... Senhor Deputado, não vão ser 4! Vão ser 4, vão ser 5, vão ser 6, vão ser 7, 8, 9, vão ser 10, vão ser 20, o Senhor Deputado é que se olhar para a história, mas se o Senhor Deputado conseguir, eu aliás faço-lhe o desafio que já fez a outros que tiveram a sua posição. Se o Senhor Deputado conseguir construir 10 mil casas de habitação para a classe média em 2 anos posso-lhe dizer uma coisa, eu não se o contrato para a Câmara de Lisboa como lhe dou parte do meu salário! Porque o Senhor Deputado é fantástico, o Senhor Deputado será fantástico a fazer. Então, se o fizer dentro da legalidade, se o Senhor Deputado o conseguir fazer dentro da legalidade, ouça, eu até lhe dou tudo mesmo que o faça fora da Lei, só construí-lo fisicamente, mas se o construir então dentro da Lei, bom, Senhor Deputado serei eu próprio que à porta dos empreendimentos arrendados a renda acessível, lhe farei eu pessoalmente uma estátua! Sairá melhor do que outras que se tem visto recentemente, porque é não ter noção das coisas, é não ter noção do tempo, é não ter noção da resolução dos problemas nem das dinâmicas, achar que nós por um projeto demorar muito não devemos iniciar! Olhe Senhor Deputado, foi por pensar assim, porventura

que nós agora ainda não temos 10 ou 15 ou 20 mil casas para as classes médias na Cidade de Lisboa e o que nós estamos a dizer é que este programa vai demorar, vai demorar o seu tempo, vai demorar menos tempo do que os Senhores queriam que demorasse que era para poderem criticar o Executivo, mas vai demorar o seu tempo e, por isso é que ele tem que ser executado por quem tem a confiança de quem tem a determinação, de que a única forma de proteger uma Cidade das oscilações do mercado que há 4 anos atrás aumentava significativamente o número de casas para arrendamento e caía a pique, o crédito à habitação para um mercado que 3 anos depois caem os arrendamentos definitivos e aumentam os créditos à habitação e aumenta muito investimento estrangeiro, a única forma de nos proteger estes ciclos e espero Senhor Deputado que não vejamos o ciclo seguinte que já deve ter percebido qual é, a única forma de o proteger é com um programa de iniciativa pública, Municipal, em que as casas sejam propriedade do Município para nós podemos colocá-las em cada momento onde houver necessidades sociais. Ontem mais na habitação social, hoje e no futuro relativamente mais às classes médias. É este o nosso compromisso é esta a nossa convicção profunda que nos alimenta a determinação para apresentarmos e prosseguirmos este programa.-----

----- Por último e para concluir, agradeço e reconheço as palavras do Senhor Deputado Modesto Navarro relativamente à importância deste programa! O Senhor Deputado tem, mais do que outros o repositório histórico do que esta Câmara de Lisboa fez ao longo das últimas décadas, do incrível esforço que esta Cidade fez no domínio da habitação social e tem bem a noção da importância deste movimento que nós estamos a fazer de colocação do património Municipal ao serviço da causa da Habitação, e quero dizer, aliás mais, se nós formos bem-sucedidos no modelo que estamos a colocar a nossa intenção é que este programa se alargue e se construa mais e que tenhamos mais habitação disponível, quando nós olhamos para a diferença de Lisboa face a outras capitais europeias, que foram muito bem-sucedidas em múltiplas dimensões e que nós queremos que Lisboa continue a ser, todas as capitais a defrontaram com o mesmo problema, que é este problema. O Senhor Deputado abrir e vermos hoje o debate: em Nova Iorque é sobre rendas acessíveis, em Londres é sobre rendas acessíveis, em Paris é sobre habitação acessível, todas as grandes Cidades que são bem-sucedidas do ponto de vista de serem Cidades globais, Cidades modernas globais bem inseridas na economia global, são Cidades que têm intenções sobre o problema do imobiliário e que têm que ter programas de promoção pública! Ora, esta é a nossa lacuna, esta é a nossa falha, é aqui que nós temos que trabalhar para recuperar e fica esta palavra, se formos bem-sucedidos neste modelo, afetaremos ainda mais património Municipal para aumentarmos o número de casas! -----

----- Agora, permita-me uma diferença. Eu não posso concordar com a afirmação que o Senhor Deputado faz de que na causa imediata e direta desta situação está a questão do alojamento local, não posso. Tem impacto, tem influência, tem, mas a verdade é que as forças que nós hoje estamos confrontados na Cidade transcendem muito a questão do alojamento local, porque a verdade é que hoje Lisboa é um pólo de atração de investimento no imobiliário transversal devido a uma política monetária que nos é

essencial enquanto País, mas que nos causa enquanto Cidade dificuldades do ponto de vista de da forma como o mercado imobiliário está a funcionar, e por isso colocar-se só a questão dentro do alojamento local na minha opinião não resolveria o problema, mas mais, é muito importante percebermos, e aí acompanho o Senhor Deputado, sobre o conhecimento da situação é percebemos as diferenças do que é hoje as atividades do alojamento local, porque a verdade que é minha convicção e que são os dados de que nós dispomos, é que uma parte substantiva do alojamento local da Cidade é realizado e operado não por operadores especializados, mas por famílias das classes médias, que têm as suas casas próprias os seus créditos à habitação. -----

----- Não tenho nenhuma dúvida em afirmar que o alojamento local foi na Cidade um importantíssimo, almofada de proteção durante a crise, onde muitas famílias e muitos jovens que tinham adquirido casas com créditos à habitação que sendo confrontados numa situação de desemprego, encontraram no alojamento local uma forma de compensar essa perda de rendimentos, foi uma das formas que a Cidade sobreviveu para se aguentar nesta crise. É isto toda a realidade do alojamento local? Não, não é! Haverá outras realidades do alojamento local, são esses interesses só da base económica das classes médias, os únicos interessa preservar uma Cidade? Não, não são! Mas não aceito que sejam desvalorizados, não aceito que sejam desvalorizados, não aceito que à Esquerda se possa desvalorizar o emprego, rendimento das famílias, do ponto de vista da construção dos equilíbrios da Cidade e não concordo que devemos, que sejamos condenados a um elemento descaracterização pelo estrangeiro, não, Senhor Deputado, a nossa Cidade vai mudar, está a mudar, o turismo é uma realidade que se tudo nos correr bem vem para ficar, e mal de nós estaremos quando estivermos aqui a discutir esta Assembleia não o crescimento do turismo! Isso é que nos devia preocupar! Era se um dia aqui estávamos a discutir não o crescimento, mas o decréscimo, não estamos a discutir o crescimento, mas, como estamos a discutir o crescimento, vamos discuti-lo com a confiança de quem vai colocar os instrumentos ao serviço da proteção dos valores fundamentais da nossa Cidade. Nós não temos medo da mudança, nós não temos medo da evolução da Cidade, nós não temos medo, porque temos a confiança que vamos ser capazes de encontrar os instrumentos necessários à preservação do equilíbrio e da autenticidade da Cidade. -----

----- Agora aqui uma linha que nos divide a nós de muitos na Cidade e que há muitos que não gostam do presente, há muitos preferiam estar no dia anterior, o Senhor Deputado, eu sei que nós o caso, que não falou, mas olhe, eu tantas vezes andei em menino a passear em Cacilhas e em Almada e sabe que todas as vezes que lá fui, todas as vezes que lá vou sabe o que é que me impressiona? É como é que está neste estado desolado esta frente ribeirinha, como é que tantos anos passaram e não se conseguiu requalificar uma das zonas mais bonitas que o País tem que é vista do Tejo e de Lisboa, a partir de Almada e da zona de Cacilhas. -----

----- Oh Senhor Deputado, diz-me agora está a aparecer alojamento local e que está a aparecer turismo em Almada, fala disso com alguma pena, olhe que eu fico mesmo contente que isso esteja a acontecer por quem conhece bem aquela zona sabe que a grande ambição de tantos e tantos que ali lutaram naquele território é precisamente

por mudar todo aquele ar de desolação e toda aquela situação de desolação de toda aquela frente ribeirinha.-----

----- Senhor Deputado, por esta razão nós não temos receio da evolução do turismo, não temos, temos a confiança suficiente em propor as respostas para termos uma Cidade compatível com o crescimento do turismo com a manutenção de autenticidade e dos elementos da nossa vida comum, o que significa irmos tomando passo a passo as medidas que são necessárias, por essa razão é que nós fizemos uma regulação dos tuk tuk, que há cerca de um ano e meio e eram aqui debate nesta Assembleia e hoje têm uma situação muito mais regulada do ponto de vista da convivência, por essa razão é que nós apresentamos a regulamentação relativamente ao programa das lojas com história, por essa razão é que se apresentou na Assembleia da República o pedido da revisão relativamente ao arrendamento, e que graças à presente, Helena Roseta, conseguimos que hoje ela seja aprovada para protegermos as lojas históricas que são um elemento central da identidade da nossa Cidade, por essa razão é que nós criamos a taxa turística perante o receio de outros e a inação de outros, e pusemo-lo ao serviço de quê? Do investimento na sustentabilidade do turismo, que passa também por alargarmos e difundirmos os polos de atração na nossa Cidade, ou na nossa Região. É por essa razão que nós vamos ter um Palácio da Ajuda renovado, é por essa razão que nós vamos ter investimento no reforço da Higiene Urbana, é por essa razão que nós vamos ter o financiamento do programa das lojas históricas, isto é, nós queremos o financiamento para suportar os programas para a sustentabilidade do turismo na Cidade de Lisboa.-----

----- Senhor Deputado, agradeço-lhe as palavras e a avaliação que faz sobre o programa da renda acessível, mas devo dizer-lhe que não tememos o debate, não tememos, não olhamos para o turismo com medo, olhamos para o turismo com aquilo que ele é hoje, uma grande fonte de riqueza de emprego para grande ou uma parte significativa da Cidade de Lisboa, uma parte importante da base económica da Cidade de Lisboa e do País, Senhor Deputado, gostava só de trazer aqui este número. O valor do turismo na Cidade de Lisboa hoje equivale a mais de duas AutoEuropa, o valor do turismo, das vendas do turismo na Cidade de Lisboa é cerca de 4 vezes todo o setor do calçado no País, é isso que nós estamos a falar, e é isso que nós temos que cuidar porque há uma coisa que eu tenho por certa, quando esta Cidade não tiver vida quando tiver uma economia pujante ou não tivemos essa Cidade a andar para a frente, nós não teremos recursos nenhuns para tratar da coesão, para os meter todos a bordo e para melhorarmos a qualidade de vida!-----

----- Esta é a certeza fundamental que esta equipa tem! Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- Senhor Deputado Modesto Navarro pediu a palavra, microfone ao Senhor Deputado Modesto Navarro, e é para Senhor Deputado?”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, é uma intervenção e temos tempo e há alguns aspetos que convêm esclarecer.-----

----- Sobre os Centros de Saúde, nós nunca fomos contra os Centros de Saúde! Que fique claro, o Senhor ainda cá não estava, como diria o Senhor Presidente, e nós já lutávamos pelos Centro de Saúde e pela revitalização dos Centros de Saúde, mas vamos ver, vamos ver agora de algumas questões sérias.-----

----- Em relação àquilo que foi assinado, não sei se o Senhor Presidente atual já pertencia à Câmara Municipal, mas houve um acordo entre o então Presidente António Costa e o Ministro da Saúde Correia de Campos, é um protocolo que passou na Câmara e que passou nesta Assembleia Municipal e lá diz-se claramente que em relação à construção do Hospital de Todos os Santos, uma parceria público-privada, está lá no texto, para substituir os Hospitais, cinco hospitais do centro de Lisboa, está lá escrito, convém então ir verificar se efetivamente de não era já essa a intenção e, obviamente que as coisas muitas vezes não são feitas tão rápido quanto alguns desejariam, mas é efetivamente, eu verifico como utente que os hospitais vão sofrendo as consequências do esvaziamento, como disse o Deputado Silva Santos, de facto, há matérias e há serviços e áreas que saem, esvaziam hospitais.-----

----- O Museu, desgraçadamente o Museu, agora que vai ser implantado nos Capuchos só não ficará lá em cima, porque o território do Hospital Miguel Bombarda, esse é que é bom para construir habitação de luxo, para ter boas vistas e depois então aquilo que devia ficar lá no nos no território do Miguel Bombarda, desce e vai para aquela rua estreitinha que vai para ali para a Avenida da Liberdade, a gente percebe isto tudo! Percebe qual é a ideologia e quais são os objetivos agora havia e há uma parceria público-privada entre esta Câmara, que vigora, e o Governo, no sentido de utilizando o território Municipal a custos baixos para a construção do Hospital de Todos os Santos, a única coisa que nós conseguimos aqui nesta Assembleia, que não conseguimos na Câmara, mas conseguimos dessa Assembleia, foi introduzir uma cláusula de salvaguarda sobre a questão da utilização do território que nunca deverá deixar de ser público, porque havia a ameaça, naquela altura o que interessava era a passagem para os hospitais privados. O caminhar para as parcerias público-privadas e depois vinha a seguir os hospitais privados, portanto, está cá, o protocolo está aí.-----

----- Nos anos 90 houve uma coligação que introduziu alterações profundas na Cidade de Lisboa, eu não sei aqui oi nosso amigo eleito do Bloco de Esquerda se já tem.30 anos... Tem 40, mas eu creio que nos anos 90 é que efetivamente se acabou em Programas com as barracas.-----

----- O Orçamento da Câmara Municipal, eu tenho aqui nesta cabeça, porque era impressionante. Em primeiro lugar a habitação social com 14 milhões de contos. Em segundo lugar as rodovias, a mobilidade, ainda do Partido Socialista com 8 milhões. Depois vinha o pelouro da Higiene Urbana, o Rui Godinho, com 5,5 milhões de euros. E depois vinha a educação com 2 milhões de contos, com às vezes 2 milhões de contos. O desporto muitas vezes não chegava a 1 milhão. A juventude ficaram que os 400 mil euros. Esta é que era a realidade do Orçamento da Câmara e que motivaram a efetivamente estes desenvolvimentos que foram essenciais, porque, como já tenho

dito aqui várias vezes quem vai, de facto, aos Bairros construídos nesse tempo encontra crianças, encontra jovens, encontra homens e mulheres cheios de vida, o que não acontece noutras zonas da Cidade de Lisboa, infelizmente. -----

----- Há muitas empresas, indo agora à questão do alojamento local, eu o turismo para nós aqui em Lisboa começou a ser sentido efetivamente nos anos 90, ainda nos anos 90 praticamente Lisboa ultrapassou o Algarve, a Região de Lisboa, em termos da vinda do turismo. Quando uma Delegação desta Assembleia foi em 2005 a Pequim visitar a convite da Assembleia Popular de Pequim, estabelecer laços muito voltados para o turismo muito, voltados para a convivência, a previsão de saídas de turistas da China era até 2018 de 20 milhões de pessoas, naquela altura. -----

----- A realidade é muito clara, já ultrapassaram os 100 milhões as saídas da China, já ultrapassou, neste momento está ultrapassada os 100 milhões de turistas por ano, esta é uma realidade obviamente necessária, mas o que nós não queremos e temos que ler à luz da realidade do Algarve e das consequências do Algarve, do turismo no Algarve, em que nós éramos maltratados no início dos anos 80 até meados dos anos 80, nós portugueses não éramos reconhecidos no Algarve. Eu ia de férias uma semana ou duas semanas e não era atendido nas lojas, em Lagos e de outras Cidades, nós éramos ignorados pelos empregados dessas lojas porque queriam atender os estrangeiros. O que nós queremos é ter uma previsão e uma perspetiva que é, obviamente Lisboa é a mãe e depois há uma mudança, digamos, no estilo do turismo, o conhecimento do património, menos a praia mais de facto a qualidade, mais a vivência, o conhecer as grandes Cidades, ir a Florença, não acontece tanto em Roma, mas ir a Florença é, de facto, retomar uma vida extraordinária e no entanto aquela Cidade está cheia de turistas, mas há imensa qualidade que foi preservada, há património que foi preservado, como aconteceu obviamente em Roma e noutras Cidades em Itália e noutros Países, mas se nós não tomarmos medidas de contenção no sentido de garantir que esta Cidade em termos de habitantes já baixou bastante, de meio milhão, quando vim para Lisboa em 63 esta Cidade tinha mais de 1 milhão de habitantes. E, neste momento, em menos de meio milhão e se assim continuar e os preços são realmente extremamente violentos na renda e na compra de habitação, extremamente violentos e é bom que entendamos a isto e que não vejamos apenas digamos, aquilo que são efetivamente as coisas importantes, o desenvolvimento, o emprego, os gastos, os rendimentos do turismo, etc., porque é importante! -----

----- Agora Portugal está confrontado com uma realidade muito violenta, é que tem o turismo, não tem as pescas, não tem a agricultura, não tem indústria. Tudo foi destruído praticamente e logo em Lisboa, como sabe e na margem na margem Sul. Na margem Sul há projetos, há o Arco Ribeirinho, há essa zona que, de facto, mete medo e eu tenho muita pena, é toda particular de indivíduos e de famílias que não querem investir, que a Câmara tentou ajudar e levar a construir e não constrói, mas também os investimentos ali são extremamente pesados, extremamente pesado, sejamos realistas, está a aumentar, digamos, essa frequência entre a margem Norte e a margem Sul. A Ponte de Chelas ainda no domingo, estive no Barreiro, quem nos dera a nós que fosse

construída aquela Ponte Barreiro, não é ir para a Vasco da Gama, é daqui da Cidade, de Chelas para o Barreiro e para aquela zona para aquela zona se desenvolver. -----

----- Todos o conhecem, quem que conhece a Área Metropolitana deseja o desenvolvimento articulado, quer dizer, em que as várias componentes da vida humana evoluam, agora se prestamos só atenção a este fenómeno mais imediato que de repente com uma viragem na política internacional, não se prevê muito, não é? Porque nós estamos a beneficiar da desgraça que foi instalada em países, em povos onde havia efetivamente, que eram grandes potências do turismo e que hoje estão destruídas pela guerra, pelas várias guerras que foram levadas a cabo! Bom, beneficiamos disso, infelizmente, porque entretanto, são milhões de criaturas que ficam sem vida, sem casas, sem teto e sem pátria, mas nós saibamos atempadamente tomar medidas, e já em um bocadinho tarde e em relação a esta questão do arrendamento, em relação a esta questão da habitação, dos custos do território, etc., e daquilo que está a acontecer em Lisboa, e não só, é bom que se articula e os Governos Locais com o Governo Central e que tomem medidas para realmente travar aquilo que pode ser complicado para a Cidade. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Senhor Deputado, eu não o interrompi porque “Os Verdes” cederam tempo, mas agora já tinha terminado o tempo dos dois Partidos.-----

----- Senhor Presidente já lhe dou a palavra, mas há um pedido de palavra do Senhor Deputado Ivo Cruz. “-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ivo Cruz (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Senhor Presidente, a maioria absoluta realmente faz-lhe mal! Eu realmente nasci depois do 25 de Abril, mas claramente tenho mais disponibilidade para ouvir críticas do que o Senhor Presidente tem para, sem baixar o nível, eu não me pus com esse tom e não acho que isto seja um tom que se utilize nesta Câmara.-----

----- O Bloco de Esquerda acha mesmo que o Partido Socialista esteve mal nas rendas acessíveis em Lisboa, acha que esteve mal no modelo económico de exploração hoteleira Lisboa, que expulsa pessoas, conforme-se, é assim, ouça as críticas! E achamos mal que venha aí uma campanha em que passa 2017 a dizer que vai haver casas de renda acessível que só aparecem em 2021, é um erro, é uma mentira para os cidadãos de Lisboa!-----

----- E é esta a crítica que fizemos! Agora responder que me que eu não tenho idade para lhe dizer esta crítica, desculpe, mas não aceito!-----

----- E sobre o Programa Revive, o Programa Revive é lançado pelo Governo Central e as Câmaras Municipais dizem se querem ou não, por isso o Senhor Presidente se quiser fazer outra coisa com o Quartel, do Quartel da Graça, faz!-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigada Senhor Deputado. Senhor Presidente, eu pedia-lhe alguma contenção.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

----- “ Sim, muito rápido Senhora Presidente, não precisei de muito tempo para responder. -----

----- Oh Senhor Deputado, o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, eu não percebo como com franqueza aquilo que diz sobre o tom do debate e da crítica, aliás, se vem dou-lhe as boas-vindas, aliás, se vem para continuar nestes debates, mas também lhe quero dizer, se vem para continuar habitue-se, porque o debate político é isto mesmo! -
----- É que o seu Bloco de Esquerda está no direito de não concordar com as políticas do PS, é verdade, mas eu estou no meu direito de não concordar com as críticas do Bloco de Esquerda, e muito menos ainda concordar com as alternativas do Bloco de Esquerda, isso é o que se chama o debate político na democracia! O que eu disse que não lhe aceitava era algo diferente, é do Senhor Deputado vir dizer que o PS acordou hoje para o direito à habitação e obrigou-me a mim a lembrar-lhe e também o Senhor Deputado Modesto Navarro, que ainda lembra muito mais do que eu lembro, porque eu tenho uma vantagem é que eu nasci em 1973, eu não me lembro de experiência vivida, não estava na Câmara quando muitos fizeram aquilo que é feito! O Senhor Deputado Modesto Navarro tem vivência mais direta, mas há uma coisa que eu lhe diga, é que eu conheço bem esta história e vou-lhe dizer uma coisa: eu tenha ambição de que a minha geração de políticos faça, pelo menos, pelo menos que chegue perto, do que a geração de políticos anteriores fez pela resolução do problema da habitação social em Lisboa! E se o Senhor Deputado tiver um pingão de humildade também agradecerá muito a essa geração com aquilo que nos deixou na Cidade de Lisboa, porque o que o Senhor Deputado não se lembrará, mas eu lembro-me quando era miúdo de passar por essas Avenidas da Cidade de Lisboa e passar pela Avenida de Ceuta e de ver o que eram as barracas todas e do que eram as latas, o zinco a servir de cobertura das barracas onde viviam milhares de pessoas e este esforço notável que esta Cidade fez e que estes homens e mulheres antes, na Câmara, muitos do Partido Socialista, muito do Partido Comunista e também muitos no Governo Sociais-democratas, vamos meter aqui com essa justiça toda, porque os programas foram feitos no tempo de Governos Sociais-democratas no País e financiados com linhas de apoio, com crédito concedido pelo Estado Central, que a geração de políticos antes da nossa resolveu o problema, por isso o que nos diferencia é que o conhece esta história e tenham humildade perante os desafios de querer está à altura de quem fez esta história, e é isso que o novo aceito quando diz que o PS acordou hoje o problema do direito ao acesso à habitação!

----- Senhor Deputado e para concluir, oh Senhor Deputado, eu anunciei o Programa da Renda Acessível quando tomei posse como Presidente da Câmara. Em nenhum momento o Senhor Deputado viu escrito, dito ou afirmado que haveria casas disponíveis em 2017, não vê, sabe porquê? Porque só um tonto diria uma coisa dessas, só um tonto que não percebe como é que nada funciona é que acha que terá casas de um programa de renda acessível construídas em 2 anos! Olhe Senhor Deputado, construir, fazer um concurso público para um programa de concessão demorará 6 meses, fazer um processo de escolha de um concurso para uma determinada área de

construção demora meses com projeto de Arquitetura, quando for para os projetos de execução demora outros meses, quando for obra demora outros meses, quando for para os acabamentos demora outros meses e mesmo que esteja tudo feito por um privado expedito e toda que tudo corra bem! Só alguém sem realismo é que podia ter dito que alguma vez com do programa é anunciado que em 2017 havia casas, agora há uma coisa que eu sei Senhor Deputado é que eu tenho a certeza que nós ou começamos agora para um programa que vai dotar o Município de vários milhares de fogos que ficarão nossa propriedade, Pública Municipal, para podermos afetar às necessidades da classe média durante muitos anos e para depois, podermos afetar a outras necessidades que podem ser de mais desfavorecidos, podem ser de outros tipos de necessidades que a Cidade tenha, para aqueles que nos sucederem, oh Senhor Deputado eu isso não tenho a menor dúvida, porque a única resposta eficaz para nós combatemos as oscilações dos ciclos económicos e da dependência dos instrumentos de mercado para o acesso à habitação é termos um mercado de iniciativa pública, pública, e é por isso que demore o tempo que demorar, não é por demorar mais tempo que nos inibidos de começar aquilo que temos que começar para bem do futuro da Cidade! -----

----- O Senhor Deputado Modesto Navarro, para que não restem dúvidas sobre os Centros de Saúde, eu fiz a minha intervenção reconhecendo que o PCP foi aquele, aliás, na Assembleia que mais se bateu pelo Programa dos Centros de Saúde, não havia aliás, Assembleia sim, Assembleia não, que o Senhor Deputado Carlos Silva Santos não pusesse a questão dos Centros de Saúde. O meu comentário, aliás, é só este, é perante tanta prioridade aos Centros de Saúde que podia ter começado assim de forma direta a dizer “estive bem a Câmara de Lisboa”, pronto, foi lá no meio, não foi no início, mas, pronto! Mas disse e eu reconheço que o disse, eu, aliás, eu também já sei ler nas entrelinhas ou nos meios-discursos! Quando num discurso todo há uma tentativa de encontrar uma crítica e no meio sai um elogio de um Deputado do PCP, eu digo “é lá, é que estão mesmo de acordo com o programa”. E, por isso, eu sei se neste caso que o PCP está de acordo com o programa, sei que está de acordo com o programa e não haja equívocos, e há alguma diferença só de tal fala do programa que foi celebrado relativamente aos Centro de Saúde com o Governo ainda pelo Presidente António Costa, sabe qual é a diferença entre um e outro? Esse programa deu resultados, nós temos vários Centros de Saúde que melhoraram e foram renovados foram construídos de raiz, temos Carnide, temos Belém, temos Penha de França, temos a Boavista, que hoje tem problemas de outra natureza. Mas é verdade que não foram completados todos, sabe por que razão? Por uma razão que nós procuramos corrigir desta vez, é que desta vez quem fica com a responsabilidade de os construir, de fazer essa obra, de fazer essa empreitada, de o financiar na sua construção é a Câmara de Lisboa. Nós não vamos ficar na dependência do Orçamento Nacional que é mingó e que é gerido depois a distribuir sobre todo o País, nós dissemos “nós avançamos com a construção e depois, o Estado pagará através das rendas ou pagará através de amortizações que faça com património próprio ou da forma que entenda”, o que nós decidimos foi não ficar dependente dos ritmos do

Estado Central para resolver um problema premente na Cidade de Lisboa e é essa a nossa opção. -----

----- Em segundo lugar, o que eu afirmei e reafirmo aquilo que disse relativamente ao Hospital. Eu gostava de ver mais empenho, mais luta, mais concentração, mais foco naquilo que é fundamental e eu não percebo, porque sou utente daqueles Hospitais, não percebo como é que a defesa central do ponto de vista político não é batalharmos em conjunto pela construção do novo, porque aquele que aconteceu, porque da alínea da construção do novo, o que os seus Deputados a única coisa que recordam... Pois foi aprovado aqui mas ainda não está construído e Senhores Deputados, aliás, não me digam que, não me digam que agora nesta matéria já ficaram contentes por a realidade a não ter mudado, não ficaram! Pronto! E por isso é que eu acho é que é notável dessa resolução aprovada na Assembleia, tem duas coisas, passam-se os terrenos para apoiar a construção e depois a seguir dar-se-á o encerramento, eu só acho notável é que não havendo nada do novo hospital lá montado só se se fale da alínea do receio do fecho e não da batalha pela construção do novo! É que lhes vou lembrar o seguinte, Senhores Deputados, é que essa Proposta da construção do novo já tem anos, o concurso já esteve lançado, já foi cancelado, já houve um Governo que o quis retomar, já caiu e nós estamos agora, a esforço, a tentar recuperar do novo concurso! -----

----- Senhores Deputados, eu terei todo, espero ter todo o tempo, aliás, farei para ter todo o tempo para discutir o futuro da Cidade depois de construído o novo hospital, mas já não me engano, eu não me engano, vou-me bater primeiro pela construção do novo hospital, porque essa é que é a prioridade para a Cidade de Lisboa! -----

----- Última palavra para o Senhor Deputado Modesto Navarro relativamente à questão do turismo. O turismo não é hoje na Cidade de Lisboa, uma questão nem de moda nem de circunstância e não tem a realidade dos anos 90. Não é mais oriundo na China, não é hoje circunstancial da crise nos está ao lado, não, é uma realidade mesmo estrutural que nós temos que saber viver e debater com a questão do turismo. O turismo e os impactos no turismo na Cidade de Lisboa já o disse várias vezes e repito, é um debate que vai, é um debate que é permanente hoje para o futuro da Cidade de Lisboa, para o futuro, isto é, para todos os dias para todos os debates políticos na Cidade de Lisboa, não mais deixaremos de discutir o turismo, o seu impacto, os seus benefícios, as suas dificuldade como é que o sustentamos, como é que minoramos os aspetos negativos e como é que avançamos. Porquê? Porque hoje a Internet, as marcações pela Internet, as *low-cost*, a descida de custos aviões, a rápida subida. Sabe qual foi o segmento do turismo que mais cresceu nos últimos 20 anos? O turismo de Cidade, porque as pessoas mudaram o seu padrão de férias, não passam um mês, não passam 3 semanas, passam 3 dias, 4 dias, multiplicam o número de férias por vezes e apagaram Lisboa, descobriram Lisboa, encontraram Lisboa. Isto é uma questão uma oportunidade que nós não podemos evitar, rejeitar ou minorizar, temos que saber é como é que a gerimos e como é que a enquadrámos e estou muito acordo consigo num ponto, eu acho que a Cidade de Lisboa e a liderança da Câmara de Lisboa comete um erro, se alguma vez pensar que a questão do turismo nos seus

benefícios e os seus problemas e nas suas oportunidades se reduz à fronteira do Município de Lisboa, isso é um absurdo! -----

----- O que nós temos que saber fazer em conjunto é que se conseguirmos uma das respostas positivas, ao número de turistas é nós alargámos o ponto de atratividade do turismo na Região e por que razão é que na margem Sul não há de ter pontos atratividade? Porque é que o turismo natureza não terá atratividade na margem Sul? E porque é que não há de ter pontos na margem Norte de ligação ao Concelhos de fora da Cidade de Lisboa? E porque é que nós não havemos de articular isto, dando mais experiências aos turistas, aumentando o valor da nossa oferta e espalhando os desenvolvimentos e as oportunidades que o turismo traz a zonas que não tiveram o seu envolvimento? A obrigação da Capital é precisamente essa, não é a pensar nos limites do seu Município é pensar enquanto motor do desenvolvimento Regional e também com responsabilidades nacionais, é esta a nossa visão a e é esta a nossa ambição numa lógica sempre afirmativa e positiva sobre como é que nós extraímos o maior valor, diminuámos os prejuízos, de uma atividade que está hoje a desempenhar um papel essencial na base económica da Cidade Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente.-----

----- Senhores Deputados, terminámos esta parte os nossos Trabalhos, nós temos aqui algumas Propostas que eu penso que não nos demorarão muito tempo, vamos ver.-----

----- **PROPOSTA N.º. 105/CM/2017- (SUBSCRITA PELO SENHOR VEREADOR SÁ FERNANDES) – APRECIACÃO DA PROPOSTA 105/CM/2017 – DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DO BEATO NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA K), DO N.º. 1, DO ARTIGO 116.º. DO ANEXO À LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO 2013, NA SUA REDACÇÃO ATUAL;**-----

----- **Parecer da 1.ª. e da 5.ª. Comissões Permanentes;**-----

----- **Recomendação n.º. 1/138 do Parecer Conjunto da 1.ª. e da 5.ª. Comissões Permanentes sobre a Proposta 105/CM/2017;**-----

----- (A proposta n.º. 105/CM/2017 fica anexada a esta Ata como Anexo XX e dela faz parte integrante)-----

----- (O Parecer Conjunto da 1.ª. e 5.ª Comissões Permanentes fica anexada a esta Ata como Anexo XXI e dela faz parte integrante)-----

----- (A Recomendação n.º. 1/138 do Parecer Conjunto da 1.ª. e 5.ª Comissões Permanentes sobre a Proposta 105/CM/2017 fica anexada a esta Ata como Anexo XXII e dela faz parte integrante)-----

----- Esta Proposta teve um Parecer dos Senhores Deputados Sofia Oliveira Dias e Deputado Magalhães Pereira.-----

----- Eu antes de perguntar se os Senhores Relatores quer apresentar o Parecer quero sinalizar que foram detetados na conferência da Proposta pelos nossos serviços pelos

serviços da Câmara, foram detetados a não ser os materiais que vão passar a ler e que terá que ser corrigidos. -----

----- No Considerando j) da Proposta e da minuta de protocolo onde está a alínea e) deve ler-se alínea ee) do nº. 1 do Artigo 33 do Regimes Jurídico das Autarquias Locais. -----

----- Depois na minuta de protocolo, na página 4 clausula 1ª. na segunda linha onde está “Beatos”, deve ser “Beato” naturalmente e a data de 2017 e não 2016.-----

----- Finalmente, no considerando F da Proposta, na terceira linha, onde está a referido face às especificidades daquele Jardim deve ler-se “face à especificidade daquele parque”. -----

----- Postas estas correções materiais que a Mesa naturalmente acata e que chama a atenção dos serviços que têm que ser introduzidas na Proposta final, pergunta agora sim se a Câmara quer apresentar a Proposta? Senhor Vice-Presidente prescinde.-

----- Pergunto ao Senhor Deputado Magalhães Pereira se quer apresentar o Parecer? Prescinde da apresentação do Parecer. Nós não temos Senhores Deputados inscritos e, portanto, vamos para a vossa consideração a **Proposta 105/CM/2017**. -----

----- Vamos pôr à votação. Não há votos contra e nem abstenções. Está **aprovada por unanimidade**. -----

----- Ela tem uma Recomendação que resulta diretamente o Parecer da Comissão no sentido habitual de repartir equitativamente estes Protocolos e distribuir o texto, o o texto que costumamos fazer quando aprovamos Delegações de Competências. Eu vou pôr à vossa consideração a votação.-----

----- **Recomendação 1/138 da 1ª e da 5ª. Comissões Permanentes** para a vossa consideração, a votação da Recomendação 1/138. Não há votos contra e nem abstenções. **Aprovada por unanimidade**. -----

----- Agora Temos um conjunto de Repartições de Encargos e eu vou pôr à consideração uma a uma e se houver alguma objeção veremos.-----

----- **PROPOSTA Nº. 120/CM/2017- (SUBSCRITA PELO SENHOR VEREADOR DUARTE CORDEIRO) – APRECIACÃO DA PROPOSTA Nº. 120/CM/2017- REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA SUPERESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO ARTIGO 24º. DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS APROVADO PELA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL E DOS N.ºS. 1 E 6 DO ARTIGO 22º. DO DECRETO-LEI Nº. 197/99, DE 8 DE JUNHO, BEM COMO DA ALÍNEA C) DO Nº. 1 DO ARTIGO 6º. DA LEI8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL;** -----

----- (A Proposta 120/CM/2017 fica anexada a esta Ata como Anexo XXIII e dela faz parte integrante) -----

----- Não sinalizo pedidos de palavra, vou pôr à votação. Não há votos contra. Abstenções do CDS-PP, PSD e MPT. Votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNP e IND. **Aprovada por maioria**. -----

----- **PROPOSTA Nº. 121/CM/2017- (SUBSCRITA PELO SENHOR VEREADOR DUARTE CORDEIRO) – APRECIACÃO DA PROPOSTA Nº. 121/CM/2017- REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA AQUISIÇÃO DE PECAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS ORIGINAIS PARA AS VIATURAS DA FROTA MUNICIPAL DE MARCA IVECO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO ARTIGO 24º. DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS APROVADO PELA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL E DOS N.ºS. 1 E 6 DO ARTIGO 22º. DO DECRETO-LEI Nº. 197/99, DE 8 DE JUNHO, BEM COMO DA ALÍNEA B) DO Nº. 3 E DA ALÍNEA C) DO Nº. 1 DO ARTIGO 6º., AMBOS DA LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL;**-----

----- (A Proposta 121/CM/2017 fica anexada a esta Ata como Anexo XXIV e dela faz parte integrante)-----

----- Não há votos contra. Abstencões do CDS-PP, MPT e PSD. Votos a favor PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNP e IND. **Aprovada por maioria.**-----

----- **PROPOSTA Nº. 122/CM/2017- (SUBSCRITA PELO SENHOR VEREADOR DUARTE CORDEIRO) – APRECIACÃO DA PROPOSTA Nº. 121/CM/2017- REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA AQUISIÇÃO DE PECAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS ORIGINAIS PARA AS VIATURAS DA FROTA MUNICIPAL DE MARCA MERCEDES-BENZ, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO ARTIGO 24º. DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS APROVADO PELA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL E DOS N.ºS. 1 E 6 DO ARTIGO 22º. DO DECRETO-LEI Nº. 197/99, DE 8 DE JUNHO, BEM COMO DA ALÍNEA B) DO Nº. 3 E DA ALÍNEA C) DO Nº. 1 DO ARTIGO 6º., AMBOS DA LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL;**-----

----- (A Proposta 122/CM/2017 fica anexada a esta Ata como Anexo XXV e dela faz parte integrante)-----

----- Não registado pedidos de palavra. Não há votos contra. Abstencões de CDS-PP, MPT e PSD. Votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNP e IND. **Aprovada por maioria.**-----

----- **PROPOSTA Nº. 123/CM/2017- (SUBSCRITA PELO SENHOR VEREADOR DUARTE CORDEIRO) – ALTERAÇÃO À REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E COMPROMISSO PLURIANUAL, PARA AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES E PRODUTOS AFINS PARA A FROTA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO ARTIGO 24º. DO ANEXO À LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, DOS N.ºS. 1 E 6 DO ARTIGO 22º. DO DECRETO-LEI 197/99, DE 8 DE JUNHO, E DA ALÍNEA C) DO Nº. 1 DO ARTIGO 6º. DA LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL;**-----

----- (A **Proposta 123/CM/2017** fica anexada a esta Ata como Anexo XXVI e dela faz parte integrante) -----

----- Vamos pôr à votação. Não há votos contra. Votos de abstenção do CDS-PP, MPT, e PSD. Votos a favor do PS, PNP e IND. **Aprovada por maioria.**-----

----- **PROPOSTA N.º. 124/CM/2017- (SUBSCRITA PELO SENHOR VEREADOR DUARTE CORDEIRO) – ALTERAÇÃO À REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E COMPROMISSOS PLURIANUAIS, PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE GRAFITI E CARTAZES, PROTEÇÃO DAS SUPERFÍCIES TRATADAS E MANUTENÇÃO DAS MESMAS NO MUNICÍPIO DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO ARTIGO 24.º., DO N.º. 1 DO ARTIGO 6.º. DO ANEXO À LEI N.º. 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL E DOS N.ºS. 1 E 6 DO ARTIGO 22.º. DO DECRETO-LEI 197/99, DE 8 DE JUNHO, BEM COMO DA ALÍNEA C) DO N.º. 1 DO ARTIGO 6.º. DA LEI N.º. 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL;**-----

----- (A **Proposta 124/CM/2017** fica anexada a esta Ata como Anexo XXVII e dela faz parte integrante) -----

-----Vamos votar. Votos contra do BE, PEV e PCP. Votos de abstenção do CDS-PP, MPT, PSD e PAN. Votos a favor do PS, PNP e IND. **Aprovada por maioria.**-----

----- **PROPOSTA N.º. 165/CM/2017- (SUBSCRITA PELO SENHOR VEREADOR DUARTE CORDEIRO) – APRECIACÃO DA PROPOSTA 165/2017 – ALTERAÇÃO À REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E COMPROMISSO PLURIANUAL, PARA ALUGUER DE 6 VIATURAS ELÉTRICAS PARA TRANSPORTES DE UTENTES DA DGC, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO ARTIGO 24.º. DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, E DOS N.ºS. 1 E 6 DO ARTIGO 22.º. DO DECRETO-LEI 197/99, DE 8 DE JUNHO, BEM COMO DA ALÍNEA C) DO N.º. 1 DO ARTIGO 6.º. DA LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO;**-----

----- (A **Proposta 165/CM/2017** fica anexada a esta Ata como Anexo XXVIII e dela faz parte integrante) -----

----- Vamos pôr à votação. Não há votos contra. Votos de abstenção do CDS-PP e PSD. Votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNP e IND. **Aprovada por maioria.**-----

----- O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos do MPT apresentará uma Declaração de Voto sobre as Declarações de encargos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT), apresentou a seguinte Declaração de Voto:**-----

----- “*O Grupo Municipal do Partido da Terra eleito para a Assembleia Municipal de Lisboa, vem, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 57.º do Regimento da AML, fazer constar da Ata da Reunião realizada no dia 11 de ABRIL de 2017 a sua declaração de voto referente às seguintes propostas:*-----

----- Proposta n.º 120/CM/2017; Proposta n.º 121/CM/2017; Proposta n.º 122/CM/2017; Proposta n.º 123/CM/2017; Proposta n.º 124/CM/2017. -----

----- Propostas essas que mereceram o voto de abstenção deste Grupo Municipal, com o seguinte fundamento:-----

----- 1- As propostas acima enunciadas são respeitantes a repartições de encargos, tendo em linha de conta que, as mesmas repartições de encargos autorizadas em 2017 irão prolongar-se até o ano de 2020. E sendo assim, o Partido da Terra entende que, o mandato autárquico está a terminar e portanto, não devem ser autorizadas repartições de encargos que ultrapassem o mandato em vigor. -----

----- Lisboa, 12 de Abril de 2017, pelo Grupo Municipal do Partido da Terra, o Deputado Municipal Vasco Miguel Santos.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, terminámos os nossos Trabalhos, vou ver o que é que há para a semana e far-vos-ei chegar a Ordem de Trabalhos muito obrigada a todos e uma boa tarde. Muito obrigado Senhores Deputados. -----

----- Senhores Deputados, esqueci-me de desejar em nome da Mesa a todos os Senhores, Deputadas e pessoas presentes uma Boa Páscoa.” -----

----- A sessão terminou, eram dezanove horas e quarenta minutos. -----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014. -----

-----A PRESIDENTE -----